



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

FRANCIELE DA SILVA NASCIMENTO

**PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA ATRATIVIDADE DOS
PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NO CONTEXTO DOS INVESTIMENTOS EM PD&I DA LEI DE
INFORMÁTICA DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

MANAUS
2024



FRANCIELE DA SILVA NASCIMENTO

PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA ATRATIVIDADE DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NO CONTEXTO DOS INVESTIMENTOS EM PD&I DA LEI DE INFORMÁTICA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT – Ponto Focal: Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Claudio Kieling

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Rosa Maria Nascimento dos Santos

MANAUS
2024



FRANCIELE DA SILVA NASCIMENTO

PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA
ATRATIVIDADE DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NO CONTEXTO DE
INVESTIMENTOS EM PD&I DA LEI DE INFORMÁTICA DA ZONA FRANCA DE
MANAUS

Dissertação apresentada
como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre
Programa de Pós-Graduação
em Propriedade Intelectual e
Transferência de Tecnologia
para Inovação - PROFNIT-
Ponto Focal Universidade do
Estado do Amazonas (UEA).

Aprovada em: 04/10/24

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr.Antonio Claudio Kieling
(Orientador do Ponto Focal onde o aluno cursou o PROFNIT)

Prof.Dr.Dalton Chaves Vilela Júnior
(Docente de outro Ponto Focal do PROFNIT - UFAM)

Dr.Bruno Costa Marinho
(Membro do Mercado: membro do Instituto Militar de Engenharia- IME)

Msc. Taynara Tenorio Cavalcante Bezerra
(Membro do Mercado: membro do setor profissional a ser impactado pelo
Trabalho de Conclusão de Curso)



Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

N244p	<p>Nascimento, Franciele da Silva Proposta de Instrumento de Acompanhamento da Atratividade dos Programas Prioritários no Contexto dos Investimentos em PD&I da Lei de Informática Da Zona Franca De Manaus / Franciele da Silva Nascimento . Manaus : [s.n], 2024. 161 f.: il., color.; 21,0 cm.</p> <p>Dissertação - PROFNIT - Mestrado (Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação)- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024. Inclui Bibliografia. Inclui Apêndice. Inclui Anexo. Orientador: Kieling, Antônio Claudio. Coorientador: Santos, Rosa Maria Nascimento dos.</p> <p>I. Programas Prioritários . 2. Lei de Informática. 3. Zona Franca de Manaus. 4. SUFRAMA . I. Kieling, Antônio Claudio (Orient.) II . Santos, Rosa Maria Nascimento dos (Coorient.) III. Universidade do Estado do Amazonas. IV. Título</p> <p style="text-align: right;">CDU(1997)347.77+6</p>
-------	---



Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIO CLAUDIO KIELING
Data: 14/10/2024 10:32:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Claudio Kieling (Presidente / UEA)

Documento assinado digitalmente
gov.br DALTON CHAVES VILELA JUNIOR
Data: 14/10/2024 15:32:24-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Dalton Chaves Vilela Júnior (UFAM)

Documento assinado digitalmente
gov.br BRUNO COSTA MARINHO
Data: 01/11/2024 14:36:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Buno Costa Marinho (IME)

Documento assinado digitalmente
gov.br TAYNARA TENORIO CAVALCANTE BEZERRA
Data: 14/10/2024 15:58:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Msc. Taynara Tenorio Cavalcante Bezerra (SUFRAMA)



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, cuja memória e amor incondicional continuam a me inspirar todos os dias. Embora já não estejam fisicamente presentes, sinto o apoio deles em cada passo que dou e em cada conquista que alcanço.



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar e me manter forte ao longo de todas as adversidades enfrentadas neste mestrado.

Aos meus irmãos, Renata, Rodrigo e Rafael, que, cada um à sua maneira, sempre me incentivaram a buscar os meus objetivos, sou profundamente grato(a).

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, Ana Beatriz, Elena, Isaac e Maria Eduarda, a nova geração da família Nascimento, que trazem imensa alegria e amor a esta tia.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Cláudio Kieling, agradeço o apoio inestimável durante a realização deste trabalho.

Minha gratidão também à Prof.^a Dr.^a. Rosa Maria Nascimento dos Santos, minha coorientadora, que, por desígnios de Deus que estão além da nossa compreensão, não pôde ver o resultado desta pesquisa que tanto apoiou.

Aos colegas e professores do mestrado Profnit, especialmente ao Coordenador do Curso, Prof. Dr. Raimundo Correa, agradeço por todo incentivo em cada etapa deste percurso.

À Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), pela confiança na temática do estudo e pela oportunidade de aplicar a pesquisa junto à Coordenação de Articulação Tecnológica (COART).

Aos poucos, mas fiéis amigos, por todo o suporte e paciência durante este período, sou eternamente grato(a).

A Thamires Moriz, por me motivar a nunca desistir e a sempre perseguir aquilo em que acredito. Sua energia positiva transformou os dias difíceis em momentos mais leves e suportáveis. Obrigada por existir, amiga.

E a Suzy Samanda, que, mesmo em meio aos compromissos do seu próprio mestrado, encontrou tempo para ser uma conselheira e motivadora incansável. Não teria conseguido sem você, amiga.



NASCIMENTO, Franciele da Silva. **Proposta de Instrumento de Acompanhamento da Atratividade dos Programas Prioritários no Contexto dos Investimentos em PD&I da Lei de Informática Da Zona Franca De Manaus.** (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Escola Superior de Tecnologia - Universidade do Estado do Amazonas (UEA). 2024.

RESUMO

A Lei de Informática da Zona Franca de Manaus trouxe em seu arcabouço legal a priorização de áreas temáticas como uma das medidas de governo para investimentos em PD&I na Amazônia Ocidental e Amapá. Como toda política pública seu monitoramento requer instrumentos assertivos de acompanhamento dos seus resultados. Diante disso, o objetivo do estudo foi o desenvolvimento de metodologia para acompanhamento da atratividade dos programas prioritários. Para construção da metodologia foi utilizado a pesquisa aplicada, em conjunto com abordagem qualitativa e quantitativa. Por fim, os resultados coletados e analisados neste trabalho serviram de base para o desenvolvimento de uma proposta de metodologia, o qual deverá contribuir com o monitoramento dos objetivos dos programas prioritários, apresentando modelo de índice de atratividade e Plano de Trabalho, que podem suprir as necessidades citadas nesta pesquisa.

Palavras-Chave: Programas Prioritários. Lei de informática. Zona Franca de Manaus



NASCIMENTO, Franciele da Silva. **Proposal for an Instrument to Monitor the Attractiveness of Priority Programs in the Context of Investments in RD&I of the IT Law of the Manaus Free Trade Zone.** (Master's in Intellectual Property and Technology Transfer for Innovation) – Higher School of Technology – State University of Amazonas (UEA). 2024.

ABSTRACT

The Manaus Free Trade Zone IT Law brought into its legal framework the prioritization of thematic areas as one of the government measures for investments in RD&I in the Western Amazon and Amapá. Like any policy, public monitoring requires assertive instruments to monitor its results. Therefore, the objective of the study was to develop a methodology for monitoring the attractiveness of priority programs. Applied research was used to construct the methodology, together with a qualitative and quantitative approach. Finally, the results collected and Analyze in this work served as the basis for the development of a methodology proposal, which should contribute to monitoring the objectives of priority programs, presenting an index model and Work Plan that can meet the needs mentioned in this search.

Keywords: Priority Programs. Information Technology Law. Manaus Free Zone



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	21
FIGURA 2 ESQUEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA SEGUNDA ETAPA METODOLÓGICA	34



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 VALORES APORTADOS EM PP

26

GRÁFICO 2 SÉRIE TEMPORAL 2019 A 2021

31



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 ETAPAS BUROCRÁTICAS	23
QUADRO 2 ESQUEMATIZAÇÃO PLANO X INDICADORES PPBIO	37
QUADRO 3 ESQUEMATIZAÇÃO PLANO DE TRABALHO X INDICADORES PPEI	40
QUADRO 4 ESQUEMATIZAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO X INDICADORES - PPI4.0	42
QUADRO 5 RESULTADO DA TESTAGEM DO ÍNDICE NO PPBIO	47
QUADRO 6 RESULTADO DA TESTAGEM DO ÍNDICE NO PPEI	47
QUADRO 7 CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIOS E PONTUAÇÃO DO IGA I	48
QUADRO 8 ATRIBUIÇÃO DE NOTA, FÓRMULA E DESCRIÇÃO DO CÁLCULO DO IGA	49
QUADRO 9 AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO	49
QUADRO 10 CONCEITOS E ANÁLISE DO IGA	50
QUADRO 11 RESULTADO IGA PPBIO	51
QUADRO 12 RESULTADO IGA PPEI	52



LISTA DE TABELAS

TABELA 1 VALORES APORTADOS EM PP 2019	30
TABELA 2 PLANO DE AÇÃO	55



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
AC	Acre
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
AGU	Advocacia Geral da União
AM	Amazonas
AP	Amapá
APDM	Associação Polo Digital de Manaus
BI	Bens de Informática
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPDA	Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia
CAS	Conselho de Administração da Suframa
CITS	Centro Internacional de Tecnologia e Software
COART	Coordenação de Articulação Tecnológica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
ICT	Instituição Científica Tecnológica
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IGA	Índice Geral de Atratividade
i-TA	Índice de Transparência Ativa
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PP	Programas Prioritários
PPB	Processo produtivo Básico
PPBIO	Programa Prioritário de Bioeconomia
PPEI	Programa Prioritário de Empreendedorismo Inovador
PPI4.0	Programa Prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial
PROADM	Pró Reitoria de Administração
PROFNIT	Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação



PROPESP Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
RO Rondônia
RR Roraima
SOFTEX SOFTEX AMAZÔNIA
SUFRAMA Superintendência da Zona Franca de Manaus
TIC Tecnologia da Informação e Comunicação
UEA Universidade Do Estado Do Amazonas
ZFM Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	16
2	INTRODUÇÃO.....	17
3	JUSTIFICATIVA.....	18
3.1.1	Lacuna a ser preenchida pelo TCC.....	18
3.1.2	Aderência ao PROFNIT	18
3.1.3	Impacto	18
3.1.4	Aplicabilidade	18
3.1.5	Inovação.....	18
3.1.6	Complexidade	18
4	OBJETIVOS	19
4.1	OBJETIVO GERAL	19
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
4.2.1	Elaborar instrumentos de apoio a mensuração da atratividade dos programas prioritários;.....	19
4.2.2	Criar índice de atratividade para os programas prioritários;	19
4.2.3	Criar série histórica dos programas prioritários.	19
5	REFERENCIAL TEÓRICO	19
6	METODOLOGIA.....	26
6.1	LISTA DAS ETAPAS METODOLÓGICAS.....	26
6.1.1	Etapa Metodológica 1: Revisão de literatura sobre o tema	26
6.1.2	Etapa Metodológica 2: Criação da Série histórica dos Programas Prioritários..	27
6.1.3	Etapa Metodológica 3: Análise de superposições e redundâncias na construção do índice.....	27
6.1.4	Etapa Metodológica 4: Proposição de modelo de índice e Elaboração do Formulário de Avaliação	28
6.1.5	Etapa Metodológica 5: Aplicação do Experimento e Análise dos Resultados ...	28
6.2	Universo da pesquisa.....	28
6.2.1	Participantes.....	28
7	RESULTADOS e DISCUSSÕES	28
7.1.1	PROPOSTA DE METODOLOGIA.....	48
7.1.2	Proposta de modelagem do Índice de Atratividade	48
7.1.3	Reformulação do modelo de Plano de Trabalho	53
8	DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE A PESQUISA	66
9	CONCLUSÃO	67
10	PERSPECTIVAS FUTURAS	69
11	REFERÊNCIAS.....	71
	APÊNDICE A – Matrix FOFA (SWOT)	75



ProfNIT
MESTRADO

APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS	76
APÊNDICE C – Artigo submetido ou publicado	77
APÊNDICE D – Produto técnico-tecnológico	78
APÊNDICE E – Formulário I	129
APÊNDICE F – Formulário II	147
ANEXO A – Pedido de Informação Processo Nº 03005.225314/2023-66	154
ANEXO B- Acordo de Cooperação Técnica PPBIO	155
ANEXO C- Acordo de Cooperação Técnica PPEI.....	156
ANEXO D – Modelo De Plano De Trabalho para ACT Fornecido Pela AGU.....	157

1 APRESENTAÇÃO

A Lei de Informática da Zona Franca de Manaus (ZFM), nos últimos trinta anos, tem sido um importante instrumento de política pública para o fomento da PD&I na Amazônia Ocidental e no Amapá. No entanto, seus resultados são, por vezes, questionados devido à falta de instrumentos que demonstrem claramente seus impactos.

O segmento de Bens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem apresentado crescimento constante, e, somente em 2022, alcançou um montante de R\$ 51,33 bilhões, representando 29,49% do total de faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM). Nesse mesmo ano, o faturamento global do PIM foi de R\$ 174,1 bilhões (SUFRAMA, 2023).

As empresas beneficiadas pelos incentivos, por sua vez, devem investir até 5% do seu faturamento bruto em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I) interno e externo. Dentre as modalidades existentes, destaca-se a priorização de programas com áreas temáticas consideradas pelo Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (CAPDA) como essenciais para o desenvolvimento da região, conhecidos como programas prioritários.

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma ferramenta que permita mensurar a atratividade dos programas prioritários no contexto da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus, tornando operacional a sua observação e avaliação. Além disso, espera-se, com os resultados obtidos, demonstrar de forma transparente os seus impactos.

Entre os resultados alcançados, destaca-se a criação de uma metodologia de índice que mensura a atratividade dos programas prioritários, visando ao fomento da PD&I na Amazônia Ocidental e no Amapá.

2 INTRODUÇÃO

A promoção da PD&I na região Norte sempre foi um desafio, devido às singularidades de cada um de seus estados. Para superar as barreiras existentes, ao longo dos anos foram criadas políticas públicas em diversas esferas governamentais.

Além disso, os legisladores identificaram a necessidade de priorizar programas com temáticas específicas que auxiliassem no fomento à PD&I. Como pontuado por Lassance (2022), para que uma política pública ganhe escopo, é necessária a constituição de programas que viabilizem e organizem ações específicas, capazes de gerar os resultados esperados.

A Lei nº 8.248/1991, conhecida como a Lei de Informática Nacional, estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em atividades PD&I no setor de tecnologia da informação. Um dos instrumentos de incentivo previstos pela lei é a criação dos Programas Prioritários, que têm o objetivo de canalizar investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento tecnológico do país.

A Lei de Informática da Zona Franca de Manaus (Lei nº 8.387/1991) segue diretrizes semelhantes, mas com um foco específico na Amazônia Ocidental e no Amapá, buscando promover o desenvolvimento tecnológico e econômico da região por meio de investimentos em PD&I. Assim como na Lei de Informática Nacional, os Programas Prioritários da Zona Franca de Manaus são avaliados para garantir que os incentivos fiscais estejam resultando em avanços concretos.

No contexto da Região Norte, os Programas Prioritários da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus são um importante instrumento para a promoção da PD&I. Contudo, até o presente momento, não foram identificadas publicações que mensurem os benefícios proporcionados por essa priorização.

Ambos os contextos exigem avaliações rigorosas para assegurar que os investimentos estão gerando os benefícios esperados em termos de tecnologia e inovação. Diante disso, torna-se imprescindível que essa modelagem de política pública seja monitorada de forma estruturada. Uma das maneiras de alcançar esse objetivo seria por meio de índices de desempenho que avaliem a atratividade dos programas, contribuindo para o alcance dos resultados esperados.

3 JUSTIFICATIVA

3.1.1 Lacuna a ser preenchida pelo TCC

A pesquisa apresenta um ineditismo na mensuração da atratividade dos aportes de recursos em PD&I provenientes da Lei de Informática, na modalidade dos Programas Prioritários, estabelecidos pelo CAPDA. Esse diferencial está voltado para o monitoramento contínuo da atratividade dos programas, permitindo uma análise regular do desempenho ao longo do tempo, e não apenas focada na prestação de contas e na avaliação dos resultados finais.

3.1.2 Aderência ao PROFNIT

Os programas prioritários advindos da lei de informática da Zona Franca de Manaus são modalidades de uma política pública que buscam fomentar a PD&I na Amazônia Ocidental e Amapá. Tendo em vista que esse projeto busca desenvolver instrumentos de análise e acompanhamento da eficiência e efetividade dessa política, seus resultados se demonstram aderentes aos temas abordados no PROFNIT.

3.1.3 Impacto

O Projeto possibilitará que o CAPDA tenha novos instrumentos de monitoramento dos programas prioritários, o que acarretará um melhor gerenciamento dos objetivos previstos por cada programa.

3.1.4 Aplicabilidade

O instrumento de acompanhamento proposto contemplará uma metodologia de aplicação de índices a serem aplicados para a modalidade dos Programas prioritários.

O modelo proposto tem potencial para ser reaplicado na demais modalidades de investimentos em PD&I advindas da Lei nº 8.387/1991.

3.1.5 Inovação

O produto tecnológico trata-se de uma produção sem inovação aparente, já que se trata de uma produção técnica que findará na criação de metodologia de índices para mensuração da atratividade dos programas prioritários.

3.1.6 Complexidade

A pesquisa pode ser considerada de média complexidade já que será utilizado informações preexistentes na execução de sua metodologia.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolvimento de uma metodologia para acompanhamento da atratividade dos programas prioritários no contexto dos investimentos em PD&I da Lei Informática da Zona Franca de Manaus, que oferte aos gestores um conjunto de instrumentos a serem facilmente acompanhados ao longo do tempo.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.2.1 Elaborar instrumentos de apoio a mensuração da atratividade dos programas prioritários;

4.2.2 Criar índice de atratividade para os programas prioritários;

4.2.3 Criar série histórica dos programas prioritários.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

A região amazônica é composta de singularidades que envolvem, desde a sua logística, até a própria preservação da Floresta Amazônica, fatores esses que acabam por afetar o seu desenvolvimento.

Buscando dirimir essas disparidades, aos longos dos anos, foram sendo constituídos arcabouços legais, inclusive constitucionais, visando a garantia da promoção do desenvolvimento regional.

Especificamente no quesito de fomento à PD&I, a criação da Lei nº 8.387/1991, conhecida como Lei de Informática da Zona Franca de Manaus, trouxe um novo arcabouço de regulamentações específicas para atender esse objetivo, tendo como normativos primários o art. 2º e §3 da referida Lei, que informam:

Art. 2º Aos bens e serviços do setor de tecnologias da informação e comunicação industrializados na Zona Franca de Manaus serão concedidos os incentivos fiscais e financeiros previstos no art. 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, atendidos os requisitos estabelecidos no § 7º do art. 7º do referido Decreto-Lei.

(...)

§ 3º Para fazer jus aos benefícios previstos neste artigo, as empresas que tenham como finalidade a produção de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação deverão investir, anualmente, no mínimo 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da

comercialização de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação incentivados na forma desta Lei, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações e o valor das aquisições de produtos incentivados na forma do § 2º deste artigo, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, ou do art. 4º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação a serem realizadas na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, conforme projeto elaborado pelas próprias empresas, com base em plano de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação a ser apresentado à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Com esse incremento legislativo, as empresas produtoras de bens de TIC da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) e Amapá que gozassem dos incentivos, passariam a ter obrigações em PD&I de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações e o valor das aquisições de produtos incentivados (art. 5º do Decreto 10521/2020).

. Essa iniciativa, como bem destacado pela Associação Polo Digital de Manaus - APDM (2022), inova e permite que:

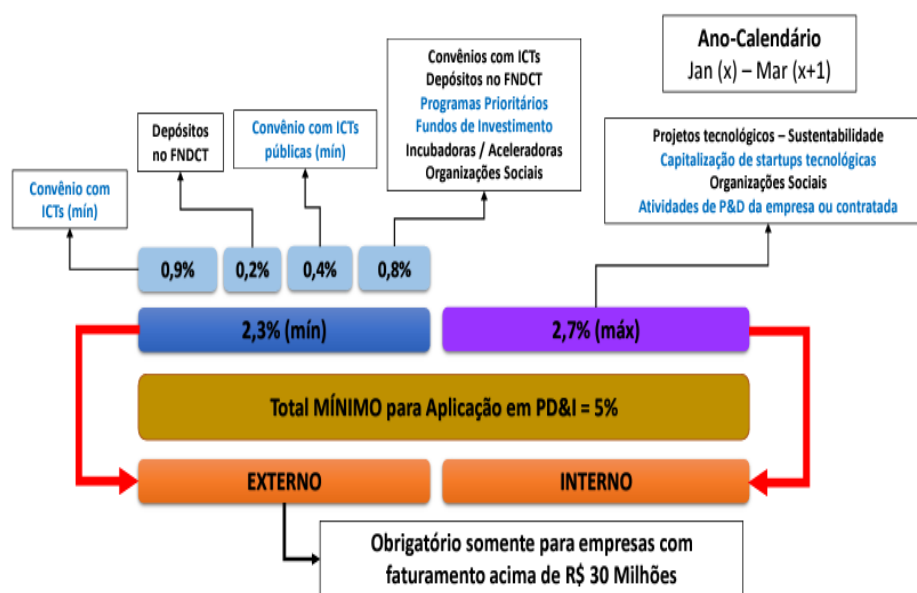
A lei nº 8387/1991 inovou em sua arquitetura ao abrir a possibilidade de que parcela desses investimentos destinados à PD&I, ainda que se trate de contrapartida à fruição de incentivos para a produção de bens de TIC, possa ser utilizada para financiar atividades de PD&I em outros temas (como por exemplo Bioeconomia) o que poderá reverter-se em oportunidades para que sejam geradas, ou fortalecidas, competências em Manaus (e também na Amazônia Ocidental), essenciais para o aproveitamento sustentável da inestimável biodiversidade que caracteriza o bioma Amazônico.

Nos dados disponibilizados pela SUFRAMA (2023), no exercício de 2022, o Polo industrial acumulou o montante de R\$ 51,33 bilhões, sendo o segmento de Bens de TIC o subsetor com maior participação no resultado global de faturamento do PIM, respondendo por 29,49% do total.

Quanto à Obrigação de PD&I, como divulgado pela SUFRAMA (2023), no ano de 2021 o montante totalizou R\$ 1.564.506.137,55, o que indica um grande volume de recursos disponíveis para projetos de PD&I na região.

As modalidades de investimentos se encontram descritas na Lei nº 8387/1991. A Figura 1 ilustra as modalidades de investimentos e os percentuais mínimos de obrigação.

FIGURA 1 Modalidades de Investimentos



Fonte: Suframa (2023)

Como demonstrado na Figura 1, dentre as modalidades de investimentos que as empresas podem aderir para gozarem dos benefícios, há uma específica, que atua com a priorização de temáticas entendidas como essenciais para a promoção do Desenvolvimento das áreas abrangidas pela Lei da Zona Franca de Manaus. Esses investimentos foram intitulados como Programas Prioritários, definidos pelo art. 2º, inciso I, da Resolução nº 02, de 31 de março de 2020 do Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia - CAPDA, como sendo:

I - PROGRAMA PRIORITÁRIO: conjunto de projetos voltados ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação considerado pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA de grande relevância para o desenvolvimento regional;

O Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, constituiu o Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA), que, além de definir as áreas temáticas consideradas prioritárias, é responsável pela definição de diretrizes para o gerenciamento do programa, as quais devem observar a importância dessas temáticas para a geração de emprego e renda na Região Amazônica e para o desenvolvimento sustentável, ambiental, econômico e social do país. Destaca-se, nesse contexto, o inciso VIII do art. 27, que atribui ao CAPDA a função de "avaliar os resultados dos programas e dos projetos desenvolvidos". (BRASIL, 2020).

Representantes dos Governos Estaduais dos Estados do AC, AM, AP, RR e RO, além de representantes do MCTI, BNDES, ABDI, FINEP, ICT, Comunidade científica da Amazônia Ocidental e Polo Industrial de Manaus compõem o referido comitê. Já sua coordenação, é realizada por representante do MDIC, coube à SUFRAMA atuar como Secretário Executivo (BRASIL, 2023).

A Resolução CAPDA nº 09, de 29 de outubro de 2019, definiu a abrangência das áreas temáticas dos programas prioritários, buscando garantir o alinhamento estratégico com as necessidades de desenvolvimento da região. Dentre os programas vigentes estão: Programa Prioritário de Bioeconomia (PPBio), Programa Prioritário de Fomento ao Empreendedorismo Inovador (PPEI) e o Programa Prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial (PPI4.0):

Art. 3º Fica estabelecido o Programa Prioritário de BIOECONOMIA, que consiste no desenvolvimento de soluções para a exploração econômica sustentável da biodiversidade, abrangendo:

- I - Prospecção de princípios ativos e novos materiais a partir da biodiversidade amazônica;
- II - Biologia sintética engenharia metabólica, nanobiotecnologia, biomimética e bioinformática;
- III - Processos, produtos e serviços destinados aos diversos setores da bioeconomia;
- IV - Tecnologias de suporte aos sistemas produtivos regionais ambientalmente saudáveis;
- V - Tecnologias de biorremediação, tratamento e reaproveitamento de resíduos;
- VI - Negócios de impacto social e ambiental; e
- VII - O estabelecimento ou aprimoramento de Incubadoras e Parques de Bioindústrias.

(...)

Art. 5º Fica estabelecido o Programa Prioritário de FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO INOVADOR, que consiste no desenvolvimento de um ecossistema de empreendedorismo inovador, abrangendo:

- I - Cultura empreendedora;
- II - Estruturação de novos negócios;
- III - Desenvolvimento de competências e habilidades em gestão de negócios inovadores;
- IV - Capacitação empreendedora;
- V - Preparação de aceleradoras e incubadoras;
- VI - Incentivo ao capital empreendedor;
- VII - Escalonamento (scale-up): aceleração de empresas inovadoras de alto crescimento; e
- VIII - Investimento corporativo em capital de risco (corporate venture): incentivo aos investimentos em negócios inovadores

nascentes.

(...)

Art. 6º Fica estabelecido o Programa Prioritário de INDÚSTRIA 4.0 E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL, que consiste no desenvolvimento de um ecossistema voltado para a indústria 4.0 e a manufatura do futuro, abrangendo:

- I - Sistemas ciber-físicos;
- II - Sistemas inteligentes e manufatura;
- III - Automação de processos industriais;
- IV - Impressão 3D;
- V - Robótica;
- VI - Fábricas inteligentes;
- VII - Inteligência artificial;
- VIII - Cibersegurança;
- IX - Análise e tratamento de grandes volumes de dados (big data);
- X - Realidade virtual; e
- XI - Novas técnicas de manufatura enxuta e digitalização industrial.

O investimento em programas prioritários é realizado por empresas investidoras que destinam recursos financeiros a uma conta específica do programa. Esse investimento pode ser direcionado a projetos específicos, desde que o valor seja superior a R\$ 100 mil e que o Plano de Utilização de Recursos (PUR) esteja previamente aprovado. Além disso, programas que captam mais de R\$ 10 milhões anuais devem aplicar, no mínimo, 15% desses recursos fora da Região Metropolitana de Manaus, promovendo a distribuição dos investimentos (BRASIL, 2020).

A coordenação técnica, administrativa e financeira de cada programa é atribuída a uma Instituição Coordenadora, selecionada por meio de editais de chamamentos públicos e formalizada por Acordo de Cooperação Técnica, com vigência de até cinco anos, renovável por acordo mútuo (BRASIL, 2020).

A par disso, o Quadro 1 melhor exemplifica o processo burocrático detalhado no parágrafo anterior:

QUADRO 1 Etapas Burocráticas

Programa Prioritário	Chamamento Público	Formalização do ACT	Coordenadora Habilitada	Vigência do ACT
PPBIO	Chamamento Público CAPDA nº 2/2018	ACT nº 04/2018	IDESAM	Vigência Inicial (31/12/2023) Renovado
PPI4.0	Chamamento Público CAPDA nº 3/2018	ACT nº 05/2018	CITS AMAZONAS	01/03/2025
PPEI	Chamamento	ACT nº 05/2018	SOFTEX	Vigência

	Público CAPDA nº 4/2018			Inicial (05/02/2024) Renovado
--	----------------------------	--	--	--

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela SUFRAMA (2024)

As instituições coordenadoras são obrigadas a prestar contas regularmente à SUFRAMA, devendo apresentar um relatório anual até 30 de junho, referente aos aportes e projetos realizados no ano anterior, e um relatório final em até 90 dias após o término do ACT. Essas prestações de contas, tanto a anual quanto a final, incluem um relatório detalhado sobre a execução técnica do projeto, evidenciando os resultados alcançados, a descrição das ações desenvolvidas, os documentos que comprovam a execução do objeto e os relatórios de auditoria independente (BRASIL, 2020).

A SUFRAMA lançou o Manual para a Elaboração do Relatório de Resultados dos Programas Prioritários (2023), com o intuito de simplificar a fase de avaliação de encerramento, na qual são analisadas minuciosamente a execução das atividades em conformidade com as metas definidas no Plano de Trabalho, bem como os resultados efetivamente alcançados. Essa etapa abrange a análise das atividades realizadas, das áreas temáticas que orientam o programa e dos objetivos e resultados previstos.

Contudo, os Programas Prioritários enfrentam, como principais desafios em termos de política pública, a complexidade burocrática e a rigidez nas diretrizes estabelecidas. O processo de análise dos resultados dos projetos é bastante complexo, demandando relatórios detalhados e avaliações rigorosas, o que acaba dificultando a eficácia do monitoramento e a implementação de melhorias contínuas.

Segundo Oliveira e Reis (2016), o monitoramento contínuo refere-se ao acompanhamento regular de informações relevantes, com o objetivo de identificar mudanças, sem, entretanto, explorar suas causas em profundidade. Trata-se de um processo sistemático e contínuo de supervisão de indicadores, que visa coletar dados em tempo oportuno para auxiliar a tomada de decisões, reduzir problemas e realizar ajustes necessários. De acordo com os autores, esse processo permite avaliar a execução das atividades e verificar se os resultados pretendidos estão sendo alcançados.

O monitoramento contínuo é caracterizado pelo acompanhamento sistemático e permanente das ações em execução, permitindo a coleta de dados em tempo real e a identificação de problemas ou desvios antes que eles possam comprometer os resultados esperados. Diferente das análises ex ante, que se concentram na avaliação

prévia e na previsão dos possíveis impactos antes da implementação de uma política, e das análises ex post, que avaliam os resultados após a conclusão das ações, o monitoramento contínuo oferece uma abordagem mais dinâmica e adaptativa, permitindo ajustes durante a execução.

Segundo Jannuzzi (2014), a relevância do monitoramento contínuo nas políticas públicas está na sua habilidade de promover a transparência, otimizar a administração dos recursos e garantir que os objetivos sejam alcançados de forma eficiente. Esse tipo de monitoramento possibilita ajustes imediatos, reduzindo a possibilidade de falhas e aprimorando a eficácia na utilização dos recursos públicos.

Outro destaque especial deve ser dado às informações de valores dos Programas prioritários extraídos dos últimos 5 anos, que demonstram o crescente aumento em investimentos em programas prioritários, com exceção de 2020, conforme demonstrado no Gráfico 1:

GRÁFICO 1 Valores Aportados em PP



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela SUFRAMA (2023)

Deduz-se, portanto, a importância de instrumentos que auxiliem no monitoramento contínuo dos resultados dos objetivos pactuados para execução dos Programas Prioritários.

6 METODOLOGIA

Por se tratar da construção de instrumento auxiliar de monitoramento de uma política pública, o presente trabalho possui como sua natureza ser pesquisa aplicada, uma vez que tem como foco solucionar problemas reais demandados por uma instituição, por meio da utilização de conhecimentos previamente existentes para elaboração de ações práticas que objetivem gerar impacto (Fleury e Werlang, 2016).

Para o método da pesquisa serão empregadas as abordagens quantitativas e qualitativas, de forma que ambas se complementem.

A escolha pela abordagem quantitativa se justifica pela necessidade de construir um índice que apresente, de forma percentual, a evolução da atratividade dos programas prioritários ao longo do tempo. Esse método possibilita a redução de uma grande quantidade de informações complexas em dados concisos e interpretáveis, como destaca Cervi (2017). Ao transformar esses dados em índices percentuais, a análise torna-se mais objetiva e prática, permitindo que as principais características dos programas sejam evidenciadas rapidamente.

Já a abordagem qualitativa subsidiará a realização da análise dos resultados gerados, o que permitirá uma série histórica da evolução da atratividade dos programas prioritários, pois a abordagem qualitativa, como pontuado por Silva e Menezes (2005), basicamente explora a interpretação e a atribuição de significados do conteúdo a ser analisado, tornando a análise do processo o foco principal da abordagem.

Do ponto de vista procedimental, serão priorizadas a utilização de duas técnicas, a documental e a experimental. Quanto à primeira, a seleção decorre em virtude do tratamento analítico que será realizado das informações. Já quanto à técnica experimental, como corroborado por Silva e Menezes (2005), uma vez definido o objeto de estudo, será feita uma classificação quanto ao procedimento e observados os efeitos desses resultados.

6.1 LISTA DAS ETAPAS METODOLÓGICAS

6.1.1 Etapa Metodológica 1: Revisão de literatura sobre o tema

Nesta etapa serão realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, com o

objetivo de propiciar o aprofundamento e a aplicação do conhecimento no objeto de estudo.

No que consiste especificamente à pesquisa documental, as fontes de dados primários utilizadas serão as Leis, Decretos Federais, Resoluções do CAPDA, Notas Informativas e demais documentos produzidos pela Suframa e CAPDA, além da utilização dos dados Públicos disponibilizados pela Suframa em seu Site Institucional e Pedidos de Informações formalizados via Plataforma Fala.BR.

Como fontes secundárias serão realizadas pesquisas de índices que possam ser adaptados e utilizados.

6.1.2 Etapa Metodológica 2: Criação da Série histórica dos Programas Prioritários

A justificativa para apresentar os resultados em forma de aportes está relacionada à necessidade de analisar e compreender o volume de investimentos direcionados aos programas prioritários ao longo do período de 2019 a 2021. Nesta etapa, será realizada a filtragem e o cruzamento dos dados obtidos através da Plataforma Fala.BR e dos dados disponíveis no site da Suframa, garantindo a precisão e a relevância das informações utilizadas na análise.

6.1.3 Etapa Metodológica 3: Análise de superposições e redundâncias na construção do índice.

Nesta etapa, será realizada uma análise detalhada do modus operandi dos programas prioritários, com foco em identificar os fatores limitantes que dificultam a coleta e a organização dos dados que irão compor o índice. Essa análise permitirá entender melhor os obstáculos que podem comprometer a qualidade e a consistência das informações, possibilitando, assim, a identificação de soluções eficazes para superar essas dificuldades.

Simultaneamente, será feita a seleção criteriosa dos dados que mais se adequam à constituição do índice. Para garantir a precisão e a relevância dessa seleção, serão utilizados modelos de índices previamente pesquisados como referência, permitindo que os dados escolhidos reflitam de forma precisa as variáveis necessárias para a construção do índice. Essa abordagem busca garantir que os dados utilizados sejam os mais representativos e consistentes, de forma a assegurar

a credibilidade e a eficácia do índice final.

6.1.4 Etapa Metodológica 4: Proposição de modelo de índice e Elaboração do Formulário de Avaliação

Nesta etapa será realizado o desenvolvimento do modelo de índice com base nos critérios definidos nas etapas anteriores. Para isso, serão definidos os Eixos Temáticos e indicadores de cada programa prioritário. Na sequência será realizada a elaboração do formulário que será aplicado na próxima etapa.

6.1.5 Etapa Metodológica 5: Aplicação do Experimento e Análise dos Resultados

Nessa fase será realizada a aplicação do formulário aos sujeitos da pesquisa para validação. Caso sejam necessárias adequações, serão priorizadas as ações corretivas, sem necessidade de nova validação para prosseguimento da análise dos resultados.

6.2 Universo da pesquisa

Quanto à amostragem à qual será submetida a pesquisa, é importante verificar que o universo a ser considerado será os Programas Prioritário vigentes, excluindo, portanto, os programas prioritários que já foram encerrados.

6.2.1 Participantes

O sujeito da pesquisa será a Coordenação de Articulação Tecnológica (COART) da Suframa que atua no acompanhamento dos programas prioritários no âmbito da Suframa e elabora os pareceres que auxiliam as decisões do CAPDA.

7 RESULTADOS e DISCUSSÕES

A conclusão da primeira etapa metodológica foi fundamental para elaboração do roteiro de pesquisa a ser seguido reunindo informações acerca dos programas prioritários, de modo a permitir conceituar o que seria o índice de atratividade e quais

aspectos seriam mensurados na construção da proposta desse índice.

Isto posto, na pesquisa documental foram levantadas informações sobre os contextos que envolvem os programas prioritários, que envolvem seus objetivos, regulamentos e etapas burocráticas.

Na coleta de informações da pesquisa documental utilizou-se como instrumento a solicitação de acesso à informação prevista no art.7º, incisos V e VII da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011(BRASIL,2011).

Traz-se o registro de que cópia das solicitações e dos ACTs consta nos anexos dessa pesquisa.

No que se refere ao conceito que engloba o índice de atratividade, para fins desse estudo foi considerado o referido índice como instrumento responsável por mensurar o grau de cada temática priorizada em propiciar um ambiente favorável para a geração de emprego e renda na Região Amazônica Brasileira e para o desenvolvimento sustentável, ambiental, econômico e social do País derivadas das temáticas dos programas prioritários.

Na execução da Segunda Etapa Metodológica foram utilizados os dados levantados por meio do Pedido de Informação nº 03005.225314/2023-66, de 18/07/2023, a qual como resposta a Suframa informou os Valores aportados anualmente e, especificamente em cada ICT coordenadora de cada programa prioritário vigente no período de 2019 a 2021, conforme tabela 01:

TABELA 1 Valores aportados em PP 2019 a 2021

PROGRAMA	DECORRENTE DE PD&I/BI			DECORRENTE DE PD&I/PPB		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
BIOECONOMIA (PPBIO)	R\$ 5.575.134,88	R\$ 6.082.753,51	R\$ 14.229.339,19	R\$ 2.120.619,05	R\$ 1.481.454,95	R\$ 254.778,12
ECONOMIA DIGITAL (PPED)	R\$ 8.104.062,51	R\$ 2.128.634,00	R\$ 0,00	R\$ 1.325.831,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO INOVADOR (PPEI)	R\$ 2.194.061,06	R\$ 1.948.946,04	R\$ 12.462.960,00	R\$ 47.563,44	R\$ 389.170,61	R\$ 0,00
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (PPRH)	R\$ 27.110.076,05	R\$ 1.400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 577.932,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00
INDÚSTRIA 4.0 E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL (PPI4.0)	R\$ 3.464.940,13	R\$ 23.529.833,36	R\$ 104.704.322,31	R\$ 284.441,06	R\$ 1.724.458,39	R\$ 2.003.440,56
TOTAL POR ANO-BASE	R\$ 46.448.274,63	R\$ 35.090.166,91	R\$ 12.462.960,00	R\$ 4.356.387,77	R\$ 3.595.083,95	R\$ 2.258.218,68

Fonte: Pedido de Informação nº 03005.225314/2023-66

Ao confrontar os valores fornecidos por meio da Plataforma Fala.BR com os valores disponibilizados no site da Suframa, observam-se valores distintos nos aportes decorrentes de PD&I/BI em 2021. Assim, para fins desse estudo será considerado para o ano de 2021, o valor total de R\$ 131.396.621,50, disponibilizada no site da Suframa, tendo em vista, ser o valor mais atualizado.

A escolha de considerar o valor total de R\$ 131.396.621,50, disponibilizado no

site da Suframa para os aportes decorrentes de PD&I/BI em 2021, justifica-se pelo critério de atualização e confiabilidade dos dados. Assim, diante dessa divergência entre as fontes de dados, optou-se por adotar a informação mais recente e que melhor reflete a realidade do período analisado.

Ademais, o valor divulgado pela Suframa foi selecionado por sua atualização mais recente, o que indica a incorporação de possíveis revisões nos dados de aportes após a divulgação inicial dos valores na Plataforma Fala.BR.

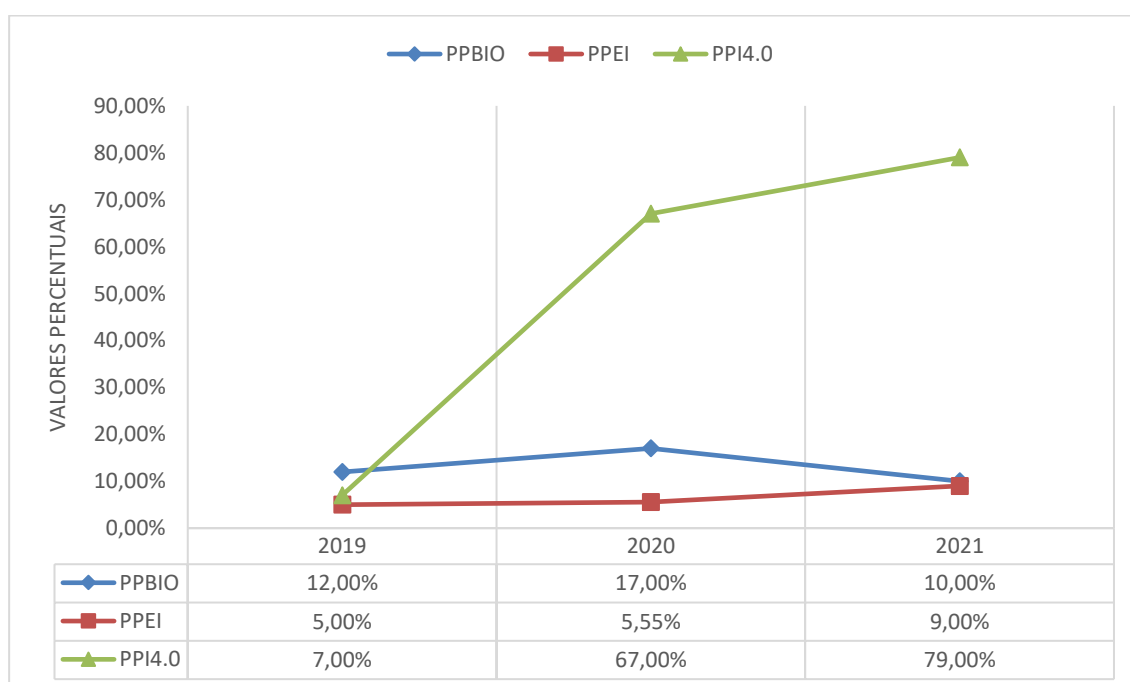
Para fins de parametrização da série histórica foram considerados apenas os valores decorrentes de PD&I em BI, ou seja, não foram contabilizados os aportes em programas prioritários decorrentes de PD&I/PPB.

Para construção dos resultados que compõem o gráfico, optou-se por utilizar no cálculo uma média simples dos seus resultados, por meio da seguinte fórmula:

$$\% \text{ ANUAL DE APORTES EM PP} = \frac{\text{Aporte Anual em PP decorrente de PD\&I/BI}}{\text{Valor total de aportes em PP de PD\&I/BI}} \times 100$$

Com base nos cálculos percentuais obtidos foi possível construir a seguinte série temporal:

GRÁFICO 2 Série Temporal 2019 a 2021



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela SUFRAMA (2023)

A escolha de utilizar apenas a série temporal de 2019 a 2021 para a análise dos aportes destinados aos programas prioritários de PD&I/BI fundamenta-se em

critérios de relevância, atualização dos dados e contexto econômico.

Esse recorte temporal permite uma avaliação focada em um período recente, que apresenta características específicas em termos de investimentos e dinâmica de desenvolvimento regional, além de incorporar os efeitos de contextos conjunturais que impactaram diretamente a alocação de recursos.

Nota-se que o maior crescimento em aportes foi no PPI 4.0, o que pode ter ocorrido em virtude da temática do respectivo programa prioritário ou em decorrência de outros fatores que poderão ser mais bem identificados com o auxílio do índice de atratividade.

Ademais, com os resultados obtidos também foi possível identificar uma queda de aportes em 2021 no PPBIO, totalizando uma redução percentual de 41% se comparada com o ano anterior. Os fatores que ocasionaram essa redução poderão ser mais bem esclarecidos com os resultados da aplicação do índice de atratividade.

Todavia, já é possível verificar que, no ano de 2021, o PPI4.0 recebeu um valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Nesse contexto, a Resolução CAPDA nº 2/2020, no art. 4º, § 2º, estipula a contratação de uma segunda Instituição Coordenadora para o respectivo Programa Prioritário.

Dando sequência, a terceira etapa metodológica na busca de modelos de índices, optou-se por índices simples e de fácil replicação, nesse sentido, priorizando-se o estudo de dois modelos de índices.

A escolha do método do Índice de Transparência Ativa (i-TA) como uma das bases para a criação do Índice de Atratividade se justifica por sua eficácia e credibilidade na avaliação de práticas de transparência em órgãos públicos. O i-TA, utilizado pela Controladoria Geral de Brasília, oferece uma estrutura consolidada para mensurar a disponibilidade e a qualidade das informações disponibilizadas de forma ativa, ou seja, sem que seja necessário o acionamento de demandas específicas, já que estabelece:

O Governo de Brasília, por meio da Controladoria-Geral, baseado no Art. 46 da Lei 4.990, de 12 de dezembro de 2012, estabelece o Índice de Transparência Ativa (i-TA) que busca mensurar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, como mecanismo de incentivo ao incremento da transparência e do controle social.

O i-TA possibilita a padronização de critérios, garantindo que o índice de atratividade seja construído com base em um modelo que já demonstrou sucesso na mensuração de variáveis complexas, além de ser ajustável para o contexto dos programas prioritários.

Ao adaptar os princípios do i-TA para a construção do Índice de Atratividade, é possível criar um instrumento que avalie de forma objetiva e quantitativa a evolução e o potencial de atração dos programas. Isso permite que se evidenciem pontos fortes e áreas de melhoria, orientando tanto a gestão dos programas quanto as decisões estratégicas para potencializar sua atratividade ao longo do tempo.

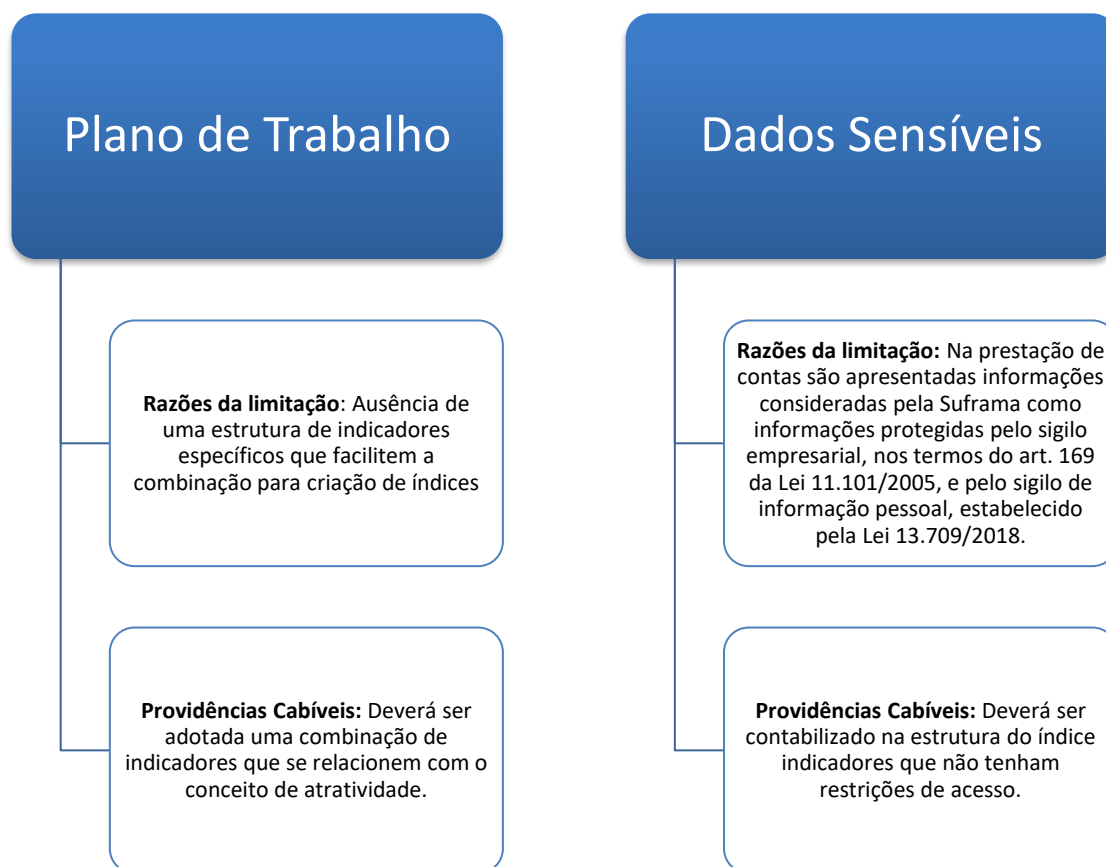
Na proposta de construção do Índice de Atratividade, além do método do Índice do i-TA, também foi priorizado o estudo da metodologia dos índices de sustentabilidade local, particularmente os aplicados para os municípios da região da Bacia do Piracicaba (MG). De acordo com Braga et al. (2003), essa metodologia se mostrou uma ferramenta valiosa para a avaliação ambiental dos padrões de desenvolvimento e para a comparação entre municípios, mesmo quando trabalhava com um conjunto diversificado de dados.

A escolha desse modelo se deve à sua capacidade de organizar diferentes variáveis em um sistema coerente e coeso, facilitando a visualização e a interpretação dos resultados. A metodologia dos índices de sustentabilidade local permite incorporar uma ampla gama de variáveis em um único índice, criando uma visão integrada de aspectos que influenciam o desenvolvimento de uma região ou programa. Isso é particularmente relevante para o Índice de Atratividade, que precisa levar em conta fatores diversos como geração de emprego e desenvolvimento sustentável.

Ademais, a metodologia dos índices de sustentabilidade mostrou-se eficaz em criar um sistema de dados que permite a comparação entre diferentes contextos, como municípios. Esse princípio também se aplica ao Índice de Atratividade, possibilitando a comparação entre programas prioritários em diferentes períodos ou regiões, oferecendo uma visão clara de quais programas se destacam em termos de atratividade e quais necessitam de melhorias.

Definidos os modelos aplicáveis, passou a ser feito a identificação de superposições e redundâncias na construção do índice, agrupando os fatores limitantes e criando medidas de sobreposição dos fatores, conforme demonstrado na Figura 2:

FIGURA 2 Esquematização dos Resultados da Segunda Etapa Metodológica



Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Como demonstrado na Figura 2, através desse procedimento foi possível mapear a necessidade de adequação dos Planos de Trabalho aos modelos recomendados pela CGU, pois essa não estruturação padrão dificulta no primeiro momento a análise dos indicadores, sem, contudo, impedir sua análise.

Ainda comentando os resultados, identificou-se uma limitação quanto à utilização dos dados relacionados às prestações de contas, conforme resposta obtida por meio do Pedido de Informação Nº 03005.228988/2023-12, de 21/07/2023, no qual a Suframa esclarece que os respectivos documentos não poderão ser disponibilizados parcialmente ou integralmente devidos a restrições:

Relativo ao seu Pedido de Informação, e em conformidade com o estabelecido no Decreto nº. 7.724/2012, que regulamenta a Lei nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/Suframa, por meio da Superintendência Adjunta de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica - SDI, informa que devido a natureza dos pareceres de acompanhamento e avaliação prestação de contas dos Programas Prioritários do CAPDA, em que são avaliadas extratos financeiros, registros trabalhistas e outros comprovantes de pagamentos, por exemplo, as manifestações técnicas emitidas abordam informações protegidas pelo sigilo empresarial, nos termos do art. 169 da Lei 11.101/2005, e pelo sigilo de

informação pessoal, estabelecido pela Lei 13.709/2018.

Por essa razão, não é possível fornecer acesso, ainda que parcial, aos referidos Parecer Técnicos. Tais expedientes tem como interessado as respectivas entidades coordenadoras, que são quem apresentar as informações originalmente à Suframa e quem estão sujeitas aos impactos jurídicos decorrentes das conclusões técnicas manifestadas.

Após uma análise abrangente das fontes de dados disponíveis, identificou-se que os Planos de Trabalho, firmados por meio da formalização dos ACTs, oferecem metas e indicadores que foram amplamente publicizados. A publicização desses indicadores facilita o acesso a informações sobre os objetivos estabelecidos nos Planos de Trabalho, fornecendo uma base inicial valiosa para a pesquisa. Como os ACTs são acordos formais que definem compromissos e responsabilidades entre as partes envolvidas, eles constituem documentos que agregam um conjunto de indicadores de desempenho relevantes para o monitoramento de atividades e projetos de inovação.

Dessa forma, ao definir quais dados utilizar, a pesquisa optou por utilizar os indicadores publicizados nos Planos de Trabalho, reconhecendo a importância desses documentos como uma fonte oficial de metas e critérios de avaliação. Entretanto, a pesquisa também reconhece as limitações impostas pela falta de acesso aos resultados finais desses indicadores, o que direciona a análise para uma perspectiva mais voltada ao acompanhamento dos processos e menos ao impacto final das metas. Esse enfoque metodológico permite que a pesquisa permaneça viável, ao mesmo tempo em que levanta questões críticas sobre a necessidade de maior transparência nos resultados dos programas prioritários e de inovação.

Portanto, a pesquisa não apenas considera a utilidade dos dados disponíveis, mas também contextualiza e critica as limitações que emergem da falta de acesso aos resultados, contribuindo para um debate mais amplo sobre transparência e avaliação de políticas públicas.

Desse modo, estruturou-se que o índice de Atratividade será composto por quatro indicadores pautados em temas alinhados aos objetivos dos programas prioritários, sendo eles: i) Geração de Emprego e Renda; ii) Capilaridade na área de atuação; iii) Desenvolvimento Sustentável; IV) Capacidade política e institucional. Combinados, os quatro indicadores buscam mensurar as ações dos programas prioritários para propiciar um ambiente favorável para a geração de emprego e renda na Região Amazônica Brasileira e para o desenvolvimento sustentável, ambiental, econômico e social do País.

O indicador de Geração de Emprego e Renda tem como diretriz, demonstrar como a Coordenadora do respectivo programa prioritário planeja suas ações para Geração de Emprego e Renda, nas ações deverão ser incluídos metas para geração de novos postos de trabalho; Investimentos em novos negócios; e investimentos em Capital Intelectual.

O indicador de Capilaridade na área de atuação demonstrará como o respectivo programa prioritário planeja suas ações em locais diversos da Região Metropolitana de Manaus. Também serão contabilizados os projetos desenvolvidos em conjunto com as ações para disseminar a temática ao ecossistema de Inovação.

O indicador de Desenvolvimento Sustentável avalia o grau de impacto da temática em ações que promovam o crescimento econômico por meio da conservação ambiental e preocupação social. Nesse sentido, serão utilizadas combinações de ações que envolvem desenvolvimento de projetos em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030 e demais políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, bem como as contribuições para o desenvolvimento de tecnologias e inovações sustentáveis dentro da respectiva temática. Para esse indicador foram considerados como requisitos: A agenda 2030 ODS e a Integração com Políticas e agendas Públicas

Por fim, o Indicador de Capacidade política e institucional avaliará a capacidade da coordenadora de executar suas atividades de gestão. Concomitantemente, será avaliada execução dos eixos que abrangem a área temática priorizada. Assim, ficaram definidos como requisitos: Gestão, Parcerias Estratégicas e a Integração com os Eixos temáticos.

Os critérios para a seleção dos indicadores no Plano de Trabalho foram estabelecidos com base na necessidade de monitorar e avaliar o progresso em áreas estratégicas, alinhadas aos objetivos dos planos PPBIO, PPEI e PPI4.0. Na quarta etapa metodológica, foi realizado o levantamento dos indicadores correspondentes a cada requisito, garantindo que as métricas selecionadas refletissem de forma precisa as metas e objetivos traçados para cada plano.

Durante esse processo, as amostras que se caracterizaram como outliers, isto é, dados que não se adequavam aos requisitos e aos conceitos dos indicadores temáticos, foram excluídas do escopo do estudo. Essa abordagem teve como objetivo criar um conjunto de amostras mais consistente e representativo, permitindo que os indicadores selecionados fossem compatíveis com a realidade dos planos e

contribuíssem para um monitoramento eficaz.

Os Quadros 2, 3 e 4 apresentam de forma detalhada a relação entre as metas dos planos de trabalho do PPBIO, PPEI e PPI4.0 com os indicadores temáticos propostos, sistematizando a conexão entre os indicadores, seus critérios de seleção e a classificação de acordo com o modelo lógico de políticas públicas. Este modelo, conforme o Ministério da Justiça e Segurança Pública (2021), é uma ferramenta essencial na construção de políticas públicas, pois oferece uma visão clara das propostas, resultados e impactos esperados. Ele é útil para a avaliação prévia de projetos, melhorando a formulação inicial, o aperfeiçoamento das políticas públicas e a alocação de recursos, além de aumentar a eficiência dos gastos e a efetividade na prestação de serviços à sociedade.

O modelo lógico utilizado sugere a divisão dos indicadores em quatro categorias principais, de forma a entender melhor a contribuição de cada um em diferentes estágios do processo:

- a) **Indicadores de Insumo:** Relacionam-se aos recursos mobilizados para a execução das ações, como investimentos em novos negócios.
- b) **Indicadores de Processo:** Avaliam as atividades implementadas, como o número de eventos realizados para promover parcerias.
- c) **Indicadores de Resultado:** Medem os resultados imediatos das ações, como a quantidade de startups apoiadas.
- d) **Indicadores de Impacto:** Avaliam os efeitos de longo prazo, como a contribuição para os objetivos da Agenda 2030.

A classificação dos indicadores nos quadros segue essa estrutura, assegurando que cada métrica contribua de forma clara e objetiva para os eixos temáticos dos planos, como geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável, e fortalecimento institucional. Esta organização permite que as atividades dos planos sejam direcionadas de forma eficiente, garantindo que os recursos sejam aplicados de maneira estratégica para alcançar os impactos desejados.

Os quadros a serem apresentados oferecem uma visão detalhada da seleção dos indicadores e de sua classificação, facilitando a compreensão de como cada um contribui para as metas gerais dos planos de trabalho do PPBIO, PPEI e PPI4.0. Isso reforça a importância de uma abordagem estruturada e baseada em evidências para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento e inovação regional.

QUADRO 2 Esquematização Plano de Trabalho x Indicadores PPBio

INDICADORES TEMÁTICOS	REQUISITOS DOS INDICADORES	CRITÉRIOS DE ESCOLHA	MODELO LÓGICO	INDICADORES
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	Investimentos em novos negócios	Viabilidade de captação de recursos	Insumo	1.1 Captar 56 milhões de reais para financiamento de projetos de P&D, incubadoras e startups no âmbito do PPBio. *
		Relevância para metas de inovação	Resultado	1.2 Aprovar o financiamento de 41 projetos até 2023 *
		Investimentos em Startups	Resultado	2.6 Realizar aporte de recursos financeiros em 08 startups ou negócios de impacto.
	Recursos Humanos	Importância de fortalecer o capital intelectual para apoiar o crescimento do ecossistema de inovação, formando líderes e empreendedores aptos a desenvolver novos negócios	Resultado	1.8. Formação de recursos humanos: 50 profissionais capacitados em empreendedorismo inovador e preparação de negócios nas áreas*
CAPILARIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Projetos desenvolvidos fora da região Metropolitana de Manaus e nos demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá	Fomentar a descentralização das ações e integrar regiões menos atendidas ao ecossistema de inovação, reduzindo desigualdades regionais.	Processo	1.4 Realizar pelo menos 5 (cinco) projetos com ICTs de fora da região Metropolitana de Manaus abrangendo no mínimo 3 Estados da Amazônia Ocidental.
	Atração de Investimentos	Potencial para fortalecer a rede de inovação regional e criar oportunidades de atração de capital externo.	Processo	1.6 Lançar um evento anual em torno do PPBio e realizar 4 edições voltadas para prospectar novos projetos, parcerias nacionais e internacionais e atrair investimentos no ecossistema de inovação na ZFM.
		Importância de fortalecer a presença institucional e a influência em discussões estratégicas sobre a bioeconomia.	Processo	2.2 Participar ativamente de 12 reuniões/eventos em torno temas políticos, legislativos e programáticos em torno da bioeconomia na Amazônia.
	Agenda 2030 ODS	Importância de alinhar as ações do PPBio com os	Impacto	1.13. Agenda ODS 2030: contribuir com

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		compromissos internacionais de desenvolvimento sustentável.		pelo menos 80% dos objetivos 2030*
	Integração com Políticas e agendas Publicas	Alinhamento com as diretrizes nacionais para promover um crescimento sustentável.	Resultado	1.9. Sintonia com o Plano Nacional do Crescimento Verde (PNCS): mínimo de 20 projetos conciliados coma a promoção do PNCS nos temas*:
		Importância de promover a proteção de produtos e serviços regionais, valorizando a bioeconomia local.	Resultado	1.11. Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual: atendimento a pelo menos 02 marcas coletivas e/ou identificador geográfico*
CAPACIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL	Integração com os Eixos temáticos	Fomentar a diversificação econômica e a inovação nos setores produtivos regionais.	Resultado	1.3 Contribuir diretamente com a introdução de 40 processos, produtos e serviços inovadores da bioeconomia em pelos menos 5 diferentes setores de produção *
	Parcerias Estratégicas	Necessidade de garantir recursos financeiros para o fomento de novas iniciativas.	Insumo	2.3 Criar e/ou participar da formação de um fundo de investimentos para o PPBIO.
		Estratégia para ampliar a base de parceiros e obter investimentos de empresas locais.	Processo	2.4 Apresentar o PPBio a no mínimo 60% das empresas obrigadas a investimentos de P&D na Zona Franca de Manaus.
	Gestão	Importância de garantir recursos suficientes para a execução do plano estratégico.	Insumo	Captar 3,276 milhões de reais para implantação do plano estratégico do PPBIO
		Necessidade de fortalecer a governança e a coordenação das iniciativas do PPBIO	Insumo	Estabelecer um conselho estratégico do PPBIO

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Como demonstrado no Quadro 2 os indicadores temáticos do PPBio foram organizados para atender a diferentes dimensões estratégicas abrangidas na proposta do IGA. Na categoria de Geração de Emprego e Renda, destacam-se os investimentos em novos negócios, com a captação de 56 milhões de reais para financiar projetos de P&D, considerados um insumo essencial para o fortalecimento do ecossistema de inovação. Além disso, a aprovação de 41 projetos até 2023 reflete um resultado direto das ações voltadas para impulsionar a inovação na região. Os aportes em startups também são fundamentais, gerando impacto no desenvolvimento

de novos negócios de impacto social e econômico.

Na área de Recursos Humanos, a capacitação de 50 profissionais em empreendedorismo inovador é classificada como resultado, sendo crucial para fortalecer o capital intelectual e formar líderes capazes de dinamizar o ecossistema regional. Esse foco na formação de recursos humanos busca assegurar que a região tenha as competências necessárias para enfrentar os desafios da inovação e da competitividade.

Em termos de Capilaridade na Área de Atuação, o indicador de realização de pelo menos cinco projetos com ICTs em estados da Amazônia Ocidental promove a descentralização das atividades do PPBio, ampliando o acesso à inovação fora da região metropolitana de Manaus. Este é considerado um processo fundamental para reduzir desigualdades regionais e integrar áreas menos desenvolvidas. A Atração de Investimentos é também destacada por meio de eventos e da participação em discussões estratégicas, que buscam ampliar a visibilidade e atrair capital externo para fortalecer a rede de inovação regional.

No âmbito do Desenvolvimento Sustentável, a contribuição com pelo menos 80% dos objetivos da Agenda 2030 é classificada como impacto, indicando o compromisso do PPBio com metas globais de sustentabilidade. Já a Integração com Políticas e Agendas Públicas, como a promoção de projetos alinhados ao Plano Nacional do Crescimento Verde (PNCS), é vista como um resultado de ações que conciliam as estratégias do programa com as diretrizes nacionais de desenvolvimento sustentável.

Por fim, a Capacidade Política e Institucional e a Gestão são essenciais para o sucesso do PPBio. A integração com eixos temáticos que introduzem novos processos e produtos da bioeconomia em setores diversificados é um resultado que fomenta a inovação e a diversificação econômica. A criação de um fundo de investimentos e a captação de recursos para a execução do plano estratégico são insumos críticos para assegurar a continuidade das iniciativas, enquanto a implementação de um conselho estratégico visa fortalecer a governança e a coordenação das ações. Essas ações combinadas garantem que o PPBio tenha os recursos e a estrutura necessários para implementar suas estratégias de forma eficaz e sustentável.

QUADRO 3 Esquematização Plano de Trabalho x Indicadores PPEI

INDICADORES TEMÁTICOS	REQUISITOS DOS INDICADORES	CRITÉRIOS DE ESCOLHA	MODELO LÓGICO	INDICADORES
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	Investimentos em novos negócios	Necessidade de dinamizar o ecossistema de inovação e aumentar a competitividade empresarial na região	Resultado	Alavancagem da criação de novos negócios e geração de novos postos de trabalho
		Importância de fortalecer o capital intelectual e aumentar a capacidade de inovação	Resultado	Realizar um programa de aceleração com empresas
	Recursos Humanos	Importância de fortalecer o capital intelectual e aumentar a capacidade de inovação	Resultado	Incentivo a contratação de mestres, doutores e pesquisadores por parte de empresas da Região.
		Necessidade de formar futuros líderes e profissionais qualificados para o mercado	Resultado	Aumentar a capacitação para estudantes
		Importância de expandir a educação empreendedora na região e promover uma cultura de inovação	Resultado	Aumentar a quantidade de professores capacitados da região em educação empreendedora
CAPILARIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Projetos desenvolvidos fora da região Metropolitana de Manaus e nos demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá	Ampliar o financiamento de projetos locais e fortalecer a economia na área de atuação da Suframa	Insumo	Captar recursos de incentivo com empresas da Amazônia Ocidental
		Necessidade de promover uma mentalidade empreendedora e inovadora na área de atuação da Suframa	Resultado	Aumento da Cultura Empreendedora na Região da SUFRAMA
	Atração de Investimentos	Preparar empreendedores para captar investimentos e melhorar a competitividade das startups	Processo	Criação de Projeto de Capacitação Empreendedora e de Desenvolvimento do capital empreendedor
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Agenda 2030 ODS			

	Integração com Políticas e agendas Publicas	Ao analisarmos o Plano de Trabalho denota-se que há ausência de ações específicas para o indicador temático desenvolvimento Sustentável.		
CAPACIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL	Integração com os Eixos temáticos	Aumentar a participação do PPEI e diversificar os projetos inovadores	Resultado	Captar novas ideias de projetos de P,D&I no mercado, aumentando a participação no PPEI
	Parcerias Estratégicas	Criar um ambiente colaborativo entre startups, empresas e investidores.	Processo	Realização de rodada de negócio
		Importância de criar um ambiente de colaboração e preparar startups para o mercado	Insumo	Desenvolvimento de Programa de Pré-aceleração
	Gestão	Importância de ampliar a base de empresas engajadas nas ações de P&D para fortalecer o programa	Insumo	Aumentar a participação de empresas ao PPEI

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Na análise do PPEI a seleção dos indicadores do plano de trabalho foi orientada pela necessidade de desenvolver um ecossistema de inovação robusto, alinhado aos objetivos de geração de emprego, descentralização de investimentos, e promoção do desenvolvimento sustentável. Os indicadores de Geração de Emprego e Renda focam em atividades de aceleração de empresas e na qualificação de recursos humanos, essenciais para fortalecer a base empreendedora e intelectual da região. Já os indicadores de Capilaridade na Área de Atuação visam promover um desenvolvimento regional equilibrado, incentivando a realização de projetos fora dos grandes centros e ampliando a cultura empreendedora nas áreas da Amazônia Ocidental. A Atração de Investimentos se justifica pela necessidade de criar condições favoráveis para o financiamento de projetos locais, enquanto os indicadores relacionados ao Desenvolvimento Sustentável apenas asseguram que o plano esteja alinhado com os compromissos da Agenda 2030, mas não foram identificadas ações específicas que conseguissem integrar a avaliação. Por fim, a ênfase na Capacidade Política e Institucional e na gestão estratégica do programa garante a sustentabilidade a longo prazo, ampliando a participação de empresas no PPEI e promovendo a diversificação dos projetos. Assim, os indicadores foram escolhidos para garantir um desenvolvimento integrado e sustentável, com impacto direto na melhoria da

qualidade de vida e no fortalecimento econômico da região.

QUADRO 4 Esquematização do Plano de Trabalho x Indicadores - PPI4.0

INDICADORES TEMÁTICOS	REQUISITOS DOS INDICADORES	CRITÉRIOS DE ESCOLHA	MODELO LÓGICO	INDICADORES
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	Investimentos em novos negócios	Necessidade de identificar startups promissoras e fomentar o empreendedorismo local	Processo	Chamadas de pitches de negócio aderentes ao programa prioritário.
	Recursos Humanos	Importância de suprir a demanda por mão-de-obra qualificada em áreas estratégica	Resultado	Desenvolvimento de Projetos de Recursos humanos.
CAPILARIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Projetos desenvolvidos fora da região Metropolitana de Manaus e nos demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá	Promover o desenvolvimento em regiões menos atendidas e integrar novos atores ao ecossistema	Processo	Atualização do Mapeamento do Ecossistema de Inovação da Região com a identificação dos atores privados, agentes públicos, startups, ICT'S competências e representantes;
	Atração de Investimentos	Potencial de criar um ambiente favorável para captar investimentos e aproximar investidores de startups locais	Processo	Workshops e/ou reuniões com as empresas investidoras para levantamento das oportunidades;
		Necessidade de garantir suporte contínuo para o crescimento de startups e fortalecer a competitividade regional	Resultado	Parceria para incubação/aceleração de startups da região.
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Agenda 2030 ODS	Alinhamento com metas internacionais e garantia de que o crescimento seja ambientalmente responsável	Resultado	Desenvolvimento de Projetos de Manufatura Enxuta
	Integração com Políticas e agendas Publicas	Necessidade de aumentar a eficiência dos processos industriais e reduzir impactos ambientais	Processo	
	Integração com os Eixos temáticos	Necessidade de compreender o nível de preparo das empresas e	Resultado	Sensibilização e aplicação de uma pesquisa de Diagnóstico de Maturidade de

CAPACIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL		identificar áreas de melhoria		Indústria 4.0 com as empresas potencialmente investidoras do fundo.
	Parcerias Estratégicas	Importância de fortalecer as conexões entre diferentes atores do ecossistema de inovação	Processo	Reuniões estratégicas em colaboração com as empresas, atores e organizações com o objetivo de divulgar e fomentar negócios através do Programa Prioritário;
	Gestão	Importância de garantir recursos e apoio institucional para a implementação dos projetos	Insumo	Celebração de Convênio com as instituições executoras dos projetos prioritários;

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Nos indicadores do plano de trabalho do PPI4.0, nota-se que o requisito de Geração de Emprego e Renda são orientados para a criação de novos negócios e o desenvolvimento de capital humano qualificado, por meio de programas de aceleração e formação de profissionais. Esses esforços são fundamentais para criar uma base sólida de inovação e aumentar a competitividade regional.

Na área de Capilaridade na Área de Atuação, a escolha de indicadores que promovem a descentralização e a atualização do mapeamento do ecossistema visa garantir que as iniciativas alcancem regiões menos atendidas, fortalecendo a inclusão de diferentes atores no processo de inovação.

Já a Atração de Investimentos foi priorizada para garantir que as startups locais tenham acesso a capital e parcerias que sustentem seu crescimento. O foco em Desenvolvimento Sustentável, por meio da integração com os ODS e a otimização de processos produtivos, assegura que o crescimento econômico ocorra de forma responsável e alinhada às metas ambientais globais. Por fim, os indicadores de Capacidade Política e Institucional são voltados para fortalecer a governança, promover parcerias estratégicas e garantir os recursos necessários para a execução das ações. Essa abordagem abrangente permite que o plano se mantenha relevante, sustentável e capaz de impulsionar o desenvolvimento da região.

Conforme abordado nos quadros anteriores, as informações neles apresentadas foram fundamentais para a elaboração do modelo de indicadores. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de dois tipos de formulários de pesquisa: um voltado para testar os modelos de indicadores, utilizando as informações previamente organizadas nos quadros, e outro para analisar a percepção dos servidores da COART quanto à análise dos programas prioritários. Dessa forma, os

quadros forneceram a base necessária para a avaliação e ajuste dos modelos propostos, enquanto as opiniões dos servidores contribuíram para uma visão mais abrangente sobre a implementação dos programas.

Considerando que os dados requeridos não identificam o sujeito, tornou-se desnecessário, o envio dos respectivos formulários ao comitê de ética, com base na resolução CNS Art.1 Parágrafo único, que afirma:

Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

(....)

II - Pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei n o 12.527, de 18 de novembro de 2011;

(....)

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito.

Assim, os formulários foram encaminhados por meio da Lei de Acesso à informação, além de, em ambos estarem incluso o Termo de Livre Consentimento e Esclarecido (TLCE). Traz-se o registro de que as cópias dos formulários estão incluídas no anexo.

As respostas analisadas foram fornecidas pela Coordenadora Substituta da COART e refletem sua percepção sobre os processos de avaliação dos programas prioritários. A seguir, será apresentada uma discussão detalhada sobre cada aspecto abordado, enfatizando os pontos críticos e as sugestões de melhorias identificadas.

Inicialmente, no que diz respeito à Resolução CAPDA N° 2/2020, a Coordenadora Substituta considera que os requisitos estabelecidos pelo normativo não são suficientemente claros para facilitar a análise dos resultados pela Suframa. Em sua visão, os normativos vigentes demandam ajustes que proporcionem maior clareza e direcionamento. Esse ponto evidencia uma potencial necessidade de revisão normativa, com vistas a garantir que as diretrizes estejam alinhadas às necessidades operacionais de análise e acompanhamento dos programas prioritários, contribuindo para um processo mais eficiente e transparente.

Outro aspecto relevante trata-se da avaliação dos indicadores presentes nos planos de trabalho vigentes. Segundo a Coordenadora Substituta, há uma variabilidade na qualidade dos indicadores utilizados, sendo que alguns são considerados satisfatórios, enquanto outros não atendem de forma adequada às necessidades de mensuração dos resultados alcançados. Esta resposta destaca a importância de uma revisão e padronização dos indicadores, de forma a garantir uma base de dados consistente e confiável para a avaliação dos programas. A existência de indicadores robustos é essencial para assegurar que os resultados sejam

mensurados de maneira precisa e que as ações sejam devidamente monitoradas.

No que concerne à apresentação dos resultados por meio dos relatórios de execução técnica elaborados pelas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) coordenadoras dos programas prioritários, a Coordenadora Substituta aponta que esses documentos não demonstram de forma satisfatória os resultados alcançados. Essa percepção sugere que os relatórios carecem de detalhamento e estrutura, o que dificulta a avaliação completa dos impactos gerados pelas ações desenvolvidas. Desse modo, é importante considerar a possibilidade de aprimorar a elaboração dos relatórios, para que estes apresentem de forma mais clara os resultados e impactos das atividades realizadas.

Adicionalmente, foram identificados três gargalos que, na percepção da Coordenadora Substituta, dificultam a análise dos resultados dos programas prioritários. O primeiro diz respeito à falta de indicadores detalhados, distribuídos em categorias como input, atividades, output e impacto, o que compromete uma avaliação mais abrangente e profunda. O segundo gargalo relaciona-se à burocracia do formulário de prestação de contas anual, que se concentra demasiadamente nos aspectos financeiros e não abrange de maneira adequada os resultados técnicos dos programas. Por fim, a limitação quantitativa de servidores para a análise dos resultados é apontada como um fator que restringe a eficiência do processo avaliativo. Esses pontos evidenciam a necessidade de medidas para otimizar os recursos humanos e técnicos, bem como de simplificar e direcionar os processos administrativos para uma análise mais eficaz.

Além da identificação dos gargalos, a Coordenadora Substituta propôs duas melhorias que, em sua percepção, poderiam facilitar a análise dos resultados dos programas prioritários. A primeira proposta consiste em uma revisão e aprimoramento dos normativos que regem os programas, com o objetivo de torná-los mais claros e alinhados às exigências de análise. A segunda sugestão refere-se à inclusão de itens no formulário de prestação de contas que estejam diretamente relacionados às metas estabelecidas pelos programas. Essas modificações visam a melhorar a articulação entre os objetivos programáticos e a avaliação dos resultados, possibilitando uma análise mais alinhada às expectativas dos gestores.

Por fim, no que tange aos mecanismos de transparência atualmente adotados pela Suframa, a Coordenadora Substituta acredita que esses mecanismos conseguem, de forma apenas parcial, demonstrar à sociedade os impactos dos

programas prioritários. Essa avaliação indica que ainda há margem para aprimorar a comunicação dos resultados ao público, de forma a torná-la mais clara e acessível. A transparência é um fator essencial para fortalecer a confiança da sociedade nos programas desenvolvidos, garantindo que os resultados sejam compreendidos e valorizados por todos os interessados.

Assim, as respostas da Coordenadora Substituta da COART evidenciam uma série de desafios e oportunidades de melhoria no processo de avaliação dos programas prioritários. A análise crítica desses pontos pode contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de gestão e análise da Suframa, promovendo maior eficácia e transparência na condução dos programas.

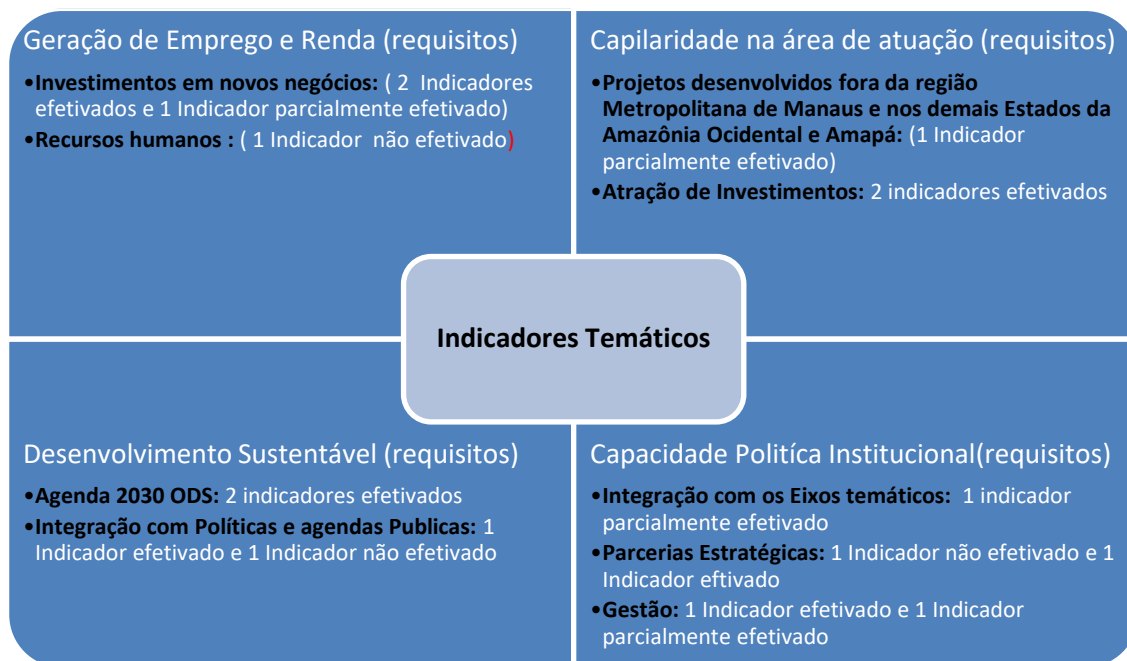
É importante ressaltar que as informações apresentadas dizem respeito apenas ao PPBIO e ao PPEI. Em relação ao PPI4.0, a COART comunicou a impossibilidade de disponibilização dos dados, explicando que a avaliação das metas ainda estava pendente e que só seria concluída após o término da vigência do ACT.

Além disso, não foram solicitadas evidências dos resultados; apenas a indicação, conforme os critérios estabelecidos no formulário. Esses critérios são:

- INDICADOR EFETIVADO (Quando identificado que os indicadores já foram 100% atingidos)
- INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO (Quando identificado que há tratativas em execução pela coordenadora para atendimento do indicador)
- INDICADOR NÃO EFETIVADO (Quando não identificado tratativas por parte da Coordenadora para cumprimento do indicador)

Os quadros 5 e 6 apresentam os resultados da testagem da metodologia, para o PPBIO e PPEI:

QUADRO 5 Resultado da testagem do índice no PPBIO



Fonte: Elaborada pela autora (2024)

QUADRO 6 Resultado da testagem do índice no PPEI



Fonte: Elaborada pela autora (2024)

7.1.1 PROPOSTA DE METODOLOGIA

Esta seção apresenta a proposta de metodologia para monitorar as execuções do Plano de Trabalho dos programas prioritários, apoiados pelos resultados do índice de Atratividade.

Seguindo os preceitos das experiências apresentadas na seção anterior, esta é uma proposta que visa o resultado de desempenho do planejamento de cada programa, para isso considerará as dimensões de execução das ações e resultados esperados, possibilitando estruturar um trabalho mais qualificado de monitoramento do desempenho dos programas, consolidando análise e retroalimentação do modelo com informações que objetivam à entrega de benefícios que tenham impacto positivo para a Amazônia Ocidental e Amapá.

A proposta de monitoramento será composta por uma reformulação do modelo de Plano de Trabalho, associado à metodologia de modelagem do índice de Atratividade.

7.1.2 Proposta de modelagem do Índice de Atratividade

O índice de atratividade, é uma proposta de modelagem, que tem como papel principal avaliar se o planejamento e as metas pactuadas, por cada programa prioritário, conseguem alcançar resultados que propiciem um ambiente favorável para a geração de emprego e renda na Região Amazônica, ao mesmo tempo, que mensura as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, ambiental, econômico e social da região beneficiada pelos incentivos.

Como mencionado, o Índice Geral de Atratividade (IGA), será composto por quatro Eixos temáticos: Geração de emprego e renda, Capilaridade na área de atuação, Desenvolvimento Sustentável e Capacidade política institucional.

A sistemática de avaliação do IGA será constituída pelas classificações, critérios e pontuações, relacionadas no quadro 7:

QUADRO 7 Classificação, Critérios e Pontuação do IGA

CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Indicador efetivado	Quando identificado que os indicadores já foram 100% atingidos	100

Indicador parcialmente efetivado	Quando identificado que há tratativas em execução pela coordenadora para atendimento do indicador	50
Indicador não efetivado	Quando não identificado tratativas por parte da Coordenadora para cumprimento do indicador	0

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

As atribuições de notas e os critérios de cálculo do IGA, observarão a metodologia do quadro 8:

QUADRO 8 Atribuição de nota, Fórmula e Descrição do Cálculo do IGA

ATRIBUIÇÃO DE NOTAS	FÓRMULA	DESCRIÇÃO DO CÁLCULO
Nota do Requisito (NR)	$NR = \sum \text{das notas dos indicadores}$	O cálculo, portanto, consistirá no somatório das notas atribuída aos indicadores do Plano de Trabalho – que varia de 0 a 100.
Nota do indicador temático (IT)	$IT = \text{Nota do requisito 1} + \text{Nota do requisito 2} + \text{Nota do requisito 3} + \dots / \text{Quantitativo de Indicadores}$	O cálculo, portanto, consistirá no somatório das notas atribuída aos requisitos – que varia de 0 a 100.
Nota do índice Geral de Atratividade (IGA)	$IGA = \sum \text{das notas dos IT} / 4$	A soma dos itens que compõem o IGA é dividida pelo número de indicadores temáticos (4). Dessa maneira, o valor final encontra-se entre 0 e 100.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

E a avaliação dos resultados da pontuação obedecerão aos requisitos do Quadro 9 :

QUADRO 9 Avaliação da pontuação

Nota do IGA	Avaliação do resultado
> 90 a 100	Ótimo

> 80 a 90	Bom
>60 a 80	Regular
Até 60	Ruim

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Para cada faixa de nota do IGA, será atribuído um conceito, o qual está diretamente relacionado a uma análise detalhada que já apresenta as medidas que devem ser adotadas para cada faixa de nota. Essas medidas estão descritas no Quadro 10:

QUADRO 10 Conceitos e Análise do IGA

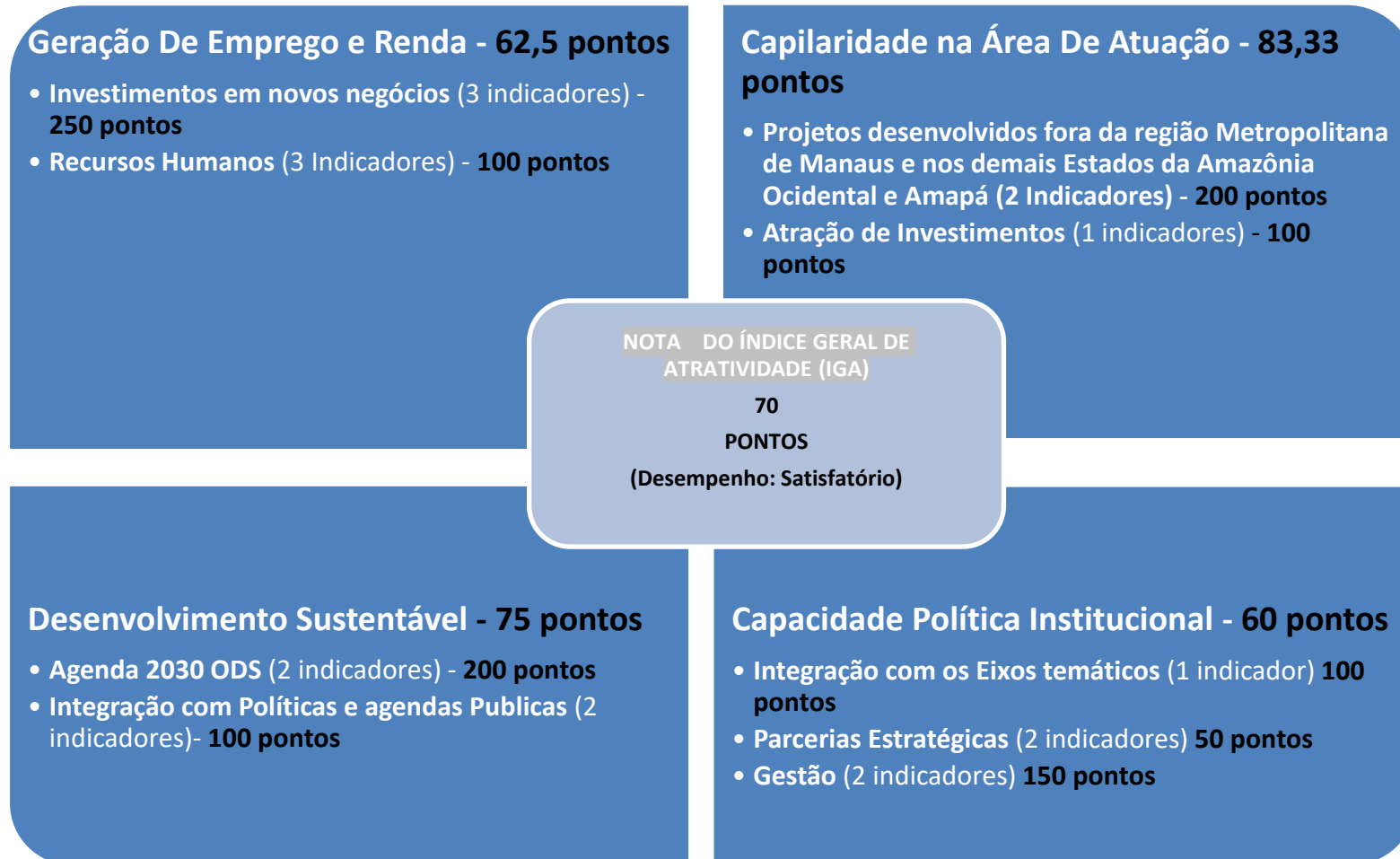
NOTA DO IGA	CONCEITO	ANÁLISE
> 90 a 100	Integralmente Satisfatório	Com um IGA superior a 90 pontos, o programa prioritário demonstra alcançar integralmente seus objetivos, indicando um desempenho excepcional.
> 70 a 90	Satisfatório	Um IGA entre 70 e 90 pontos indica que o programa está atingindo seus objetivos dentro do esperado, requerendo apenas algumas poucas adequações para melhorias adicionais.
> 70 a 60	Parcialmente Satisfatório	Com um IGA entre 70 e 60 pontos, o programa está atendendo parcialmente seus objetivos, nesse caso, será necessário propor medidas para aprimorar seu desempenho e elevar o conceito do IGA.
< 60	Insatisfatório	Um IGA inferior a 60 pontos indica que o programa não está atingindo seus objetivos estabelecidos. Será necessário apresentar justificativas para a não realização dos objetivos e propor medidas concretas para melhorar o desempenho e elevar o conceito do IGA.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

É importante ressaltar que a construção da metodologia teve como principal referência a estruturação do Índice de Transparência Ativa da CGU. Essa referência proporcionou um modelo sólido e confiável para o desenvolvimento IGA, garantindo sua eficácia e relevância na avaliação dos programas prioritários.

Ao aplicar essa metodologia, os resultados apurados com a testagem do IGA possibilitaram mensurar diversos aspectos, conforme descritos nas Quadro 11 e 12:

Quadro 11 Resultado IGA PPBIO



Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Quadro 12 Resultado IGA PPEI



Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Conforme evidenciado no Quadro 11, o PPBIO alcançou uma pontuação final de 70 (setenta) no IGA, o que, de acordo com os critérios estabelecidos, é considerado um desempenho satisfatório. Dentro dessa faixa de pontuação, a Coordenadora do respectivo programa deverá apresentar propostas de pequenas adequações, especialmente para as metas relacionadas aos indicadores temáticos "Geração de Emprego e Renda" e "Capacidade Política Institucional", que obtiveram as pontuações mais baixas.

Quanto ao PPEI, conforme demonstrado no Quadro 12, obteve uma pontuação final de 46 (quarenta e seis) no IGA, o que, nos critérios estabelecidos, se enquadra como desempenho insatisfatório. Entre as principais causas estão a presença de indicadores genéricos e de difícil mensuração.

Por exemplo, no indicador temático "Desenvolvimento Sustentável", ao analisarmos o plano de trabalho do PPEI, observamos que as metas relacionadas a essa temática são apresentadas de forma genérica. Embora sejam justificadas as relações com a agenda 2030, não são estabelecidas metas específicas, como, por exemplo, um conjunto de projetos que atendam pelo menos 8 (oito) dos 17 (dezessete) objetivos da Agenda ODS 2030, ou algo similar. Essa falta de objetividade teve um impacto direto na pontuação final do IGA, resultando em um desempenho significativamente inferior ao do PPBIO.

Nessa faixa de pontuação, a Coordenadora do respectivo programa deverá fornecer justificativas para o não atingimento do desempenho satisfatório e, além disso, apresentar propostas com metas mensuráveis que demonstrem as ações a serem desenvolvidas para os indicadores temáticos que não receberam pontuação alguma.

As análises obtidas pelo IGA reforçam as limitações dos Planos de Trabalho vigentes, principalmente no que diz respeito à ausência de indicadores mensuráveis e específicos.

7.1.3 Reformulação do modelo de Plano de Trabalho

O planejamento é uma peça fundamental na condução de uma política pública, partindo desse pressuposto, no contexto dos programas prioritários, a Resolução CAPDA nº 02/2020, alterada pela Resolução CAPDA/ME nº 30/2023, estabeleceu que a Suframa deve firmar a parceria com as Instituições Coordenadoras selecionadas,

através dos ACTs.

Para essa espécie de Instrumento Jurídico, o planejamento se materializa, através do Plano de Trabalho, elemento técnico indissociável do ACT.

Cabe ressaltar, que os acordos de cooperação estão enquadrados na legislação nacional como instrumentos congêneres aos convênios. Nestes moldes, o art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, impõe a observância do princípio do planejamento na elaboração do Plano de trabalho.

Com base nas conclusões deste estudo, torna-se evidente a importância de um modelo de plano de trabalho que siga as diretrizes estabelecidas pela Advocacia Geral da União (AGU), conforme apresentado no documento intitulado “Minuta padrão de ACT”. Este modelo visa auxiliar os órgãos na elaboração de um plano lógico de trabalho, proporcionando uma clara delimitação dos objetivos a serem alcançados por meio da parceria.

A proposta concentra-se na estruturação do escopo para o item 10 do modelo da AGU, denominado “Plano de Ação”. Este esquema visa a organização de indicadores e metas mensuráveis, aplicáveis a diversas temáticas e alinhados aos objetivos dos programas prioritários.

TABELA 2 Plano de Ação

QTD	EIXOS TEMÁTICOS	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	META (Estipular metas anuais para cada ação, demonstrando a evolução das ações ao longo do prazo firmado no ACT)	INDICADORES (Os indicadores devem ter como parâmetro a periodicidade anual para execução)	PRAZO (Deverá ser definido a data de início e término para cada meta estipulada)	RESPONSÁVEL
1	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA OBJETIVO: Demonstrar como a Coordenadora do respectivo programa prioritário planeja suas ações para Geração de Emprego e Renda, nas ações deverão ser incluídos metas para geração de novos postos de trabalho; Investimentos em	AÇÃO 01 (A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado a Geração de novos postos de Trabalho.)	A definir com a Instituição Coordenadora	<u>Indicador socioeconômico</u> Cálculo: (Quantidade de novos postos efetivamente gerados/ Quantidade alvo da meta x100)	A definir com a Instituição Coordenadora	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
		AÇÃO 02 (A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado os	A definir com a Instituição Coordenadora	<u>Indicador de Fomento a novos negócios</u> Cálculo: (Quantidade de novos negócios investidos/	A definir com a Instituição Coordenadora	INSTITUIÇÃO COORDENADORA

	<i>novos negócios; e investimentos em Capital Intelectual.</i>	<i>Investimentos em Novos Negócios.)</i>		Quantidade alvo da meta x100)		
		AÇÃO 03 (A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever o Planejamento para investimentos em Capital Intelectual relacionados a temática do programa.)	A definir com a Instituição Coordenadora	<u>Indicadores de impacto no desenvolvimento de novas competências relacionadas a temática.</u> Cálculo: (Somatório das capacitações realizadas/ Quantidade alvo da meta x100)	A definir com a Instituição Coordenadora	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
2	CAPILARIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO OBJETIVO: <i>Demonstrar como o</i>	AÇÃO 01 (A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever o seu Planejamento para os investimentos acima de 15% de todo valor captado fora da região)	A definir com a Instituição Coordenadora	<u>Indicador de Abrangência da temática</u> Cálculo: (Soma do número de projetos Pactuados fora da região metropolitana de Manaus/	A definir com a Instituição Coordenadora	INSTITUIÇÃO COORDENADORA

<i>respectivo programa prioritário planeja suas ações em locais diversos da Região Metropolitana de Manaus</i>	<i>metropolitana de Manaus)</i>		<i>Quantidade alvo da meta x100)</i>		
	<p align="center">AÇÃO 02</p> <p align="center"><i>(A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever o planejamento para divulgação e sensibilização sobre o programa em locais diversos da Região Metropolitana de Manaus)</i></p>	<p align="center"><i>A definir com a Instituição Coordenadora</i></p>	<p align="center"><u>Indicador de Englobamento da Temática na sua Área de Atuação</u></p> <p>Cálculo: <i>(Somatório das reuniões, eventos, seminários ou similares realizados fora da região metropolitana de Manaus/ Quantidade alvo da meta x100)</i></p>	<p align="center"><i>A definir com a Instituição Coordenadora</i></p>	<p align="center">INSTITUIÇÃO COORDENADORA</p>
	<p align="center">AÇÃO 03</p> <p align="center"><i>(A Instituição Coordenadora do Programa Prioritário</i></p>	<p align="center"><i>A definir com a Instituição Coordenadora</i></p>	<p align="center"><u>Indicador de Esforço de atração de investimentos</u></p> <p>Cálculo: <i>(Quantidade de novos negócios investidos em locais diversos da</i></p>	<p align="center"><i>A definir com a Instituição Coordenadora</i></p>	<p align="center">INSTITUIÇÃO COORDENADORA</p>

		<i>deverá descrever as ações que estão sendo planejadas para atração de novos investidores.)</i>		Região Metropolitana de Manaus/ Quantidade alvo da meta x100)		
3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OBJETIVO: <i>Demonstrar como a Coordenadora do Programa prioritário planeja as ações para o desenvolvimento de tecnologias e inovações sustentáveis, na construção das ações deverão ser consideradas a integração dos projetos com a Agenda ODS 2030, e as demais</i>	AÇÃO 01 <i>(A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado o desenvolvimento de tecnologias e inovações sustentáveis)</i>	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Soluções e Tecnologias sustentáveis</u> Cálculo: <i>(Somatório de projetos com desenvolvimento de produtos e processos inovadores relevantes/ Quantidade alvo da meta x100)</i>	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
		AÇÃO 02 <i>(A Instituição Coordenadora do programa prioritário</i>	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Integração com agenda ODS 2030</u> Cálculo: <i>(Somatório de</i>	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	

	<p><i>Políticas e agendas Públicas.</i></p>	<p><i>deverá descrever como está sendo planejado a aderência à Agenda 2030 ODS nas ações.</i></p>		<p>projetos que atendem pelo menos 8 temas da Agenda ODS 2030/ Quantidade alvo da meta x100)</p>		<p>INSTITUIÇÃO COORDENADORA</p>
		<p>AÇÃO 03</p> <p><i>(A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está planejando suas ações para fomento a CT&I)</i></p>	<p><i>A definir com a Instituição Coordenadora</i></p>	<p>Indicador de Fomento à CT&I Cálculo: <i>(Somatório de Patentes (depositadas ou concedidas); Programa de Computador (registro); Topografia de Circuitos (registro); Desenhos industriais (registro); Assinatura de Contratos de Transferência de Tecnologias para comercialização de direitos</i></p>	<p><i>A definir com a Instituição Coordenadora</i></p>	<p>INSTITUIÇÃO COORDENADORA</p>

				de PI / Quantidade alvo da meta x100)		
4	<p>CAPACIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL</p> <p>OBJETIVO: Demonstrar como a Coordenadora do Programa prioritário, planeja suas ações de governança, integração dos projetos as respectivas áreas temáticas e o planejamento de parcerias estratégicas.</p>	<p>AÇÃO 01 (A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever o seu Planejamento para os investimentos acima de 15% de todo valor captado fora da região metropolitana de Manaus)</p>	A definir com a Instituição Coordenadora	<p><u>Indicador de Competências</u> Cálculo: (nº de atividades realizadas/ Quantidade alvo da meta x100)</p>	A definir com a Instituição Coordenadora	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
		<p>AÇÃO 02 (A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado as ações para integrar os</p>	A definir com a Instituição Coordenadora	<p><u>Indicador de Aderência a Temática</u> Cálculo: (Somatório dos projetos serem implementados por área temática e das Parceria firmadas por área temática/</p>	A definir com a Instituição Coordenadora	INSTITUIÇÃO COORDENADORA

		<i>projetos as respectivas áreas temáticas)</i>		Quantidade alvo da meta x100)		
		<p>AÇÃO 03 <i>(A Instituição Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado a Cooperação com agentes produtivos; cooperação com agentes de C&T; cooperação com sindicatos, órgãos de apoio, agentes financeiros e demais representações para promoção do respectivo programa.)</i></p>	<p><i>A definir com a Instituição Coordenadora</i></p>	<p><u>Indicador de Cooperação</u></p> <p>Cálculo: <i>(Quantidade de Parcerias Firmadas/ Quantidade alvo da meta x100)</i></p>	<p><i>A definir com a Instituição Coordenadora</i></p>	<p>INSTITUIÇÃO COORDENADORA</p>

Fonte: Elaborada pela autora com base no modelo de minuta de plano de trabalho da AGU (2023)

A construção dos indicadores de cada eixo temático foi realizada de forma a refletir os objetivos específicos de cada área de atuação do plano de trabalho, sendo fundamentada pela necessidade de monitoramento contínuo dos resultados. Cada eixo temático possui ações detalhadas, e os indicadores foram estabelecidos para mensurar a evolução e os resultados dessas ações ao longo do tempo. A seguir, detalha-se o processo de construção de cada indicador e a justificativa para sua escolha, considerando seu papel no monitoramento dos resultados.

1. Geração de Emprego e Renda:

- a) **Indicador Socioeconômico:** Este indicador mede a quantidade de novos postos de trabalho gerados em comparação com a meta estabelecida, sendo calculado pela razão entre a quantidade de novos postos efetivamente criados e a meta de postos de trabalho, multiplicada por 100 para obtenção do percentual de alcance. A escolha desse indicador visa mensurar diretamente o impacto das ações na geração de emprego e renda, refletindo a capacidade do programa de promover melhorias no mercado de trabalho. É essencial para avaliar a eficácia das estratégias de desenvolvimento econômico e social propostas no plano.
- b) **Indicador de Fomento a Novos Negócios:** Avalia a quantidade de novos negócios que receberam investimentos, em comparação com a meta de novos empreendimentos. Esse indicador é relevante para verificar o estímulo ao empreendedorismo e à criação de novas oportunidades econômicas. Ele proporciona uma análise clara da diversificação econômica gerada pelas ações do programa e do impacto no desenvolvimento de novos negócios.
- c) **Indicador de Desenvolvimento de Competências:** Mede o número de capacitações realizadas em

comparação com a meta de qualificação de capital intelectual, expressando o somatório das capacitações realizadas em relação à meta estipulada. Este indicador é fundamental para mensurar o impacto dos investimentos na qualificação de recursos humanos. A formação de novas competências técnicas é crucial para assegurar a sustentabilidade dos postos de trabalho gerados e para aumentar a competitividade local.

2. Capilaridade na Área de Atuação

- a) **Indicador de Abrangência da Temática:** Este indicador mede a quantidade de projetos desenvolvidos fora da região metropolitana de Manaus, comparando-a com a meta de dispersão dos projetos. O objetivo desse indicador é garantir que os benefícios dos programas prioritários sejam distribuídos de forma equitativa, alcançando áreas além da capital. Assim, ele avalia a extensão dos programas e seu impacto em regiões que necessitam de maior desenvolvimento.
- b) **Indicador de Esforço de atração de investimentos:** Avalia o número de eventos de divulgação, como reuniões, seminários e encontros, realizados fora da região metropolitana de Manaus, em comparação com a meta estabelecida. A divulgação dos programas em regiões diversas é essencial para aumentar a adesão local e promover a compreensão dos benefícios oferecidos. Esse indicador permite medir a eficácia das ações de sensibilização e a capacidade de engajamento das comunidades locais.
- c) **Indicador de Esforço de atração de investimentos:** Calcula a quantidade de novos negócios atraídos para fora da região metropolitana de Manaus em relação à meta estabelecida. A atração de novos investimentos para áreas menos desenvolvidas é um fator estratégico para reduzir desigualdades regionais. Este indicador

avalia o sucesso das iniciativas voltadas para a ampliação da base econômica em localidades que tradicionalmente recebem menos investimentos.

3. Desenvolvimento Sustentável

a) Indicador de Soluções e Tecnologias sustentáveis:

Mede a quantidade de projetos que desenvolvem produtos e processos inovadores sustentáveis, comparando o somatório de projetos com a meta estabelecida. Este indicador é essencial para mensurar a contribuição das ações em direção a um desenvolvimento mais sustentável e alinhado às demandas ambientais.

b) Indicador de Integração com agenda ODS 2030:

Avalia a quantidade de projetos que atendem a pelo menos 8 temas da Agenda ODS 2030, em relação à meta estabelecida. A integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é crucial para garantir que os programas estejam alinhados às metas globais de desenvolvimento sustentável. Este indicador permite uma avaliação do grau de comprometimento dos projetos com as metas da ONU, assegurando que os resultados contribuam para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

c) Indicador de Fomento à CT&I:

Calcula o número de registros de patentes, programas de computador, topografia de circuitos, desenhos industriais e contratos de transferência de tecnologia, em comparação com a meta estipulada. Esse indicador é vital para mensurar o impacto das ações no campo da inovação tecnológica e da proteção intelectual. Ele reflete a capacidade dos programas em estimular a geração de novos conhecimentos e a transferência de tecnologia para o

mercado, ampliando a competitividade regional.

4. Capacidade Política Institucional

- a) **Indicador de Competências:** Avalia o número de atividades realizadas para desenvolver competências na gestão dos programas, em comparação com a meta estabelecida. A governança eficiente dos programas é essencial para garantir a eficácia das ações e a integração das iniciativas. Esse indicador mede a preparação e a formação de competências necessárias para a execução dos projetos, garantindo que as práticas de gestão estejam alinhadas às metas do plano.
- b) **Indicador de Aderência às Áreas Temáticas:** Avalia o número de projetos implementados e parcerias estabelecidas por área temática, em relação à meta de integração. A integração dos projetos às áreas temáticas assegura que os esforços sejam direcionados de forma estratégica. Esse indicador mede a aderência dos projetos às necessidades das áreas atendidas, promovendo um uso mais eficiente dos recursos.
- c) **Indicador de Cooperação:** Mede a quantidade de parcerias firmadas para a promoção dos programas, comparando com a meta de cooperação. A cooperação com diversos agentes, incluindo produtivos, de ciência e tecnologia e financeiros, é fundamental para o sucesso dos programas prioritários. Esse indicador avalia a capacidade de articulação e colaboração, fatores que são essenciais para ampliar o impacto e a sustentabilidade das iniciativas.

Como supramencionado a proposta de reformulação do plano de trabalho busca simplificar o monitoramento das ações, assim, quando a Instituição Coordenadora for propor as metas, elas deverão ser de acordo com os critérios estabelecidos. Pois, vale ressaltar que

o Plano de trabalho é um instrumento que deve ser construído de forma conjunta e de acordo com o objeto pactuado na parceria.

Um dos pontos-chave propostos na reformulação do plano de trabalho foi a implementação de um monitoramento anual das ações, que ocorre de forma concomitante com a prestação de contas anual. A inclusão desse tipo de monitoramento mostrou-se necessária, pois, como observado ao longo da pesquisa, anteriormente as metas eram verificadas apenas ao final da vigência do ACT, ou seja, a apuração dos resultados do plano de trabalho acontecia apenas após os cinco anos de execução.

Esse processo tardio dificultava o acompanhamento da evolução das metas ao longo do período, comprometendo a capacidade de realizar ajustes e intervenções necessárias durante a execução das ações. Com o monitoramento contínuo e simultâneo à prestação anual, é possível avaliar de forma mais precisa o progresso de cada meta, permitindo uma gestão mais proativa e eficaz na correção de desvios e no ajuste das estratégias para o alcance dos resultados desejados. Assim, o conceito de metas anuais, com definição de data de início e fim de cada meta, busca tornar mais eficaz o monitoramento das ações, e busca permitir que sejam adotadas medidas para sanar eventuais desempenhos insatisfatórios apresentados ao longo da execução do Plano de trabalho.

8 DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE A PESQUISA

Após o exame de qualificação, com as orientações repassadas foi necessário um novo cronograma de ações para conclusão da pesquisa. Dessa forma, foi preciso solicitar a prorrogação para finalização do estudo.

No início da pesquisa as dificuldades estavam voltadas para a limitação dos dados sensíveis e da ausência de padronização dos Planos de trabalho, situações que foram contornadas ao longo da pesquisa.

Outro obstáculo enfrentado foi a aplicação do formulário para consulta das informações, considerando que houve uma baixa aderência, ao formulário que objetivava levantar informações sobre as percepções dos servidores que atuam com os programas prioritários, não foi possível explorar essas percepções e agregar novas informações as metodologias propostas.

Quanto ao formulário de aplicação e testagem do índice, não foi possível mensurar as informações do PPI4.0, pois, no período da aplicação ainda não havia sido realizado pela COART a avaliação das metas pactuadas no respectivo plano de trabalho.

Todavia, apesar disso, as dificuldades foram vencidas e o estudo finalizado.

9 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo desenvolver uma metodologia para o acompanhamento da atratividade dos programas prioritários no contexto dos investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus. A proposta visa fornecer aos gestores um conjunto de instrumentos que permitam um monitoramento contínuo e eficaz dos programas ao longo do tempo. A implementação dessa metodologia se mostrou especialmente relevante ao abordar as lacunas identificadas, tanto no planejamento quanto na avaliação dos resultados dos programas prioritários.

Os resultados obtidos revelaram um crescimento significativo nos aportes direcionados a esses programas, refletindo uma maior disponibilidade de recursos para iniciativas de PD&I. No entanto, verificou-se que ainda há uma carência significativa na divulgação e avaliação da efetividade desses investimentos, especialmente em termos de seus impactos positivos para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia Ocidental e do Amapá. A falta de

visibilidade desses resultados limita a compreensão da sociedade sobre os benefícios reais gerados pelas políticas de incentivo, além de dificultar a atração de novos investimentos para a região.

A metodologia proposta neste estudo, baseada em um conjunto de indicadores temáticos alinhados aos objetivos dos programas prioritários, mostrou-se eficaz como uma ferramenta de acompanhamento. Os indicadores propostos permitem a mensuração precisa de diversos aspectos dos programas, como a geração de emprego e renda, a capilaridade nas áreas de atuação, o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e a capacidade de cooperação institucional. Com essa abordagem, os gestores têm à sua disposição um sistema que facilita o monitoramento dos resultados de forma periódica e concomitante ao processo de prestação de contas anual, permitindo um acompanhamento mais próximo e dinâmico das metas e ações desenvolvidas.

Entre os principais benefícios dessa metodologia está a capacidade de identificar, em tempo hábil, eventuais desvios no alcance das metas e realizar ajustes necessários. Esse acompanhamento contínuo, em contraste com a prática anterior de avaliação apenas ao final da vigência dos ACTs, permite uma gestão mais ágil e proativa, que se adapta melhor às necessidades emergentes dos programas. Além disso, a padronização dos indicadores facilita a comparação entre os diferentes programas prioritários, possibilitando uma análise mais consistente e fundamentada sobre o desempenho de cada um.

Apesar de alguns planos de trabalho apresentarem um planejamento mais estruturado e, conseqüentemente, um desempenho mais satisfatório, o estudo identificou que a falta de uma padronização geral dificulta a mensuração dos resultados de forma consistente. Isso sugere que a adoção de uma metodologia padronizada poderia contribuir para um nível mais uniforme de qualidade no planejamento e execução dos programas, assegurando

que todos estejam igualmente preparados para atender às metas estabelecidas.

A reformulação proposta também responde diretamente às necessidades identificadas pela autarquia gestora, a Suframa. A expectativa é que essa metodologia seja utilizada como uma base sólida para aprimorar o acompanhamento dos programas prioritários, assegurando uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos. A adoção de uma abordagem estruturada e padronizada poderá melhorar significativamente a comunicação dos resultados, tornando-os mais acessíveis para a sociedade e, assim, ampliando a percepção dos impactos positivos dos investimentos em PD&I na região.

Em síntese, este estudo oferece uma contribuição relevante para a gestão dos programas prioritários no âmbito da Zona Franca de Manaus, propondo uma metodologia que não apenas facilita o monitoramento contínuo, mas também promove uma maior transparência na gestão dos recursos. Ao alinhar os objetivos dos programas aos indicadores de desempenho e à necessidade de uma avaliação periódica, cria-se um ambiente mais propício para a atração de novos investimentos e para o fortalecimento do desenvolvimento regional. Dessa forma, espera-se que a Suframa e demais instituições envolvidas possam aproveitar este levantamento como uma ferramenta estratégica para potencializar o impacto dos programas prioritários e fomentar um desenvolvimento sustentável e inclusivo na Amazônia Ocidental e no Amapá.

10 PERSPECTIVAS FUTURAS

Em relação às perspectivas futuras para os Programas Prioritários, é fundamental que o estudo aqui apresentado seja aprofundado e utilizado como base para novas iniciativas, articulando

os resultados e a metodologia discutidos ao longo da pesquisa. Entre as propostas para aprimorar ainda mais a gestão e o acompanhamento dos programas, destacam-se:

- **Introdução do IGA nas Prestações de Contas Anuais:**

A criação e implementação de um Índice Geral de Atratividade (IGA) pode representar um avanço significativo na forma como os programas são monitorados ao longo de sua execução. O IGA, proposto para ser incorporado nas prestações de contas anuais, visa oferecer uma visão consolidada do desempenho dos programas, considerando indicadores temáticos, metas alcançadas e a eficiência na execução das ações. Com isso, seria possível realizar um monitoramento contínuo, ao invés de limitar a análise ao final do ciclo de cinco anos dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs). A aplicação do IGA proporcionaria aos gestores uma ferramenta para identificar rapidamente desvios, ajustar estratégias e garantir que os recursos estejam sendo alocados de forma eficaz, contribuindo para uma gestão mais transparente e proativa.

- **Maior Transparência e Divulgação dos Resultados:**

É crucial estabelecer um mecanismo de comunicação eficiente para divulgar os resultados e impactos dos Programas Prioritários, especialmente para os stakeholders e a sociedade em geral. A transparência na apresentação dos dados não apenas reforça a confiança nos programas, mas também facilita a atração de novos investimentos para a região. A divulgação clara dos resultados, possibilitada pelo IGA, pode criar um ciclo virtuoso de engajamento e apoio às iniciativas desenvolvidas.

- **Aprimoramento das Metodologias de Planejamento:**

Além do monitoramento, é essencial que as metodologias de planejamento dos Programas Prioritários sejam revisadas e aprimoradas continuamente. Incorporar melhores práticas e lições aprendidas de outros contextos pode aumentar a eficácia e a eficiência das ações, garantindo que os programas estejam sempre adaptados às necessidades da região e às mudanças no cenário econômico e social. A integração das lições aprendidas com os resultados apurados pelo IGA pode orientar melhorias contínuas, resultando em um planejamento cada vez mais alinhado às realidades locais.

Essas perspectivas futuras buscam consolidar e expandir os impactos positivos dos Programas Prioritários, garantindo que eles contribuam de maneira significativa para o desenvolvimento sustentável e equitativo da Amazônia Ocidental e do Amapá. A introdução do IGA, em particular, representa uma oportunidade para que a Suframa e outras entidades gestoras possam aprimorar

11 REFERÊNCIAS

artigo sem autor: **Suframa e ZFM comemoram 56 anos com novo recorde de faturamento do PIM.** Publicado em 28 de fev. 2023. Disponível em < <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/noticias/suframa-e-zfm-comemoram-56-anos-com-novo-recorde-de-faturamento-do-pim>>. Acesso em 15 de jul.2023.

ASSOCIAÇÃO POLO DIGITAL DE MANAUS. **30 anos da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus: importância para a região, impactos e externalidades deste marco legal.** Manaus.EDUA.2022. Disponível em: < https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2022/12/polo-digital-de-manau-lanca-e-book-sobre-a-lei-da-informatica-na-regiao-amazonica/ebook-30anos_li_zfm-1-_compressed.pdf>. Acesso em 30 de jun. 2023.

BRAGA, T. M.; FREITAS, A. P. G. de; DUARTE, G. de S.; CAREPA-SOUSA, J. **Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar**. Nova Economia, [S. l.], v. 14, n. 3, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/435> . Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde, **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em < <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> > Acesso em: 15 de jan.2024.

BRASIL, Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA. **Resolução CAPDA nº 9, de 29 de outubro de 2019**. In: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 nov. 2019, n. 215, seção 1, p. 159, 2019.

BRASIL. Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA. **Resolução CAPDA nº 02 de 30 de março de 2020**. In: Diário Oficial da União, Brasília, DF. Publicado em 02 de abr.2020. Ed.64.Seção 1. Pg.20. Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-31-de-marco-de-2020-250852927>>. Acesso em 21 de mai.2023.

BRASIL. **Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991**. 1991. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8387.htm>. Acesso em: 18 de mai. 2023

BRASIL. **Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006**. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6944.html>. Acesso em 12 jul.2023.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Metodologia de construção. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/pnsp-2021-2030/metodologia-de-construcao>. Acesso em: 24 out. 2024.

CERVI, Emerson Urizzi. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. 1º Ed. Curitiba: CPOP/UFRR,2017. Disponível em < https://cpop.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017_cervi_mq_vol1.pdf >. Acesso em 12 de Jun.2023.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Minuta de Plano de Trabalho para Acordo de Cooperação Técnica.** Disponível em: <
<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/conveniosecongengeres/modelos-antigos>> Acesso em 28 de Fev.2024.

CONTROLADORIA GERAL DE BRASÍLIA. **Guia de Transparência Ativa 2023.** Disponível em: <
https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Guia-Transparencia-Novo_ITA.pdf/b0925ebe-2d7c-315c-1d5c-474001463d86?t=1671019438322> Acesso em 20 de jul.2023.

CONTROLADORIA GERAL DE BRASÍLIA. **Índice de Transparência Ativa 2017.** Disponível em: <<https://www.cg.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Relatório-ITA-Dez-2017.pdf>> Acesso em 20 de jul.2023.

Fleury, Maria Tereza Leme; Werlang, Sergio Ribeiro da Costa Werlang. **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens.** Anuário de pesquisa 2016-2017.Seção abertura. FGV-EPGE. Publicado em 16 de nov.2016. Disponível em:<
<https://periodicos.fgv.br/apgvpesquisa/article/view/72796/69984>>. Acesso em 15 de jun.2023

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 56, n. 2, p. p. 137-160, 2014.** DOI: 10.21874/rsp.v56i2.222. Disponível em:
<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>. Acesso em: 16 out. 2024.

LASSANCE. Antônio. Análise "ex ante" de políticas públicas: **fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática.** IPEA. Texto para Discussão.1ºed. 2022. Disponível em: <
<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11399/1/>> Acesso em 15 de Jun. 2023

OLIVEIRA, A. E. F.; REIS, R. S. **Gestão pública em saúde: monitoramento e avaliação no planejamento do SUS.** São Luís:

Edufma, 2016. 45 p.

SILVA, Edna Lúcia da Silva; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**.4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em < https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf > Acesso em 15 de Jun. 2023.

SUFRAMA. **Aportes em Programas Prioritários**. Publicado em 28 de jul.2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pdi/resultados/dados-estaticos-pp>>. Acesso em 1º de ago.2023.

SUFRAMA. **MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS**. Publicado em 12 de set.2023. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pdi/obrigacoes/documentos/MANUAL_DO_RELATORIO_DE_RESULTADOS_DOS_PROGRAMAS_PRIORITARIOS_v1.pdf >. Acesso em: 16 out. 2024

SUFRAMA. **Plano de Trabalho PPBIO**. Disponível em < <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pesquisa-e-desenvolvimento/capda/ProgramaPrioritrioemBioeconomia.pdf>>. Acesso em 20 de jun.2023.

SUFRAMA. **Plano de Trabalho PPEI**. Disponível em < <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pesquisa-e-desenvolvimento/capda/ProgramaPrioritrioemEmpreendedorismoInovador.pdf>>. Acesso em 20 de jun.2023.

SUFRAMA. **Plano de Trabalho PPI4.0** Disponível em < <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pesquisa-e-desenvolvimento/capda/ProgramaPrioritriodelndustria4.0eModernizaolndustrial.pdf>>. Acesso em 20 de jun.2023.

SUFRAMA. **COMITENTES**. Publicado em 28 de fev. 2023. Disponível em < <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pdi/capda/comitentes>> Acesso em 30 de jun.2023.

APÊNDICE A – Matrix FOFA (SWOT)

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	<p>FORÇAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fácil replicabilidade para demais modalidades 2. Simplificação dos mecanismos gerenciais 3. Facilitar a gestão dos programas prioritários 4. Auxiliar na tomada de decisão quanto a continuidade dos programas prioritários 5. Auxiliar na proposição de aperfeiçoamento para o formato atual 	<p>FRAQUEZAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de Dados Atualizados 2. Descontinuidade administrativa 3. Entraves burocráticos 4. Poucos dados disponíveis 5. Dados sensíveis 6. Ausência de padronização no Plano de trabalho
EXTERNA (Ambiente)	<p>OPORTUNIDADES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Melhora no Controle social 2. Aumento de investimento de empresas do segmento de Bens de Informática na Região. 3. Publicização dos resultados da Política Pública 	<p>AMEAÇAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Crise Econômica 2. Alterações nas legislações

APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS

Parcerias Chave: 1. SUFRAMA (Secretaria Executiva do CAPDA)	Atividades Chave: 1. Elaborar metodologia de mensuração dos níveis de atratividade dos programas prioritários; 2. Criação de índices de atratividade dos programas prioritários. 3. Elaboração de Relatório de Atratividade dos Programas prioritários	Propostas de Valor: 1. Desenvolver estudos e instrumento com fins de aperfeiçoar os mecanismos de gerenciamento e controle social de aporte de recursos de PD&I em programas prioritários. 2. Propiciar uma análise ágil da atratividade dos programas prioritários.	Relacionamento: 1. Coordenação de Articulação Tecnológica (COART)	Segmentos de Clientes: 1. SUFRAMA 2. Coordenadoras dos programas prioritários
	Recursos Chave: 1. Disponibilização dos valores aportados em Programas prioritários		Canais: 1. Plataforma FalaBR 2. Site da Suframa	
Estrutura de Custos: 1. Não há custos envolvidos		Fontes de Receita: 1. Não há receitas envolvidas		

APÊNDICE C – Artigo submetido ou publicado



REVISTA DE GESTÃO E SECRETARIADO
Clarivate Analytics ISSN: 2178-9010
Sobre + Políticas Editoriais + Atual Arquivos Política de Ética Equipe Editorial
Qualis CAPES 2017-2020 Altimetrics Índice HS (Google Scholar) Citações - Google Academic
Fontes de Indexação Contato Template para os Autores

INÍCIO / ARQUIVOS / V.15 N. 8 (2024): REVISTA DE GESTÃO E SECRETARIADO V.15, N.8, 2024 / Artigos

Construção de uma proposta de instrumento para acompanhamento da atratividade dos programas prioritários no contexto dos investimentos em PD&I da lei de informática da Zona Franca de Manaus

Fraciele da Silva Nascimento

<https://orcid.org/0009-0009-8183-9832>

Rosa Maria Nascimento dos Santos

<https://orcid.org/0000-0003-4324-3338>

Raimundo Correa de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-5428-8782>

Antônio Claudio Kießling

<https://orcid.org/0000-0002-0832-954X>

DOI: <https://doi.org/10.7768/gesec.v15i8.4051>

Palavras-chave: Programas Prioritários, Lei de Informática, Zona Franca de Manaus, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

RESUMO

Nos últimos trinta anos, a Lei de Informática da Zona Franca de Manaus (ZFM) tem sido um poderoso instrumento de política pública para o fomento de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na Amazônia Ocidental e no Amapá. No entanto, os resultados dessa lei frequentemente são questionados devido à ausência de instrumentos eficazes que comprovem os seus impactos.



PDF

PUBLICADO

2024-08-26

COMO CITAR

Nascimento, F. da S., Santos, R. M. N.



APÊNDICE D – Produto técnico-tecnológico

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

FRANCIELE DA SILVA NASCIMENTO

PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO: RELATÓRIO TÉCNICO-
CONCLUSIVO

PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA
ATRATIVIDADE DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NO CONTEXTO
DOS INVESTIMENTOS EM PD&I DA LEI DE INFORMÁTICA DA ZONA
FRANCA DE MANAUS

MANAUS
2024



1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho é um produto técnico-científico resultante do Trabalho de Conclusão do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, feito sob a orientação do Professor e Doutor Antônio Cláudio Kieling e da Professora e Doutora Rosa Maria Nascimento dos Santos. O Ponto focal do programa é a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

2. RESUMO

Este relatório técnico conclusivo apresenta uma proposta para aprimorar o planejamento e acompanhamento das metas estabelecidas para os investimentos em Programas Prioritários. A construção dessa proposta foi baseada na necessidade de garantir a efetividade e transparência dos resultados das políticas públicas, em particular, dos Programas Prioritários delineados pelo art. 2º, inciso I, da Resolução nº 02, de 31 de março de 2020, do Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (CAPDA)



SUMÁRIO

3.	INTRODUÇÃO	81
4.	METODOLOGIA	83
5.	DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA.....	86
5.1	Construção dos Indicadores Temáticos.....	86
5.2	Seleção dos Indicadores no Plano de Trabalho	89
6.	ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA.....	99
6.1	Proposta de modelagem do Índice Geral de Atratividade (IGA)	99
6.2	Testagem do Índice Geral de Atratividade (IGA)	102
6.3	Proposta de Estruturação do Plano de Trabalho	107
7.	CONCLUSÕES	116
8.	PERSPECTIVAS FUTURAS.....	118
9.	REFERÊNCIAS.....	121
	ANEXOS	124

3. INTRODUÇÃO

A Lei de Informática da Zona Franca de Manaus (ZFM) representa um exemplo significativo de política pública direcionada ao desenvolvimento regional e à promoção da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Ao longo das últimas três décadas, essa lei tem sido um catalisador para o crescimento tecnológico na Amazônia Ocidental e no Amapá.

O segmento de Bens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem apresentado crescimento constante, e, somente em 2022, alcançou um montante de R\$ 51,33 bilhões, representando 29,49% do total de faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM). Nesse mesmo ano, o faturamento global do PIM foi de R\$ 174,1 bilhões (SUFRAMA, 2023).

As empresas beneficiadas pelos incentivos, por sua vez, devem investir até 5% do seu faturamento bruto em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I) interno e externo. Dentre as modalidades existentes, destaca-se a priorização de programas com áreas temáticas consideradas pelo Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (CAPDA) como essenciais para o desenvolvimento da região, conhecidos como programas prioritários.

O investimento em programas prioritários é realizado por empresas investidoras que destinam recursos financeiros a uma conta específica do programa. Esse investimento pode ser direcionado a projetos específicos, desde que o valor seja superior a R\$ 100 mil e que o Plano de Utilização de Recursos (PUR) esteja previamente aprovado. Além disso, programas que captam mais de R\$ 10 milhões anuais devem aplicar, no mínimo, 15% desses recursos fora da Região Metropolitana de Manaus, promovendo a distribuição dos investimentos (BRASIL, 2020).

A coordenação desses programas é atribuída a Instituições Coordenadoras selecionadas via editais de chamamento público, e

formalizada por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT), que possuem vigência de até cinco anos, renovável por mútuo acordo. Cada instituição é responsável pela gestão técnica, administrativa e financeira, além de prestar contas anuais à SUFRAMA, apresentando relatórios detalhados que incluem a execução técnica, os resultados obtidos e auditorias independentes (BRASIL, 2020).

A par disso, o Quadro 1 melhor exemplifica o processo burocrático detalhado no parágrafo anterior:

QUADRO 5 Etapas Burocráticas

Programa Prioritário	Chamamento Público	Formalização do ACT	Coordenadora Habilitada	Vigência do ACT
PPBIO	Chamamento Público CAPDA nº 2/2018	ACT nº 04/2018	IDESAM	Vigência Inicial (31/12/2023) Renovado
PPI4.0	Chamamento Público CAPDA nº 3/2018	ACT nº 05/2018	CITS AMAZONAS	01/03/2025
PPEI	Chamamento Público CAPDA nº 4/2018	ACT nº 05/2018	SOFTEX	Vigência Inicial (05/02/2024) Renovado

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela SUFRAMA (2024)

Com o objetivo de simplificar a avaliação dos programas, a SUFRAMA lançou, em 2023, o *Manual para a Elaboração do Relatório de Resultados dos Programas Prioritários*. Esse manual visa facilitar a análise dos resultados, verificando a conformidade entre as atividades executadas e as metas inicialmente estabelecidas, além de avaliar o impacto efetivo dos projetos. No entanto, o processo de monitoramento e avaliação dos programas enfrenta desafios significativos, como a complexidade burocrática e a necessidade de ajustes contínuos para otimizar o uso dos recursos.

Nesse contexto, a adoção de um monitoramento contínuo torna-se essencial. Segundo Oliveira e Reis (2016), esse tipo de acompanhamento permite a coleta sistemática de informações em tempo real, auxiliando na identificação de problemas e na realização de ajustes antes que comprometam os resultados. Diferentemente das

análises ex ante e ex post, o monitoramento contínuo proporciona uma abordagem mais dinâmica e adaptativa, facilitando a tomada de decisões e melhorando a eficácia dos programas.

Assim, este estudo apresenta um ineditismo na mensuração da atratividade dos aportes de recursos em PD&I provenientes da Lei de Informática, na modalidade dos Programas Prioritários, estabelecidos pelo CAPDA. Esse diferencial está voltado para a apresentação de uma metodologia de monitoramento contínuo da atratividade dos programas, permitindo uma análise regular do desempenho ao longo do tempo, e não apenas focada na prestação de contas e na avaliação dos resultados.

4. METODOLOGIA

A proposta baseou-se em uma abordagem que integra 5 (cinco) etapas metodológicas, sendo elas:

Etapa 1: Revisão da Literatura - Foi realizado uma revisão abrangente da literatura focada no planejamento e acompanhamento das metas dos programas prioritários, identificando os principais desafios encontrados. Essa revisão embasou o desenvolvimento da proposta, ademais, foram considerados duas metodologias como elementos-chave:

- a) **Análise do Índice de Transparência Ativa (i-TA):** A escolha do método do i-TA como uma das bases para a criação do Índice de Atratividade se justifica por sua eficácia e credibilidade na avaliação de práticas de transparência em órgãos públicos. O i-TA, utilizado pela Controladoria Geral de Brasília, oferece uma estrutura consolidada para mensurar a disponibilidade e a qualidade das informações disponibilizadas de forma ativa, ou seja, sem que seja necessário o acionamento de demandas específicas.
- b) **Metodologia dos Índices de Sustentabilidade Local:** A

escolha desse modelo se deve à sua capacidade de organizar diferentes variáveis em um sistema coerente e coeso, facilitando a visualização e a interpretação dos resultados. Conforme proposta por Braga et al. (2003) A metodologia dos índices de sustentabilidade local permite incorporar uma ampla gama de variáveis em um único índice, criando uma visão integrada de aspectos que influenciam o desenvolvimento de uma região ou programa. Isso é particularmente relevante para o Índice de Atratividade, que precisa levar em conta fatores diversos como geração de emprego e desenvolvimento sustentável

Etapa 2: Criação da Série Histórica dos Programas Prioritários - Foi criada uma série histórica abrangendo os programas prioritários vigentes, compilando os resultados de valores dos últimos 5 (cinco) anos. Esta série histórica serviu como base para a análise e monitoramento do desempenho dos programas.

Os aportes em programas prioritários veem crescendo, ano após ano, com exceção de 2020, ano pandêmico, conforme demonstrado na tabela 1 que apresenta a série histórica do período de 2018 a 2022:

Tabela 1- Série histórica (2018-2022)

Programa Prioritário	2018	2019	2020	2021	2022
PPBIO	R\$ 1.177.779,98	R\$ 5.595.725,84	R\$ 6.082.753,51	R\$ 14.229.339,19	R\$ 38.057.565,61
PPI4.0	R\$ 747.480,79	R\$ 3.464.940,13	R\$ 23.529.833,36	R\$ 104.704.322,31	R\$ 113.427.834,13
PPEI	R\$ 6.058.873,82	R\$ 2.194.061,06	R\$ 1.999.416,79	R\$ 12.462.960,00	R\$ 4.465.774,99

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela SUFRAMA (2024)

Ao analisar os dados referentes ao ano de 2022, verifica-se que todos os Programas Prioritários analisados, com exceção do PPEI, receberam aportes superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Essa distribuição de recursos reflete a priorização dada a determinados programas dentro do escopo das políticas públicas. Em particular, a Resolução CAPDA nº 2/2020, especificamente no art. 4º,

§ 2º, estabelece a necessidade de contratação de uma segunda Instituição Coordenadora para gerir cada Programa Prioritário, o que reforça a importância da alocação adequada e eficiente dos recursos financeiros.

No que se refere ao crescimento dos investimentos, houve uma variação considerável entre os programas. O programa que mais se destacou em termos de recebimento de recursos foi o PPI4.0, indicando um foco estratégico maior nesse segmento. Por outro lado, o PPEI foi o programa que menos recebeu aportes, com um total de R\$ 4.465.774,99 em 2022. Este montante representa uma redução significativa de 64% em comparação com os R\$ 12.462.960,00 recebidos em 2021, sugerindo uma mudança na distribuição de prioridades ou uma revisão das necessidades específicas desse programa ao longo do período. Essa queda acentuada de investimento no PPEI pode ser atribuída a fatores como o término de projetos, a reavaliação de estratégias ou a realocação de recursos para outros programas considerados mais urgentes ou com maior potencial de impacto.

Etapa 3: Análise de Superposições e Redundâncias na Construção do Índice - Nesta etapa, foi realizada uma análise detalhada para identificar e eliminar superposições e redundâncias nos indicadores utilizados na construção do índice de acompanhamento de metas. Inicialmente, todos os indicadores foram listados e revisados para verificar sua relevância e a possibilidade de duplicação de informações. A análise envolveu uma comparação criteriosa entre os indicadores, avaliando suas definições, métricas e os dados que cada um buscava capturar. Esse processo teve como objetivo principal garantir que cada indicador fornecesse informações únicas e valiosas, evitando repetições que poderiam distorcer os resultados ou tornar o índice menos eficiente. Além disso, a remoção de redundâncias ajudou a simplificar o índice, tornando-o mais claro e focado nos aspectos mais críticos para o acompanhamento de metas. Essa otimização buscou também assegurar que os recursos fossem alocados de maneira eficaz, concentrando-se em indicadores que

realmente contribuíssem para o entendimento e monitoramento dos Programas Prioritários.

Etapa 4: Proposição de Modelo de Índice e Elaboração do Formulário de Avaliação - Com base na análise realizada, propusemos um modelo de índice abrangente e robusto para avaliar o progresso dos Programas Prioritários. Além disso, para testar o modelo foi elaborado um formulário de avaliação que permitiu a coleta sistemática de dados e feedbacks relevantes.

Etapa 5: Aplicação do Experimento e Análise dos Resultados - Por fim, aplicamos o modelo de índice e o formulário de avaliação em um experimento piloto, coletando dados e feedbacks da COART. Foram examinados aspectos como a precisão dos indicadores em refletir o progresso real dos programas, a clareza das instruções no formulário de avaliação, e a capacidade do índice de capturar nuances importantes no desempenho dos programas. Com base nos insights obtidos, foram feitas recomendações para ajustes e refinamentos futuros, visando aprimorar a metodologia e garantir que o índice seja uma ferramenta eficaz para o monitoramento contínuo e a avaliação dos Programas Prioritários.

5. DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

5.1 Construção dos Indicadores Temáticos

Após uma análise abrangente das fontes de dados disponíveis, identificou-se que os Planos de Trabalho, firmados por meio da formalização dos ACTs, oferecem metas e indicadores que foram amplamente publicizados. A publicização desses indicadores facilita o acesso a informações sobre os objetivos estabelecidos nos Planos de Trabalho, fornecendo uma base inicial valiosa para a pesquisa. Como os ACTs são acordos formais que definem compromissos e responsabilidades entre as partes envolvidas, eles constituem documentos que agregam um conjunto de indicadores de desempenho relevantes para o monitoramento de atividades e projetos de inovação.

Dessa forma, ao definir quais dados utilizar, a pesquisa optou por utilizar os indicadores publicizados nos Planos de Trabalho, reconhecendo a importância desses documentos como uma fonte oficial de metas e critérios de avaliação. Entretanto, a pesquisa também reconhece as limitações impostas pela falta de acesso aos resultados finais desses indicadores, o que direciona a análise para uma perspectiva mais voltada ao acompanhamento dos processos e menos ao impacto final das metas. Esse enfoque metodológico permite que a pesquisa permaneça viável, ao mesmo tempo em que levanta questões críticas sobre a necessidade de maior transparência nos resultados dos programas prioritários e de inovação.

Portanto, a pesquisa não apenas considera a utilidade dos dados disponíveis, mas também contextualiza e critica as limitações que emergem da falta de acesso aos resultados, contribuindo para um debate mais amplo sobre transparência e avaliação de políticas públicas.

Ademais, durante o desenvolvimento deste estudo, buscou-se compreender o contexto dos Programas Prioritários e identificar a melhor maneira de divulgar seus resultados. Com esse objetivo em mente, foram utilizados como referência os Planos de Trabalhos do PPBIO, PPEI e PPI4.0.

As temáticas sugeridas para os indicadores foram delineadas com base nos aspectos comuns identificados nos três planos de trabalho. Além disso, foram considerados critérios que enfatizam a importância dessas temáticas para a geração de emprego e renda na Região Amazônica, bem como para o desenvolvimento sustentável, ambiental, econômico e social do país como um todo.

O Quadro 2 apresenta a descrição e os requisitos dos indicadores temáticos sugeridos, proporcionando uma estrutura clara e abrangente para a avaliação do desempenho dos Programas Prioritários. Esses indicadores foram cuidadosamente elaborados para capturar aspectos essenciais relacionados aos objetivos e impactos dos programas, possibilitando uma análise robusta e holística de seu progresso e contribuição para o desenvolvimento regional e nacional.

Quadro 2: Descrição e requisitos dos Indicadores Temáticos

Indicador Temático	Descrição dos Indicadores:	Requisitos
Geração de Emprego e Renda	Este indicador avaliará as iniciativas voltadas para a geração de empregos na área de abrangência da Suframa. Para isso, será considerada a combinação de aspectos relacionados aos investimentos em novos negócios e em recursos humanos, bem como as atividades voltadas para capacitação e aprimoramento profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos em Novos Negócios: Avaliar o aporte de recursos em novos empreendimentos e projetos de CT&I. • Investimentos em Recursos Humanos: Avaliar as ações voltadas para capacitação e aprimoramento profissional, visando o desenvolvimento de habilidades e competências para o mercado de trabalho.
Capilaridade na Área de Atuação	Este indicador mensurará as iniciativas realizadas para difundir a CT&I para além da região Metropolitana de Manaus. Serão contabilizados os projetos e ações destinados a disseminar a temática ao ecossistema de Inovação, promovendo uma maior capilaridade e alcance das atividades de CT&I.	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos Desenvolvidos fora da Região Metropolitana de Manaus: Avaliar os projetos e iniciativas realizados em áreas fora da região Metropolitana de Manaus. • Atração de Investimentos: Avaliar as ações para atrair investimentos externos e promover parcerias para o desenvolvimento de projetos de CT&I em outras regiões.
Desenvolvimento Sustentável	Este indicador avalia o impacto das ações na promoção do crescimento econômico por meio da conservação ambiental e preocupação social. Serão consideradas ações alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, e projetos com contribuições para o desenvolvimento de tecnologias e inovações sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a Agenda 2030 e Políticas Públicas: Avaliar a contribuição das ações para o alcance dos ODS da Agenda 2030 e demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. • Desenvolvimento de Tecnologias Sustentáveis: Avaliar os projetos e iniciativas que promovam o desenvolvimento de tecnologias e inovações sustentáveis dentro da respectiva temática.
Capacidade Política e Institucional	Este indicador avaliará a capacidade da coordenadora de executar suas atividades de gestão, bem como a execução dos eixos que abrangem a área temática priorizada. Serão considerados aspectos como análise da gestão, formalização de parcerias estratégicas e integração com os eixos temáticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da Gestão: Avaliar a eficácia e eficiência da gestão das atividades relacionadas à área temática priorizada. • Formalização de Parcerias Estratégicas: Avaliar a formalização de parcerias e colaborações estratégicas para o desenvolvimento das atividades. • Integração com os Eixos Temáticos: Avaliar a integração das atividades desenvolvidas com os eixos temáticos

		definidos, garantindo uma abordagem abrangente e integrada para a execução das ações.
--	--	---

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Esta descrição detalhada dos indicadores temáticos e seus requisitos proporcionará uma estrutura clara e objetiva para a avaliação do desempenho dos Programas Prioritários, facilitando a análise e a tomada de decisões para o alcance dos objetivos propostos.

5.2 Seleção dos Indicadores no Plano de Trabalho

Os critérios para a seleção dos indicadores no Plano de Trabalho foram estabelecidos com base na necessidade de monitorar e avaliar o progresso em áreas estratégicas, alinhadas aos objetivos dos planos PPBIO, PPEI e PPI4.0. Assim, foi realizado o levantamento dos indicadores correspondentes a cada requisito, garantindo que as métricas selecionadas refletissem de forma precisa as metas e objetivos traçados para cada plano.

Durante esse processo, as amostras que se caracterizaram como outliers, isto é, dados que não se adequavam aos requisitos e aos conceitos dos indicadores temáticos, foram excluídas do escopo do estudo. Essa abordagem teve como objetivo criar um conjunto de amostras mais consistente e representativo, permitindo que os indicadores selecionados fossem compatíveis com a realidade dos planos e contribuíssem para um monitoramento eficaz.

Os Quadros 3, 4 e 5 apresentam de forma detalhada a relação entre as metas dos planos de trabalho do PPBIO, PPEI e PPI4.0 com os indicadores temáticos propostos, sistematizando a conexão entre os indicadores, seus critérios de seleção e a classificação de acordo com o modelo lógico de políticas públicas. Este modelo, conforme o Ministério da Justiça e Segurança Pública (2021), é uma ferramenta

essencial na construção de políticas públicas, pois oferece uma visão clara das propostas, resultados e impactos esperados. Ele é útil para a avaliação prévia de projetos, melhorando a formulação inicial, o aperfeiçoamento das políticas públicas e a alocação de recursos, além de aumentar a eficiência dos gastos e a efetividade na prestação de serviços à sociedade.

O modelo lógico utilizado sugere a divisão dos indicadores em quatro categorias principais, de forma a entender melhor a contribuição de cada um em diferentes estágios do processo:

- a) Indicadores de Insumo: Relacionam-se aos recursos mobilizados para a execução das ações, como investimentos em novos negócios.
- b) Indicadores de Processo: Avaliam as atividades implementadas, como o número de eventos realizados para promover parcerias.
- c) Indicadores de Resultado: Medem os resultados imediatos das ações, como a quantidade de startups apoiadas.
- d) Indicadores de Impacto: Avaliam os efeitos de longo prazo, como a contribuição para os objetivos da Agenda 2030.

A classificação dos indicadores nos quadros segue essa estrutura, assegurando que cada métrica contribua de forma clara e objetiva para os eixos temáticos dos planos, como geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável, e fortalecimento institucional. Esta organização permite que as atividades dos planos sejam direcionadas de forma eficiente, garantindo que os recursos sejam aplicados de maneira estratégica para alcançar os impactos desejados.

Os quadros a serem apresentados oferecem uma visão detalhada da seleção dos indicadores e de sua classificação, facilitando a compreensão de como cada um contribui para as metas

gerais dos planos de trabalho do PPBIO, PPEI e PPI4.0. Isso reforça a importância de uma abordagem estruturada e baseada em evidências para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento e inovação regional.

QUADRO 3 Esquematização Plano de Trabalho x Indicadores PPBIO

INDICADORES TEMÁTICOS	REQUISITOS DOS INDICADORES	CRITÉRIOS DE ESCOLHA	MODELO LÓGICO	INDICADORES
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	Investimentos em novos negócios	Viabilidade de captação de recursos	Insumo	1.1 Captar 56 milhões de reais para financiamento de projetos de P&D, incubadoras e startups no âmbito do PPBio. *
		Relevância para metas de inovação	Resultado	1.2 Aprovar o financiamento de 41 projetos até 2023 *
		Investimentos em Startups	Resultado	2.6 Realizar aporte de recursos financeiros em 08 startups ou negócios de impacto.
	Recursos Humanos	Importância de fortalecer o capital intelectual para apoiar o crescimento do ecossistema de inovação, formando líderes e empreendedores aptos a desenvolver novos negócios	Resultado	1.8. Formação de recursos humanos: 50 profissionais capacitados em empreendedorismo inovador e preparação de negócios nas áreas*
	Projetos desenvolvidos fora da região Metropolitana de Manaus e nos demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá	Fomentar a descentralização das ações e integrar regiões menos atendidas ao ecossistema de inovação, reduzindo desigualdades regionais.	Processo	1.4 Realizar pelo menos 5 (cinco) projetos com ICTs de fora da região Metropolitana de Manaus abrangendo no mínimo 3 Estados da Amazônia Ocidental.

CAPILARIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Atração de Investimentos	Potencial para fortalecer a rede de inovação regional e criar oportunidades de atração de capital externo.	Processo	1.6 Lançar um evento anual em torno do PPBio e realizar 4 edições voltadas para prospectar novos projetos, parcerias nacionais e internacionais e atrair investimentos no ecossistema de inovação na ZFM.
		Importância de fortalecer a presença institucional e a influência em discussões estratégicas sobre a bioeconomia.	Processo	2.2 Participar ativamente de 12 reuniões/eventos em torno temas políticos, legislativos e programáticos em torno da bioeconomia na Amazônia.
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Agenda 2030 ODS	Importância de alinhar as ações do PPBio com os compromissos internacionais de desenvolvimento sustentável.	Impacto	1.13. Agenda ODS 2030: contribuir com pelo menos 80% dos objetivos 2030*
	Integração com Políticas e agendas Publicas	Alinhamento com as diretrizes nacionais para promover um crescimento sustentável.	Resultado	1.9. Sintonia com o Plano Nacional do Crescimento Verde (PNCS): mínimo de 20 projetos conciliados coma a promoção do PNCS nos temas*:
		Importância de promover a proteção de produtos e serviços regionais, valorizando a bioeconomia local.	Resultado	1.11. Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual: atendimento a pelo menos 02 marcas coletivas e/ou identificador geográfico*
CAPACIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL	Integração com os Eixos temáticos	Fomentar a diversificação econômica e a inovação nos setores produtivos regionais.	Resultado	1.3 Contribuir diretamente com a introdução de 40 processos, produtos e serviços inovadores da bioeconomia em pelos menos 5 diferentes setores de produção *
	Parcerias Estratégicas	Necessidade de garantir recursos financeiros para	Insumo	2.3 Criar e/ou participar da formação de um

		o fomento de novas iniciativas.		fundo de investimentos para o PPBIO.
		Estratégia para ampliar a base de parceiros e obter investimentos de empresas locais.	Processo	2.4 Apresentar o PPBio a no mínimo 60% das empresas obrigadas a investimentos de P&D na Zona Franca de Manaus.
	Gestão	Importância de garantir recursos suficientes para a execução do plano estratégico.	Insumo	Captar 3,276 milhões de reais para implantação do plano estratégico do PPBIO
		Necessidade de fortalecer a governança e a coordenação das iniciativas do PPBIO	Insumo	Estabelecer um conselho estratégico do PPBIO

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Como demonstrado no Quadro 3 os indicadores temáticos do PPBio foram organizados para atender a diferentes dimensões estratégicas abrangidas na proposta do Índice Geral de Atratividade (IGA). Na categoria de Geração de Emprego e Renda, destacam-se os investimentos em novos negócios, com a captação de 56 milhões de reais para financiar projetos de P&D, considerados um insumo essencial para o fortalecimento do ecossistema de inovação. Além disso, a aprovação de 41 projetos até 2023 reflete um resultado direto das ações voltadas para impulsionar a inovação na região. Os aportes em startups também são fundamentais, gerando impacto no desenvolvimento de novos negócios de impacto social e econômico.

Na área de Recursos Humanos, a capacitação de 50 profissionais em empreendedorismo inovador é classificada como resultado, sendo crucial para fortalecer o capital intelectual e formar líderes capazes de dinamizar o ecossistema regional. Esse foco na formação de recursos humanos busca assegurar que a região tenha as competências necessárias para enfrentar os desafios da inovação e da competitividade.

Em termos de Capilaridade na Área de Atuação, o indicador de realização de pelo menos cinco projetos com ICTs em estados da

Amazônia Ocidental promove a descentralização das atividades do PPBio, ampliando o acesso à inovação fora da região metropolitana de Manaus. Este é considerado um processo fundamental para reduzir desigualdades regionais e integrar áreas menos desenvolvidas. A Atração de Investimentos é também destacada por meio de eventos e da participação em discussões estratégicas, que buscam ampliar a visibilidade e atrair capital externo para fortalecer a rede de inovação regional.

No âmbito do Desenvolvimento Sustentável, a contribuição com pelo menos 80% dos objetivos da Agenda 2030 é classificada como impacto, indicando o compromisso do PPBio com metas globais de sustentabilidade. Já a Integração com Políticas e Agendas Públicas, como a promoção de projetos alinhados ao Plano Nacional do Crescimento Verde (PNCS), é vista como um resultado de ações que conciliam as estratégias do programa com as diretrizes nacionais de desenvolvimento sustentável.

Por fim, a Capacidade Política e Institucional e a Gestão são essenciais para o sucesso do PPBio. A integração com eixos temáticos que introduzem novos processos e produtos da bioeconomia em setores diversificados é um resultado que fomenta a inovação e a diversificação econômica. A criação de um fundo de investimentos e a captação de recursos para a execução do plano estratégico são insumos críticos para assegurar a continuidade das iniciativas, enquanto a implementação de um conselho estratégico visa fortalecer a governança e a coordenação das ações. Essas ações combinadas garantem que o PPBio tenha os recursos e a estrutura necessários para implementar suas estratégias de forma eficaz e sustentável.

QUADRO 4 Esquematização Plano de Trabalho x Indicadores PPEI

INDICADORES TEMÁTICOS	REQUISITOS DOS INDICADORES	CRITÉRIOS DE ESCOLHA	MODELO LÓGICO	INDICADORES
	Investimentos em novos negócios	Necessidade de dinamizar o ecossistema de inovação e aumentar a competitividade empresarial na região	Resultado	Alavancagem da criação de novos negócios e geração de novos

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA				postos de trabalho
		Importância de fortalecer o capital intelectual e aumentar a capacidade de inovação	Resultado	Realizar um programa de aceleração com empresas
	Recursos Humanos	Importância de fortalecer o capital intelectual e aumentar a capacidade de inovação	Resultado	Incentivo a contratação de mestres, doutores e pesquisadores por parte de empresas da Região.
		Necessidade de formar futuros líderes e profissionais qualificados para o mercado	Resultado	Aumentar a capacitação para estudantes
		Importância de expandir a educação empreendedora na região e promover uma cultura de inovação	Resultado	Aumentar a quantidade de professores capacitados da região em educação empreendedora
CAPILARIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Projetos desenvolvidos fora da região Metropolitana de Manaus e nos demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá	Ampliar o financiamento de projetos locais e fortalecer a economia na área de atuação da Suframa	Insumo	Captar recursos de incentivo com empresas da Amazônia Ocidental
		Necessidade de promover uma mentalidade empreendedora e inovadora na na área de atuação da Suframa	Resultado	Aumento da Cultura Empreendedora na Região da SUFRAMA
	Atração de Investimentos	Preparar empreendedores para captar investimentos e melhorar a competitividade das startups	Processo	Criação de Projeto de Capacitação Empreendedora e de Desenvolvimento do capital empreendedor
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Agenda 2030 ODS	Ao analisarmos o Plano de Trabalho denota-se que há ausência de ações específicas para o indicador temático desenvolvimento Sustentável.		
	Integração com Políticas e agendas Publicas			
	Integração com os Eixos temáticos	Aumentar a participação do PPEI e diversificar os projetos inovadores	Resultado	Captar novas ideias de projetos de P,D&I no mercado,

CAPACIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL				aumentando a participação no PPEI
	Parcerias Estratégicas	Criar um ambiente colaborativo entre startups, empresas e investidores.	Processo	Realização de rodada de negócio
		Importância de criar um ambiente de colaboração e preparar startups para o mercado	Insumo	Desenvolvimento de Programa de Pré-aceleração
Gestão	Importância de ampliar a base de empresas engajadas nas ações de P&D para fortalecer o programa	Insumo	Aumentar a participação de empresas ao PPEI	

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Na análise do PPEI a seleção dos indicadores do plano de trabalho foi orientada pela necessidade de desenvolver um ecossistema de inovação robusto, alinhado aos objetivos de geração de emprego, descentralização de investimentos, e promoção do desenvolvimento sustentável. Os indicadores de Geração de Emprego e Renda focam em atividades de aceleração de empresas e na qualificação de recursos humanos, essenciais para fortalecer a base empreendedora e intelectual da região. Já os indicadores de Capilaridade na Área de Atuação visam promover um desenvolvimento regional equilibrado, incentivando a realização de projetos fora dos grandes centros e ampliando a cultura empreendedora nas áreas da Amazônia Ocidental. A Atração de Investimentos se justifica pela necessidade de criar condições favoráveis para o financiamento de projetos locais, enquanto os indicadores relacionados ao Desenvolvimento Sustentável apenas asseguram que o plano esteja alinhado com os compromissos da Agenda 2030, mas não foram identificadas ações específicas que conseguissem integrar a avaliação. Por fim, a ênfase na Capacidade Política e Institucional e na gestão estratégica do programa garante a sustentabilidade a longo prazo, ampliando a participação de empresas no PPEI e promovendo a diversificação dos projetos. Assim, os indicadores foram escolhidos para garantir um desenvolvimento

integrado e sustentável, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento econômico da região.

QUADRO 5 Esquematização do Plano de Trabalho x Indicadores - PPI4.0

INDICADORES TEMÁTICOS	REQUISITOS DOS INDICADORES	CRITÉRIOS DE ESCOLHA	MODELO LÓGICO	INDICADORES
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	Investimentos em novos negócios	Necessidade de identificar startups promissoras e fomentar o empreendedorismo local	Processo	Chamadas de pitches de negócio aderentes ao programa prioritário.
	Recursos Humanos	Importância de suprir a demanda por mão-de-obra qualificada em áreas estratégica	Resultado	Desenvolvimento de Projetos de Recursos humanos.
CAPILARIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Projetos desenvolvidos fora da região Metropolitana de Manaus e nos demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá	Promover o desenvolvimento em regiões menos atendidas e integrar novos atores ao ecossistema	Processo	Atualização do Mapeamento do Ecossistema de Inovação da Região com a identificação dos atores privados, agentes públicos, startups, ICT'S, competências e representantes;
	Atração de Investimentos	Potencial de criar um ambiente favorável para captar investimentos e aproximar investidores de startups locais	Processo	Workshops e/ou reuniões com as empresas investidoras para levantamento das oportunidades;
		Necessidade de garantir suporte contínuo para o crescimento de startups e fortalecer a competitividade regional	Resultado	Parceria para incubação/aceleração de startups da região.
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Agenda 2030 ODS	Alinhamento com metas internacionais e garantia de que o crescimento seja ambientalmente responsável	Resultado	Desenvolvimento de Projetos de Manufatura Enxuta
	Integração com Políticas e agendas Publicas	Necessidade de aumentar a eficiência dos processos industriais e reduzir	Processo	

		impactos ambientais		
CAPACIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL	Integração com os Eixos temáticos	Necessidade de compreender o nível de preparo das empresas e identificar áreas de melhoria	Resultado	Sensibilização e aplicação de uma pesquisa de Diagnóstico de Maturidade de Indústria 4.0 com as empresas potencialmente investidoras do fundo.
	Parcerias Estratégicas	Importância de fortalecer as conexões entre diferentes atores do ecossistema de inovação	Processo	Reuniões estratégicas em colaboração com as empresas, atores e organizações com o objetivo de divulgar e fomentar negócios através do Programa Prioritário;
	Gestão	Importância de garantir recursos e apoio institucional para a implementação dos projetos	Insumo	Celebração de Convênio com as instituições executoras dos projetos prioritários;

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Nos indicadores do plano de trabalho do PPI4.0, nota-se que o requisito de Geração de Emprego e Renda são orientados para a criação de novos negócios e o desenvolvimento de capital humano qualificado, por meio de programas de aceleração e formação de profissionais. Esses esforços são fundamentais para criar uma base sólida de inovação e aumentar a competitividade regional.

Na área de Capilaridade na Área de Atuação, a escolha de indicadores que promovem a descentralização e a atualização do mapeamento do ecossistema visa garantir que as iniciativas alcancem regiões menos atendidas, fortalecendo a inclusão de diferentes atores no processo de inovação.

Já a Atração de Investimentos foi priorizada para garantir que as startups locais tenham acesso a capital e parcerias que sustentem seu crescimento. O foco em Desenvolvimento Sustentável, por meio da integração com os ODS e a otimização de processos produtivos, assegura que o crescimento econômico ocorra de forma responsável e alinhada às metas ambientais globais. Por fim, os indicadores de

Capacidade Política e Institucional são voltados para fortalecer a governança, promover parcerias estratégicas e garantir os recursos necessários para a execução das ações. Essa abordagem abrangente permite que o plano se mantenha relevante, sustentável e capaz de impulsionar o desenvolvimento da região.

6. ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA

Esta seção apresenta a estruturação que está sendo proposta para monitorar a execução do Plano de Trabalho dos programas prioritários, utilizando como suporte os resultados do Índice de Atratividade.

Em consonância com as experiências discutidas na seção anterior, esta proposta visa aprimorar o desempenho do planejamento de cada programa, considerando as dimensões de execução das ações e os resultados esperados. O objetivo é estruturar um processo de monitoramento mais robusto, que permita uma análise detalhada e uma retroalimentação eficaz do modelo, com foco na entrega de benefícios com impacto positivo para a região da Amazônia Ocidental e Amapá.

A proposta de monitoramento consistirá em uma reformulação do modelo de Plano de Trabalho com a inclusão de indicadores temáticos, integrado à metodologia de modelagem do Índice de Atratividade. Essa combinação permitirá uma avaliação mais abrangente e precisa do progresso e desempenho dos programas prioritários, proporcionando insights valiosos para ajustes e melhorias contínuas.

6.1 Proposta de modelagem do Índice Geral de Atratividade (IGA)

O Índice Geral de Atratividade (IGA) é uma proposta de modelagem cujo principal objetivo é avaliar se o planejamento e as

metas pactuadas por cada programa prioritário conseguem gerar resultados que promovam um ambiente favorável para a geração de emprego e renda na Região Amazônica. Ao mesmo tempo, busca mensurar as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, ambiental, econômico e social da região beneficiada pelos incentivos.

O IGA será composto pelos quatro Eixos temáticos principais, abordados na seção anterior:

1. Geração de Emprego e Renda
2. Capilaridade na Área de Atuação
3. Desenvolvimento Sustentável
4. Capacidade Política Institucional

A sistemática de avaliação do IGA será constituída por classificações, critérios e pontuações detalhados na Quadro 6, fornecendo uma estrutura clara e objetiva para a análise do desempenho dos programas prioritários.

Quadro 6: Classificação, Critérios e Pontuação do IGA

CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Indicador efetivado	Quando identificado que os indicadores já foram 100% atingidos	100
Indicador parcialmente efetivado	Quando identificado que há tratativas em execução pela coordenadora para atendimento do indicador	50
Indicador não efetivado	Quando não identificado tratativas por parte da Coordenadora para cumprimento do indicador	0

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

No Quadro 7, são fornecidas as informações sobre como as notas são atribuídas e os critérios de cálculo do IGA. Isso inclui as fórmulas específicas, pesos atribuídos a cada indicador, e quaisquer outras considerações relevantes:

Quadro 7: Notas, Fórmulas e Cálculo do IGA

ATRIBUIÇÃO DE NOTAS	FÓRMULA	DESCRIÇÃO DO CÁLCULO
<i>Nota do Requisito (NR)</i>	$NR = \sum \text{das notas dos indicadores}$	O cálculo, portanto, consistirá no somatório das notas atribuída aos indicadores do Plano de Trabalho – que varia de 0 a 100.
<i>Nota do indicador temático (IT)</i>	$IT = \frac{\text{Nota do requisito 1} + \text{Nota do requisito 2} + \dots + \text{Nota do requisito n}}{\text{Quantitativo de Indicadores}}$	O cálculo, portanto, consistirá no somatório das notas atribuída aos requisitos – que varia de 0 a 100.
<i>Nota do Índice Geral de Atratividade (IGA)</i>	$IGA = \frac{\sum \text{das notas dos IT}}{4}$	A soma dos itens que compõem o IGA é dividida pelo número de indicadores temáticos (4). Dessa maneira, o valor final encontra-se entre 0 e 100.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

A avaliação dos resultados será realizada com base nas notas do IGA apresentadas no Quadro 8:

Quadro 8: Avaliação dos resultados

Nota do IGA	Avaliação do resultado
> 90 a 100	Ótimo
> 80 a 90	Bom
>60 a 80	Regular
Até 60	Ruim

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Para cada faixa de nota do IGA, será atribuído um conceito, o qual está diretamente relacionado a uma análise detalhada que já apresenta as medidas que devem ser adotadas para cada faixa de nota. Essas medidas estão descritas no Quadro 9:

Quadro 9: Conceitos

NOTA DO IGA	CONCEITO	ANÁLISE
> 90 a 100	Integralmente Satisfatório	Com um IGA superior a 90 pontos, o programa prioritário demonstra alcançar integralmente seus objetivos, indicando um desempenho excepcional.
> 70 a 90	Satisfatório	Um IGA entre 70 e 90 pontos indica que o programa está atingindo seus objetivos dentro do esperado, requerendo apenas algumas poucas adequações para melhorias adicionais.
> 70 a 60	Parcialmente Satisfatório	Com um IGA entre 70 e 60 pontos, o programa está atendendo parcialmente seus objetivos, nesse caso, será necessário propor medidas para aprimorar seu desempenho e elevar o conceito do IGA.
< 60	Insatisfatório	Um IGA inferior a 60 pontos indica que o programa não está atingindo seus objetivos estabelecidos. Será necessário apresentar justificativas para a não realização dos objetivos e propor medidas concretas para melhorar o desempenho e elevar o conceito do IGA.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

6.2 Testagem do Índice Geral de Atratividade (IGA)

Um teste piloto dos critérios de avaliação foi apresentado à COART não sendo necessária a apresentação de evidências dos resultados, apenas a indicação conforme os parâmetros estipulados no formulário, sendo eles:

- INDICADOR EFETIVADO (Quando identificado que os

indicadores já foram 100% atingidos)

- **INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO** (Quando identificado que há tratativas em execução pela coordenadora para atendimento do indicador)
- **INDICADOR NÃO EFETIVADO** (Quando não identificado tratativas por parte da Coordenadora para cumprimento do indicador)

Destaca-se que foram apresentados dados apenas sobre o PPBIO e PPEI. Quanto ao PPI4.0, à COART informou a impossibilidade de compartilhar os dados, justificando que a avaliação das metas ainda estava por fazer, e que só seria realizada após o término do ACT.

A aplicação gerou os resultados apresentados nos quadros 10 e 11:

Quadro 10 Resultado da testagem do índice no PPBIO



Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Quadro 11 - Resultado da testagem do índice no PPEI



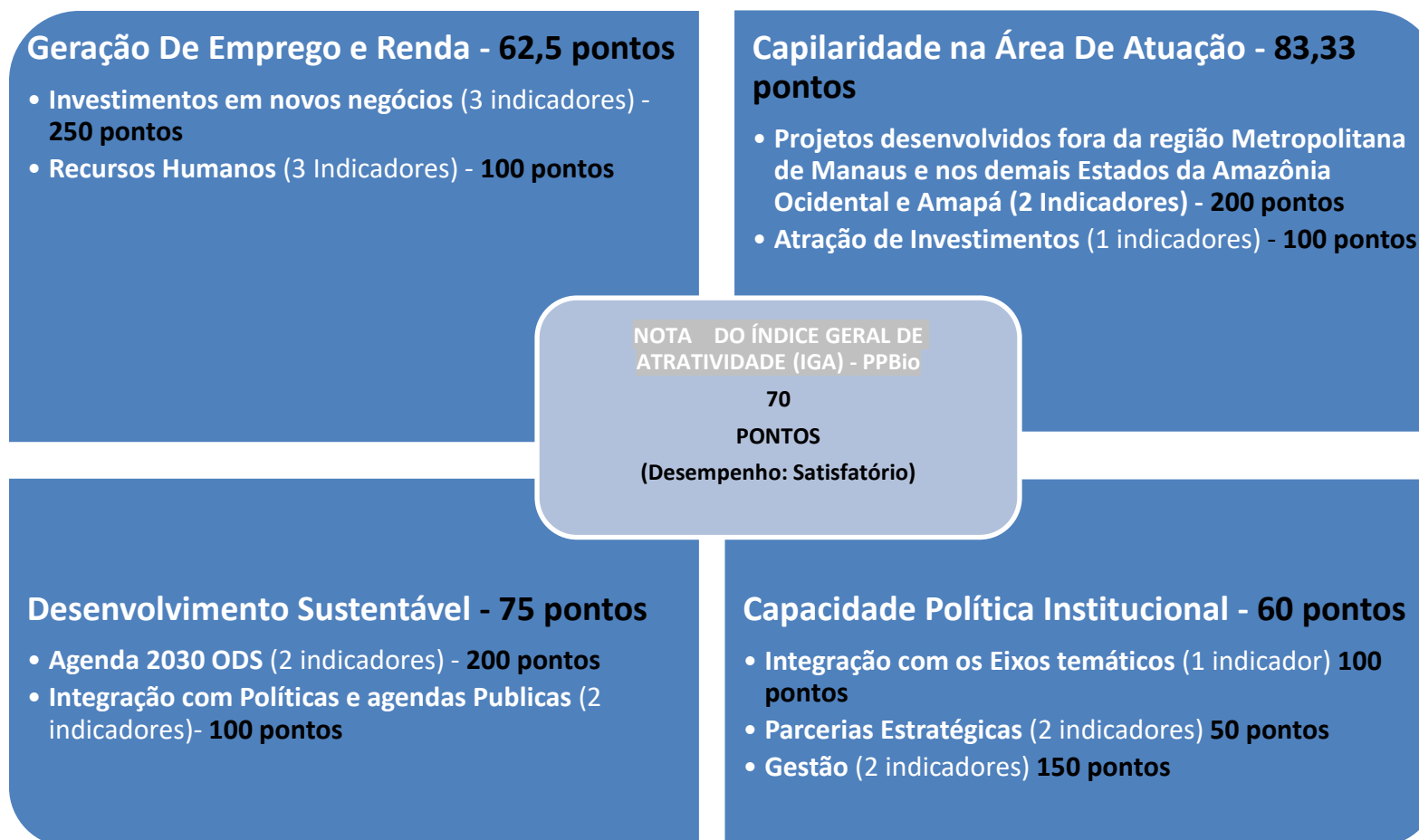
Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Ambos os planos de trabalho revelaram uma dispersão nos indicadores utilizados. Em algumas temáticas, observou-se uma maior variedade de indicadores. Por exemplo, ao analisar a temática de "Geração de Emprego e Renda", especificamente no requisito que avalia os Recursos humanos, constatou-se que o plano de trabalho do PPBIO apresentava apenas um indicador, enquanto o PPEI contemplava três indicadores para o mesmo requisito.

Outro aspecto relevante, na análise do PPEI, foi a falta de indicadores mensuráveis para a temática de "Desenvolvimento Sustentável". É importante ressaltar que essa ausência decorre da dificuldade em mensurar tais indicadores, uma vez que, conforme demonstrado no plano de trabalho, essa temática está incorporada em todas as metas estabelecidas, sem que tenham sido delineadas ações específicas para abordá-la de forma tangível.

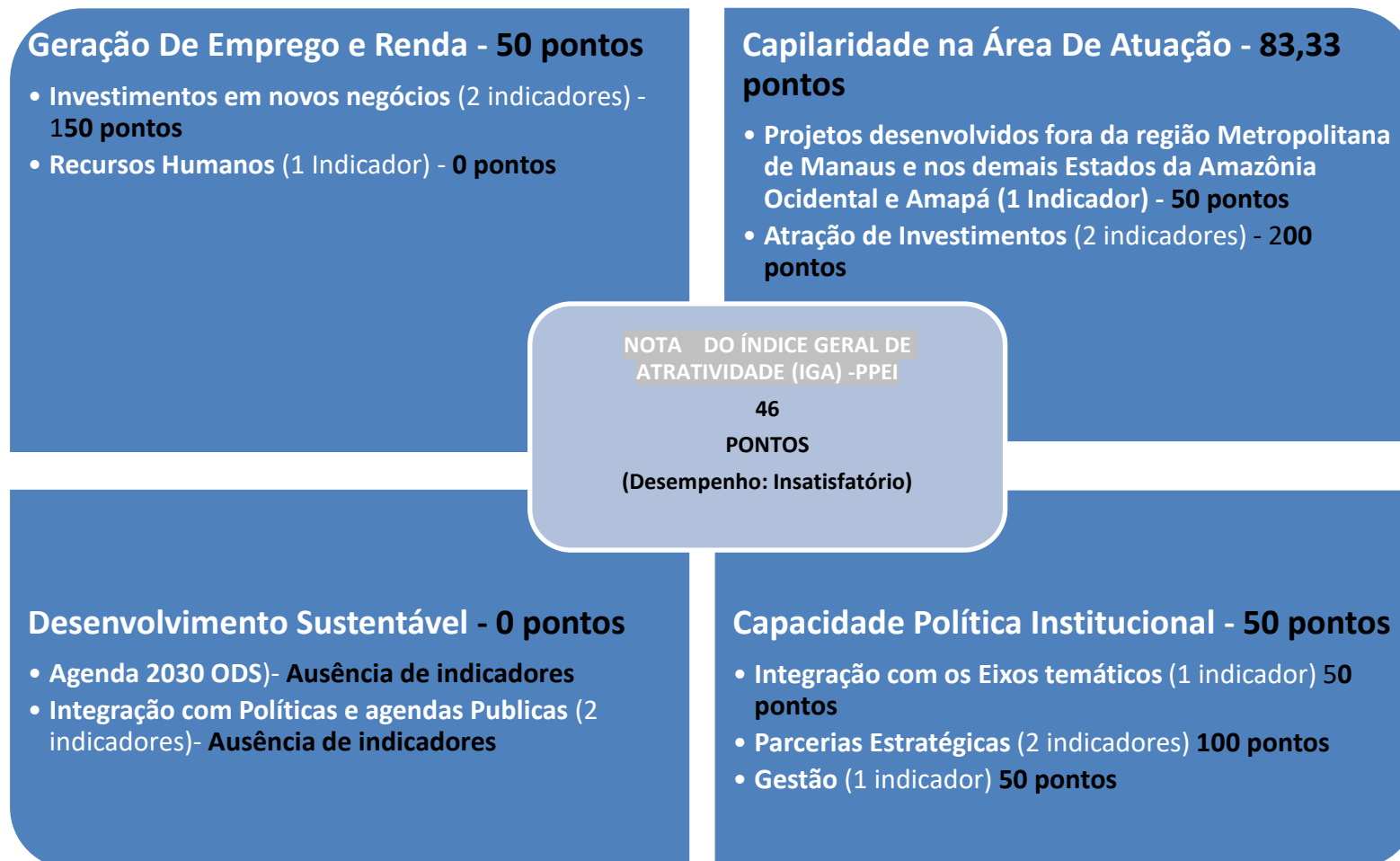
Ao aplicarmos a metodologia do IGA, obtemos os resultados descritos no Quadro 12 e 13

Quadro 12: Resultado IGA PPBIO



Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Quadro 13: Resultado IGA PPEI



Fonte: Elaborada pela autora (2024)

É importante ressaltar, que o resultado apurado, teve como fator limitante se enquadrar em um Plano de Trabalho já em execução, ou seja, teve que ser feita uma correlação com os indicadores já existentes. Pensando nisso, e entendendo a importância de um planejamento prévio, para um bom monitoramento de uma política pública, foi estruturado um modelo de plano de trabalho, aplicável a qualquer temática, o que padronizará as ações, e facilitará a análise dos resultados.

6.3 Proposta de Estruturação do Plano de Trabalho

Como mencionado no tópico anterior, o planejamento é uma peça fundamental na condução de uma política pública, partindo desse pressuposto, no contexto dos programas prioritários, a Resolução CAPDA nº 02/2020, alterada pela Resolução CAPDA/ME nº 30/2023, estabeleceu que a Suframa deve firmar a parceria com as Instituições Coordenadoras selecionadas, através dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT).

Para essa espécie de Instrumento Jurídico, o planejamento se materializa, através do Plano de Trabalho, elemento técnico indissociável do ACT.

Ademais, os acordos de cooperação estão enquadrados na legislação nacional como instrumentos congêneres aos convênios. Nestes moldes, o art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, impõe a observância do princípio do planejamento na elaboração do Plano de trabalho.

Assim, está sendo sugerido nesta proposta, uma sistemática de indicadores que tomou como referência, a minuta padrão de ACT da Advocacia Geral da União (AGU), no que diz respeito especialmente à estrutura do documento, enfatizando em desenhar um escopo para o item 10, intitulado “Plano de Ação”.

No esquema proposto estão sendo estruturados Eixos

temáticos, indicadores e metas mensuráveis, aplicáveis a qualquer temática e relacionados com aos objetivos dos programas prioritários.

Tabela 2 - Escopo do Plano de Ação

	EIXOS TEMÁTICOS	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	META (<i>Estipular metas anuais para cada ação, demonstrando a evolução das ações ao longo do prazo firmado no ACT</i>)	INDICADORES (<i>Os indicadores devem ter como parâmetro a periodicidade anual para execução</i>)	Prazo (<i>Deverá ser definido a data de início e término para cada meta estipulada</i>)	Responsável
1	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA OBJETIVO: <i>Demonstrar como a Coordenadora do respectivo programa prioritário planeja suas ações para Geração de Emprego e Renda, nas ações deverão ser incluídos metas para geração de novos postos de trabalho; Investimentos em novos negócios; e investimentos em Capital Intelectual.</i>	AÇÃO 01 (<i>A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado a Geração de novos postos de Trabalho.</i>)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador socioeconômico</u> Cálculo: (<i>Quantidade de novos postos efetivamente gerados/ Quantidade alvo da meta x100</i>)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
		AÇÃO 02 (<i>A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado a Geração de Investimentos em Novos Negócios.</i>)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Fomento a novos negócios</u> Cálculo: (<i>Quantidade de novos negócios investidos/ Quantidade alvo da meta x100</i>)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
		AÇÃO 03 (<i>A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever o Planejamento para investimentos em Capital Intelectual relacionados a temática do programa.</i>)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicadores de impacto no desenvolvimento de novas competências relacionadas a temática.</u> Cálculo: (<i>Somatório das capacitações realizadas/ Quantidade alvo da meta x100</i>)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
2	CAPILARIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO OBJETIVO: <i>Demonstrar como o respectivo programa prioritário planeja suas ações em locais diversos da Região Metropolitana de Manaus.</i>	AÇÃO 01 (<i>A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever o seu Planejamento para os investimentos acima de 15% de todo valor captado fora da região metropolitana de Manaus</i>)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Abrangência da temática</u> Cálculo: (<i>Soma do número de projetos Pactuados fora da região metropolitana de Manaus/ Quantidade alvo da meta x100</i>)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
		AÇÃO 02 (<i>A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever o</i>	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Englobamento da Temática na sua Área de Atuação</u>	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA

		<i>planejamento para divulgação e sensibilização sobre o programa em locais diversos da Região Metropolitana de Manaus)</i>		Cálculo: (Somatório das reuniões, eventos, seminários ou similares realizados fora da região metropolitana de Manaus/ Quantidade alvo da meta x100)		
		AÇÃO 03 (A ICT Coordenadora do Programa Prioritário deverá descrever as ações que estão sendo planejadas para atração de novos investidores.)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Esforço de atração de investimentos</u> Cálculo: (Quantidade de novos negócios investidos em locais diversos da Região Metropolitana de Manaus/ Quantidade alvo da meta x100)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OBJETIVO: Demonstrar como a Coordenadora do Programa prioritário planeja as ações para o desenvolvimento de tecnologias e inovações sustentáveis, na construção das ações deverão ser consideradas a integração dos projetos com a Agenda ODS 2030, e as demais Políticas e agendas Públicas.	AÇÃO 01 (A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado o desenvolvimento de tecnologias e inovações sustentáveis)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Soluções e Tecnologias sustentáveis</u> Cálculo: (Somatório de projetos com desenvolvimento de produtos e processos inovadores relevantes/ Quantidade alvo da meta x100)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
		AÇÃO 02 (A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado a aderência à Agenda 2030 ODS nas ações.	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Integração com agenda ODS 2030</u> Cálculo: (Somatório de projetos que atendem pelo menos 8 temas da Agenda ODS 2030/ Quantidade alvo da meta x100)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
		AÇÃO 03 (A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está planejando suas ações para fomento a CT&I)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Fomento à CT&I</u> Cálculo: (Somatório de Patentes (depositadas ou concedidas); Programa de Computador (registro); Topografia de Circuitos (registro); Desenhos industriais (registro); Assinatura de Contratos de Transferência de Tecnologias para comercialização de direitos de PI / Quantidade alvo da meta x100)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA
4	CAPACIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL OBJETIVO: Demonstrar como a Coordenadora do Programa prioritário, planeja suas ações de governança, integração dos projetos as respectivas áreas temáticas e o planejamento de parcerias estratégicas.	AÇÃO 01 (A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado as ações para melhoria da sua governança e operacionalidade, estão inclusas atividades que envolvam elaboração de regimentos, manuais, planos de ação, criação de conselhos, e afins.)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	<u>Indicador de Competências</u> Cálculo: (nº de atividades realizadas/ Quantidade alvo da meta x100)	<i>A definir com a Instituição Coordenadora</i>	INSTITUIÇÃO COORDENADORA

		<p>AÇÃO 02 (A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado as ações para integrar os projetos as respectivas áreas temáticas)</p>	<p>A definir com a Instituição Coordenadora</p>	<p><u>Indicador de Aderência a Temática</u> Cálculo: (Somatório dos projetos serem implementados por área temática e das Parceria firmadas por área temática/ Quantidade alvo da meta x100)</p>	<p>A definir com a Instituição Coordenadora</p>	<p>INSTITUIÇÃO COORDENADORA</p>
		<p>AÇÃO 03 (A ICT Coordenadora do programa prioritário deverá descrever como está sendo planejado a Cooperação com agentes produtivos; cooperação com agentes de C&T; cooperação com sindicatos, órgãos de apoio, agentes financeiros e demais representações para promoção do respectivo programa.)</p>	<p>A definir com a Instituição Coordenadora</p>	<p><u>Indicador de Cooperação</u> Cálculo: (Quantidade de Parcerias Firmadas/ Quantidade alvo da meta x100)</p>	<p>A definir com a Instituição Coordenadora</p>	<p>INSTITUIÇÃO COORDENADORA</p>

Fonte: Elaborada pela autora com base no modelo de minuta de plano de trabalho da AGU (2024)

A construção dos indicadores de cada eixo temático foi realizada de forma a refletir os objetivos específicos de cada área de atuação do plano de trabalho, sendo fundamentada pela necessidade de monitoramento contínuo dos resultados. Cada eixo temático inclui ações detalhadas, e os indicadores foram estabelecidos para mensurar a evolução e os resultados dessas ações ao longo do tempo. A seguir, detalha-se o processo de construção de cada indicador e a justificativa para sua escolha, considerando seu papel no monitoramento dos resultados:

1) Geração de Emprego e Renda

- a) **Indicador Socioeconômico:** Mede a quantidade de novos postos de trabalho gerados em comparação com a meta estabelecida, sendo calculado pela razão entre a quantidade de novos postos efetivamente criados e a meta de postos de trabalho, multiplicada por 100 para obtenção do percentual de alcance. Esse indicador mensura diretamente o impacto das ações na geração de emprego e renda, refletindo a capacidade do programa de promover melhorias no mercado de trabalho, além de ser essencial para avaliar a eficácia das estratégias de desenvolvimento econômico e social.
- b) **Indicador de Fomento a Novos Negócios:** Avalia a quantidade de novos negócios que receberam investimentos, comparando com a meta de novos empreendimentos. Esse indicador é relevante para verificar o estímulo ao empreendedorismo e à criação de novas oportunidades econômicas, proporcionando uma análise clara da diversificação econômica promovida pelas ações do programa e seu impacto no desenvolvimento de novos negócios.
- c) **Indicador de Desenvolvimento de Competências:** Mede o número de capacitações realizadas em relação

à meta de qualificação de capital intelectual, expressando o total das capacitações realizadas em comparação com a meta estipulada. Este indicador é fundamental para mensurar o impacto dos investimentos na qualificação de recursos humanos, assegurando a sustentabilidade dos postos de trabalho gerados e aumentando a competitividade local.

2) Capilaridade na Área de Atuação

- a) **Indicador de Abrangência da Temática:** Avalia a quantidade de projetos desenvolvidos fora da região metropolitana de Manaus, comparando com a meta de dispersão dos projetos. Este indicador assegura que os benefícios dos programas prioritários sejam distribuídos de forma equitativa, alcançando áreas além da capital, e mede a extensão dos programas e seu impacto em regiões que necessitam de maior desenvolvimento.
- b) **Indicador de Esforço de Atração de Investimentos:** Mede o número de eventos de divulgação, como reuniões, seminários e encontros realizados fora da região metropolitana de Manaus, em comparação com a meta estabelecida. A divulgação dos programas em diversas regiões é essencial para aumentar a adesão local e promover a compreensão dos benefícios oferecidos, permitindo avaliar a eficácia das ações de sensibilização e a capacidade de engajamento das comunidades locais.
- c) **Indicador de Atração de Novos Negócios:** Calcula a quantidade de novos negócios atraídos para fora da região metropolitana de Manaus em relação à meta estabelecida. A atração de novos investimentos para áreas menos desenvolvidas é um fator estratégico para reduzir desigualdades regionais, e este indicador mede

o sucesso das iniciativas voltadas para a ampliação da base econômica em localidades que tradicionalmente recebem menos investimentos.

3. Desenvolvimento Sustentável

a) Indicador de Soluções e Tecnologias Sustentáveis:

Avalia a quantidade de projetos que desenvolvem produtos e processos inovadores sustentáveis, comparando o total de projetos com a meta estabelecida. Esse indicador é essencial para mensurar a contribuição das ações em direção a um desenvolvimento mais sustentável, alinhado às demandas ambientais.

b) Indicador de Integração com a Agenda ODS 2030:

Avalia a quantidade de projetos que atendem a pelo menos 8 temas da Agenda ODS 2030 em relação à meta estabelecida. A integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é crucial para garantir que os programas estejam alinhados às metas globais de desenvolvimento sustentável, permitindo uma avaliação do comprometimento dos projetos com as metas da ONU e assegurando que os resultados contribuam para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

c) Indicador de Fomento à CT&I:

Calcula o número de registros de patentes, programas de computador, topografia de circuitos, desenhos industriais e contratos de transferência de tecnologia, em comparação com a meta estipulada. Esse indicador mede o impacto das ações no campo da inovação tecnológica e da proteção intelectual, refletindo a capacidade dos programas de estimular a geração de novos conhecimentos e a transferência de tecnologia para o mercado, ampliando a competitividade regional.

4. Capacidade Política Institucional

- a) **Indicador de Competências:** Avalia o número de atividades realizadas para desenvolver competências na gestão dos programas, em relação à meta estabelecida. A governança eficiente dos programas é fundamental para garantir a eficácia das ações e a integração das iniciativas. Esse indicador mede a preparação e a formação de competências necessárias para a execução dos projetos, assegurando que as práticas de gestão estejam alinhadas aos objetivos do plano.
- b) **Indicador de Aderência às Áreas Temáticas:** Avalia o número de projetos implementados e parcerias estabelecidas por área temática em comparação com a meta de integração. A integração dos projetos às áreas temáticas garante que os esforços sejam direcionados de forma estratégica, medindo a aderência dos projetos às necessidades das áreas atendidas e promovendo um uso mais eficiente dos recursos.
- c) **Indicador de Cooperação:** Mede a quantidade de parcerias firmadas para a promoção dos programas, comparando com a meta de cooperação. A cooperação com agentes produtivos, de ciência e tecnologia e financeiros é fundamental para o sucesso dos programas prioritários. Esse indicador avalia a capacidade de articulação e colaboração, fatores essenciais para ampliar o impacto e a sustentabilidade das iniciativas.

A proposta de reformulação do plano de trabalho busca simplificar o monitoramento das ações, de forma que, ao propor as metas, as Instituições Coordenadoras utilizem os critérios estabelecidos. O plano de trabalho deve ser um instrumento construído conjuntamente, em alinhamento com o objeto pactuado na parceria.

Um dos pontos-chaves propostos na reformulação do plano de trabalho foi a implementação de um monitoramento anual das ações, realizado concomitantemente à prestação de contas anual. A inclusão desse tipo de monitoramento mostrou-se necessária, pois, como observado ao longo da pesquisa, anteriormente as metas eram verificadas apenas ao final da vigência do ACT, ou seja, após cinco anos de execução.

Esse processo tardio dificultava o acompanhamento da evolução das metas ao longo do período, comprometendo a capacidade de realizar ajustes e intervenções necessárias durante a execução das ações. Com o monitoramento contínuo e simultâneo à prestação anual, é possível avaliar de forma mais precisa o progresso de cada meta, permitindo uma gestão mais proativa e eficaz na correção de desvios e no ajuste das estratégias para o alcance dos resultados desejados. Assim, a adoção de metas anuais, com a definição de datas de início e fim para cada uma, busca tornar mais eficaz o monitoramento das ações e permite que medidas sejam adotadas para corrigir eventuais desempenhos insatisfatórios ao longo da execução do plano de trabalho.

7. CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo desenvolver uma metodologia para o acompanhamento da atratividade dos programas prioritários no contexto dos investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus. A proposta visa fornecer aos gestores um conjunto de instrumentos que permitam um monitoramento contínuo e eficaz dos programas ao longo do tempo. A implementação dessa metodologia se mostrou especialmente relevante ao abordar as lacunas identificadas, tanto no planejamento quanto na avaliação dos resultados dos programas prioritários.

Os resultados obtidos revelaram que ainda há uma carência

significativa na divulgação e avaliação da efetividade desses investimentos, especialmente em termos de seus impactos positivos para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia Ocidental e do Amapá. A falta de visibilidade desses resultados limita a compreensão da sociedade sobre os benefícios reais gerados pelas políticas de incentivo, além de dificultar a atração de novos investimentos para a região.

A metodologia proposta neste estudo, baseada em um conjunto de indicadores temáticos alinhados aos objetivos dos programas prioritários, mostrou-se eficaz como uma ferramenta de acompanhamento. Os indicadores propostos permitem a mensuração precisa de diversos aspectos dos programas, como a geração de emprego e renda, a capilaridade nas áreas de atuação, o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e a capacidade de cooperação institucional. Com essa abordagem, os gestores têm à sua disposição um sistema que facilita o monitoramento dos resultados de forma periódica e concomitante ao processo de prestação de contas anual, permitindo um acompanhamento mais próximo e dinâmico das metas e ações desenvolvidas.

Entre os principais benefícios dessa metodologia está a capacidade de identificar, em tempo hábil, eventuais desvios no alcance das metas e realizar ajustes necessários. Esse acompanhamento contínuo, em contraste com a prática anterior de avaliação apenas ao final da vigência dos ACTs, permite uma gestão mais ágil e proativa, que se adapta melhor às necessidades emergentes dos programas. Além disso, a padronização dos indicadores facilita a comparação entre os diferentes programas prioritários, possibilitando uma análise mais consistente e fundamentada sobre o desempenho de cada um.

Apesar de alguns planos de trabalho apresentarem um planejamento mais estruturado e, conseqüentemente, um desempenho mais satisfatório, o estudo identificou que a falta de uma

padronização geral dificulta a mensuração dos resultados de forma consistente. Isso sugere que a adoção de uma metodologia padronizada poderia contribuir para um nível mais uniforme de qualidade no planejamento e execução dos programas, assegurando que todos estejam igualmente preparados para atender às metas estabelecidas.

A reformulação proposta também responde diretamente às necessidades identificadas pela autarquia gestora, a Suframa. A expectativa é que essa metodologia seja utilizada como uma base sólida para aprimorar o acompanhamento dos programas prioritários, assegurando uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos. A adoção de uma abordagem estruturada e padronizada poderá melhorar significativamente a comunicação dos resultados, tornando-os mais acessíveis para a sociedade e, assim, ampliando a percepção dos impactos positivos dos investimentos em PD&I na região.

Em síntese, este estudo oferece uma contribuição relevante para a gestão dos programas prioritários no âmbito da Zona Franca de Manaus, propondo uma metodologia que não apenas facilita o monitoramento contínuo, mas também promove uma maior transparência na gestão dos recursos. Ao alinhar os objetivos dos programas aos indicadores de desempenho e à necessidade de uma avaliação periódica, cria-se um ambiente mais propício para a atração de novos investimentos e para o fortalecimento do desenvolvimento regional. Dessa forma, espera-se que a Suframa e demais instituições envolvidas possam aproveitar este levantamento como uma ferramenta estratégica para potencializar o impacto dos programas prioritários e fomentar um desenvolvimento sustentável e inclusivo na Amazônia Ocidental e no Amapá.

8. PERSPECTIVAS FUTURAS

Em relação às perspectivas futuras para os Programas Prioritários, é fundamental que o estudo aqui apresentado seja

aprofundado e utilizado como base para novas iniciativas, articulando os resultados e a metodologia discutidos ao longo da pesquisa. Entre as propostas para aprimorar ainda mais a gestão e o acompanhamento dos programas, destacam-se:

- **Introdução do IGA nas Prestações de Contas Anuais:**

A criação e implementação de um Índice Geral de Atratividade (IGA) pode representar um avanço significativo na forma como os programas são monitorados ao longo de sua execução. O IGA, proposto para ser incorporado nas prestações de contas anuais, visa oferecer uma visão consolidada do desempenho dos programas, considerando indicadores temáticos, metas alcançadas e a eficiência na execução das ações. Com isso, seria possível realizar um monitoramento contínuo, ao invés de limitar a análise ao final do ciclo de cinco anos dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs). A aplicação do IGA proporcionaria aos gestores uma ferramenta para identificar rapidamente desvios, ajustar estratégias e garantir que os recursos estejam sendo alocados de forma eficaz, contribuindo para uma gestão mais transparente e proativa.

- **Maior Transparência e Divulgação dos Resultados:** É crucial estabelecer um mecanismo de comunicação eficiente para divulgar os resultados e impactos dos Programas Prioritários, especialmente para os stakeholders e a sociedade em geral. A transparência na apresentação dos dados não apenas reforça a confiança nos programas, mas também facilita a atração de novos investimentos para a região. A divulgação clara dos resultados, possibilitada pelo IGA, pode criar um ciclo virtuoso de engajamento e apoio às iniciativas desenvolvidas.

- **Aprimoramento das Metodologias de Planejamento:** Além do monitoramento, é essencial que as metodologias de planejamento dos Programas Prioritários sejam revisadas e aprimoradas continuamente. Incorporar melhores práticas e lições aprendidas de outros contextos pode aumentar a eficácia e a eficiência das ações, garantindo que os programas estejam sempre adaptados às necessidades da região e às mudanças no cenário econômico e social. A integração das lições aprendidas com os resultados apurados pelo IGA pode orientar melhorias contínuas, resultando em um planejamento cada vez mais alinhado às realidades locais.

Essas perspectivas futuras buscam consolidar e expandir os impactos positivos dos Programas Prioritários, garantindo que eles contribuam de maneira significativa para o desenvolvimento sustentável e equitativo da Amazônia Ocidental e do Amapá. A introdução do IGA, em particular, representa uma oportunidade para que a Suframa e outras entidades gestoras possam aprimorar

9. REFERÊNCIAS

- artigo sem autor: **Suframa e ZFM comemoram 56 anos com novo recorde de faturamento do PIM.** Publicado em 28 de fev. 2023. Disponível em < <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/noticias/suframa-e-zfm-comemoram-56-anos-com-novo-recorde-de-faturamento-do-pim>>. Acesso em 15 de jul.2023.
- ASSOCIAÇÃO POLO DIGITAL DE MANAUS. **30 anos da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus: importância para a região, impactos e externalidades deste marco legal.** Manaus.EDUA.2022. Disponível em: < https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2022/12/polo-digital-de-manaus-lanca-e-book-sobre-a-lei-da-informatica-na-regiao-amazonica/ebook-30anos_li_zfm-1-_compressed.pdf>. Acesso em 30 de jun. 2023.
- BRAGA, T. M.; FREITAS, A. P. G. de; DUARTE, G. de S.; CAREPA-SOUSA, J. **Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar.** Nova Economia, [S. l.], v. 14, n. 3, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/435>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BRASIL, Conselho Nacional de Saúde, **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Disponível em< <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> > Acesso em: 15 de jan.2024.
- BRASIL, Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA. **Resolução CAPDA nº 9, de 29 de outubro de 2019.** In: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 nov. 2019, n. 215, seção 1, p. 159, 2019.
- BRASIL. Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA. **Resolução CAPDA nº 02 de 30 de março de 2020.** In: Diário Oficial da União, Brasília, DF. Publicado em 02 de abr.2020. Ed.64.Seção 1. Pg.20. Disponível em< <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-31-de-marco->

de-2020-250852927>. Acesso em 21 de mai.2023.

BRASIL. **Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.** 1991. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8387.htm>. Acesso em:
 18 de mai. 2023

BRASIL. **Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.** <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6944.html>. Acesso em 12 jul.2023.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública.** Metodologia de construção. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pnsp-2021-2030/metodologia-de-construcao>. Acesso em: 24 out. 2024.

CERVI, Emerson Urizzi. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política.** 1º Ed. Curitiba: CPOP/UFRR,2017. Disponível em < https://cpop.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017_cervi_mq_vol1.pdf >. Acesso em 12 de Jun.2023.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Minuta de Plano de Trabalho para Acordo de Cooperação Técnica.** Disponível em: <
<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/conveniosecongeneres/modelos-antigos>> Acesso em 28 de Fev.2024.

CONTROLADORIA GERAL DE BRASÍLIA. **Guia de Transparência Ativa 2023.** Disponível em: <
https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Guia-Transparencia-Novo_ITA.pdf/b0925ebe-2d7c-315c-1d5c-474001463d86?t=1671019438322> Acesso em 20 de jul.2023.

CONTROLADORIA GERAL DE BRASÍLIA. **Índice de Transparência Ativa 2017.** Disponível em: <
<https://www.cg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/03/Relatório-ITA-Dez-2017.pdf>> Acesso em 20 de jul.2023.

Fleury, Maria Tereza Leme; Werlang, Sergio Ribeiro da Costa Werlang. **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens.** Anuário de pesquisa 2016-2017.Seção abertura. FGV-EPGE. Publicado em 16

de nov.2016. Disponível em:<
<https://periodicos.fgv.br/apgvpesquisa/article/view/72796/69984>>.

Acesso em 15 de jun.2023

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 56, n. 2, p. p. 137-160, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v56i2.222. Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>. Acesso em: 16 out. 2024.

LASSANCE. Antônio. Análise "ex ante" de políticas públicas: **fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática**. IPEA. Texto para Discussão.1ºed. 2022. Disponível em: <

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11399/1/>> Acesso em 15 de Jun. 2023

OLIVEIRA, A. E. F.; REIS, R. S. **Gestão pública em saúde: monitoramento e avaliação no planejamento do SUS**. São Luís: Edufma, 2016. 45 p.

SILVA, Edna Lúcia da Silva; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**.4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em <
https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf > Acesso em 15 de Jun. 2023.

SUFRAMA. **Aportes em Programas Prioritários**. Publicado em 28 de jul.2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pdi/resultados/dados-estaticos-pp>>. Acesso em 1º de ago.2023.

SUFRAMA. **MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS**. Publicado em 12 de set.2023. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pdi/obrigacoes/documentos/MANUAL_DO_RELATORIO_D_E_RESULTADOS_DOS_PROGRAMAS_PRIORITARIOS_v1.pdf >. Acesso em: 16 out. 2024

SUFRAMA. **Plano de Trabalho PPBIO**. Disponível em <
<https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pesquisa-e-desenvolvimento/capda/ProgramaPrioritrioemBioeconomia.pdf>>.

Acesso em 20 de jun.2023.

SUFRAMA. **Plano de Trabalho PPEI**. Disponível em <
<https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pesquisa-e-desenvolvimento/capda/ProgramaPrioritrioemEmpreendedorismoInovador.pdf>>.

Acesso em 20 de jun.2023.

SUFRAMA. **Plano de Trabalho PPI4.0** Disponível em <
<https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pesquisa-e-desenvolvimento/capda/ProgramaPrioritriodelndustria4.0eModernizaolIndustrial.pdf>>.

Acesso em 20 de jun.2023.

SUFRAMA. **COMITENTES**. Publicado em 28 de fev. 2023.

Disponível em <
<https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pdi/capda/comitentes>> Acesso em 30 de jun.2023.

ANEXOS

MODELO DE PLANO DE TRABALHO PARA ACT FORNECIDO PELA AGU



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CÂMARA NACIONAL DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CNCIC/DECOR/CGU
(Portaria CGU nº 03, de 14/06/2019)

Minuta Modelo
PLANO DE TRABALHO
para

Acordo de Cooperação Técnica

Instruções Iniciais:

Nota Explicativa 1:

O plano de trabalho, embora não mencionado do Capítulo III do Decreto nº 11.531, de 2023, é peça técnica compatível e fundamental com instrumento jurídico que cria obrigações jurídicas entre as partes, como é o caso do Acordo de Cooperação Técnica.

Nesse cenário, o art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, impõe a observância do princípio do planejamento, de modo que o Plano de Trabalho, instrumento que materializa este planejamento, se faz necessário em parcerias desta espécie.

Nota Explicativa 2:

O adequado planejamento contido no plano de trabalho traz maior segurança nas condutas de cada um dos partícipes, assim como facilita a realização de fiscalização pelos demais órgãos de controle interno e externo.

Vale dizer, a regularidade do instrumento depende, em primeiro lugar, do plano de trabalho. Se este instrumento for elaborado de forma correta, planejada e detalhada, bastará aos partícipes cumpri-lo para garantir o sucesso do ajuste.

Nota Explicativa 3:

Plano de Trabalho é o instrumento que integra a proposta de celebração do Acordo de Cooperação Técnica, contendo todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes. O presente plano de trabalho é uma **versão norteadora**, de modo que todas as tarefas e o cronograma devem ser analisados e adaptados em conformidade com o objeto da avença.

Nota Explicativa 4:

O Plano de trabalho deverá integrar o Instrumento do Acordo de Cooperação Técnica como anexo, bem como deverá ser aprovado pelos setores responsáveis de ambos os partícipes.

Nota Explicativa 5:

As alterações no Plano de Trabalho, que acarretem consequências jurídicas, devem ser efetivadas por intermédio de termo aditivo e submetidas previamente à consultoria jurídica dos partícipes.

MINUTA

Plano de Trabalho – Acordo de Cooperação Técnica

1 – DADOS CADASTRAIS

PARTICIPE 1:

CNPJ:

Endereço: Cidade: Estado:

CEP:

DDD/Fone:
 Esfera Administrativa (**Federal, Estadual, Municipal**) Nome do responsável:
 CPF:
 RG:
 Órgão expedidor:
 Cargo/função:
 Endereço: Cidade: Estado:
 CEP:
PARTICIPE 2:
 CNPJ:
 Endereço: Cidade: Estado:
 CEP:
 DDD/Fone:
 Esfera Administrativa (**Federal, Estadual, Municipal**) Nome do responsável:
 CPF:
 RG:
 Órgão expedidor:
 Cargo/função:
 Endereço: Cidade: Estado:
 CEP

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título:	
PROCESSO nº:	
Data da assinatura:	
Início (mês/ano):	Término (mês/ano):

Deve-se descrever o produto final do ACT, de forma completa e sucinta.

3. DIAGNÓSTICO

Demonstrar a situação anterior ao acordo que ensejou a necessidade do ajuste e os benefícios esperados com a cooperação.

4. ABRANGÊNCIA

Indicar a localidade, o público-alvo dentre outros aspectos capazes de definir o alcance da parceria.

5. JUSTIFICATIVA

Identificar todos os aspectos que motivem a prática do ato dentre os quais se sugerem:

- a) demonstrar a importância da proposta;
- b) caracterizar os interesses recíprocos;
- c) indicar o público-alvo; e
- d) definir os resultados esperados.

6. OBJETIVOS GERAL e ESPECÍFICO

Identificar os objetivos gerais e os objetivos específicos do Acordo de Cooperação Técnica.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Indicar a forma como se dará a colaboração de cada um dos partícipes.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL e GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Indicar a unidade da entidade responsável pelo acompanhamento do acordo; assim como o nome do gestor.

9. RESULTADOS ESPERADOS

10. PLANO DE AÇÃO

	Eixos	Ação	Responsável	Prazo	Situação
1					
2					

APÊNDICE E – Formulário I**I - FORMULÁRIO:
PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE
ACOMPANHAMENTO DA
ATRATIVIDADE DOS PROGRAMAS
PRIORITÁRIOS NO CONTEXTO DOS
INVESTIMENTOS EM PD&I DA LEI
INFORMÁTICA DA ZONA FRANCA
DE MANAUS**

Olá, sou pesquisadora do Programa de Mestrado de em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e convido você a participar desta pesquisa. O objetivo é propor um modelo de instrumento que contribua para a melhoria do acompanhamento dos Programas Prioritários, servindo de apoio aos gestores e equipe técnica no exercício das suas atividades de monitoramento da política pública.

Franciele da Silva Nascimento

Mestranda na Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Claudio Kieling

Coorientadora: Prof^a.Dr^a Rosa Maria Nascimento dos Santos

 * Indica uma pergunta obrigatória

Se possuir interesse em nosso convite, por gentileza, leia e caso esteja de acordo, consinta o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) a seguir: *

Marcar apenas uma oval.

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) *Pular para a pergunta 2*

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Título da Pesquisa: PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA ATRATIVIDADE DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NO CONTEXTO DOS INVESTIMENTOS EM PD&I DA LEI INFORMÁTICA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Nome da Pesquisadora: Franciele da Silva Nascimento

Orientador: Prof. Dr. Antônio Claudio Kieling

Coorientadora: Prof^a.Dr^a Rosa Maria Nascimento dos Santos

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário do presente estudo, e este documento visa assegurar seus direitos e deveres como participante. Em caso de dúvidas antes ou mesmo depois de autorizar, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se você não quiser participar ou retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

O objetivo da pesquisa é o desenvolvimento de uma metodologia para acompanhamento da atratividade dos programas prioritários no contexto dos investimentos em PD&I da Lei Informática da Zona Franca de Manaus . Pretende-se ainda com este trabalho, propor um modelo de índice que contribua para a melhoria do acompanhamento dos Programas Prioritários.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: Responder o formulário de Entrevista formulada por meio de questionário Semi Estruturado, que utilizou a seguinte metodologia:

- Consulta de informações relacionadas aos seguintes Programas Prioritários: PPBIO, PPEI e PPI4.0. Estruturação de 4 (quatro) indicadores temáticos para realização desta consulta, sendo eles: **Geração de Emprego e Renda, Capilaridade na área de atuação, Desenvolvimento Sustentável e Capacidade Política e Institucional.**
- Os indicadores temáticos utilizam requisitos específicos, que no somatório totalizam 9 requisitos.
- Para construção dos Indicadores utilizou-se as metas pactuadas nos Planos de Trabalho dos Programas Prioritários supracitados.

- A consulta se limita ao monitoramento das metas pactuadas não sendo necessário apresentação de evidências do cumprimento, assim será apenas necessário informar se os respectivos indicadores foram atendidos, para isso será disponibilizado as seguintes opções: **INDICADOR EFETIVADO** (Quando identificado que os indicadores já foram 100% atingidos) **INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO** (Quando identificado que há tratativas em execução pela coordenadora para atendimento do indicador) **INDICADOR NÃO EFETIVADO** (Quando não identificado tratativas por parte da Coordenadora para cumprimento do indicador)

Acompanhamento e assistência: Ao final do formulário será solicitado seu e-mail, caso queira conhecer os resultados da pesquisa por meio da dissertação, artigos e publicações. Se julgar precisar de alguma assistência, ao final deste termo está disponível os dados de contato desta pesquisadora, ao qual disponho-me a atendê-lo(a) e auxiliá-lo(a).

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, em nenhum momento

será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Os resultados dos dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, fico à disposição por meio dos seguintes contatos E-mail: fdsn.mpi20@uea.edu.br ou (92) 99510-2831 (Apenas WhatsApp).

Desde já agradeço a sua contribuição, a qual é de extrema importância

Consentimento do participante *

Marcar apenas uma oval.

Concordo *Pular para a pergunta 3*

Discordo

INFORMAÇÕES GERAIS

Perfil do participante

Qual sua função ou Cargo na Suframa? *

Marcar apenas uma oval.

Ana

lista

Coo

rde

nad

or

Outr

o:

Programa Prioritário de Bioeconomia

A consulta se limita ao monitoramento das metas pactuadas no Plano de Trabalho firmado com a ICT Coordenadora, não sendo necessário apresentação de evidências do cumprimento, assim será apenas necessário informar se os respectivos indicadores foram atendidos, para isso será disponibilizado as seguintes opções:

INDICADOR EFETIVADO: Quando identificado que os indicadores já foram 100% atingidos pela Coordenadora.

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO: Quando identificado que há tratativas em execução pela coordenadora para atendimento do indicador.

INDICADOR NÃO EFETUADO: Quando não identificado tratativas por parte da Coordenadora para cumprimento do indicador.

Indicador Temático: Geração de Emprego e Renda

Neste indicador serão analisados dois requisitos: Investimentos em Negócios e Recursos Humanos

Captar 56 milhões de reais para financiamento de projetos de P&D, incubadoras e startups no âmbito do PPBio. *

*

Marcar apenas uma oval.

- INDICADOR EFETIVADO
INDICADOR
- PARCIALMENTE
EFETIVADO INDICADOR
- NÃO EFETIVADO

Outro: _____

1.2 Aprovar o financiamento de 41 projetos até 2023 * *

Marcar apenas uma oval.

- INDICADOR EFETIVADO
INDICADOR
-
-
-

PARCIALMENTE
EFETIVADO INDICADOR
NÃO EFETIVADO

Outro:

2.6 Realizar aporte de recursos financeiros em 08 startups ou negócios de impacto. *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO
INDICADOR

PARCIALMENTE

EFETIVADO INDICADOR

NÃO EFETIVADO

Outro: _____

1.8. Formação de recursos humanos: 50 profissionais capacitados em empreendedorismo inovador e preparação de negócios nas áreas* *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO
INDICADOR

PARCIALMENTE

EFETIVADO: INDICADOR

NÃO EFETIVADO

Outro: _____

Indicador Temático: Capilaridade na Área de Atuação

Neste indicador serão analisados dois requisitos: Projetos desenvolvidos fora da região Metropolitana de Manaus e nos demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá e Atração de Investimentos.

1.4 Realizar pelo menos 5 (cinco) projetos com ICTs de fora da região Metropolitana de Manaus abrangendo no mínimo 3 Estados da Amazônia Ocidental *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR

PARCIALMENTE EFETIVADO

INDICADOR NÃO

EFETIVADO

Opção 4

1.6 Lançar um evento anual em torno do PPBio e realizar 4 edições voltadas * para prospectar novos projetos, parcerias nacionais e internacionais e atrair investimentos no ecossistema de inovação na ZFM.

Marcar apenas uma oval.

- INDICADOR EFETIVADO
 INDICADOR
 PARCIALMENTE
 EFETIVADO INDICADOR
 NÃO EFETIVADO

Outro: _____

2.2 Participar ativamente de 12 reuniões/eventos em torno temas políticos, * legislativos e programáticos em torno da bioeconomia na Amazônia.

Marcar apenas uma oval.

- INDICADOR EFETIVADO
 INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro: _____

Indicador Temático: Desenvolvimento Sustentável

Neste indicador serão analisados dois requisitos: Agenda 2030 ODS e Integração com Agendas e Políticas Públicas

1.13. Agenda ODS 2030: contribuir com pelo menos 80% dos objetivos 2030* *

Marcar apenas uma oval.

- INDICADOR EFETIVADO
 INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro: _____

1.9. Sintonia com o Plano Nacional do Crescimento Verde (PNCS): mínimo de *
20 projetos conciliados coma a promoção do PNCS nos temas*:

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO:

Outro:

1.11. Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual: atendimento a pelo *
menos 02 marcas coletivas e/ou identificador geográfico*

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Indicador Temático: Capacidade Política e Institucional

Neste indicador serão analisados três requisitos: Integração com Eixos Temáticos, Parcerias Estratégicas e Gestão.

1.3 Contribuir diretamente com a introdução de 40 processos, produtos e * serviços
inovadores da bioeconomia em pelos menos 5 diferentes setores de produção.

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

2.3 Criar e/ou participar da formação de um fundo de investimentos para o PPBIO. *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO
 INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO
Outro:

Apresentar o PPBio a no mínimo 60% das empresas obrigadas a investimentos de P&D na Zona Franca de Manaus. *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO
 INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO
Outro:

Captar 3,276 milhões de reais para implantação do plano estratégico do PPBIO *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO
 INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO
Outro:

Estabelecer um conselho estratégico do PPBIO *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

PROGRAMA PRIORITÁRIO DE FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO INOVADOR (PPEI)

A consulta se limita ao monitoramento das metas pactuadas no Plano de Trabalho firmado com a ICT Coordenadora, não sendo necessário apresentação de evidências do cumprimento, assim será apenas necessário informar se os respectivos indicadores foram atendidos, para isso será disponibilizado as seguintes opções:

INDICADOR EFETIVADO: Quando identificado que os indicadores já foram 100% atingidos pela Coordenadora

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO: Quando identificado que há tratativas em execução pela coordenadora para atendimento do indicador.

INDICADOR NÃO EFETIVADO: Quando não identificado tratativas por parte da Coordenadora para cumprimento do indicador

Indicador Temático: Geração de Emprego e Renda

Neste indicador serão analisados dois requisitos: Investimentos em Negócios e Recursos Humanos

Incentivo a contratação de mestres, doutores e pesquisadores por parte de empresas da Região. *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Realizar um programa de aceleração com empresas *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Aumentar a capacitação para estudantes *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Alavancagem da criação de novos negócios e geração de novos postos de trabalho *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Aumentar a quantidade de professores capacitados da região em educação empreendedora *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Indicador Temático: Capilaridade na Área de Atuação

Neste indicador serão analisados dois requisitos: Projetos desenvolvidos fora da região Metropolitana de Manaus e nos demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá e Atração de Investimentos.

Captar recursos de incentivo com empresas da Amazônia Ocidental *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Aumento da Cultura Empreendedora na Região da SUFRAMA *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Criação de Projeto de Capacitação Empreendedora e de Desenvolvimento do capital empreendedor *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Indicador Temático: Capacidade Política e Institucional

Neste indicador serão analisados três requisitos: Integração com Eixos Temáticos, Parcerias Estratégicas e Gestão.

Captar novas ideias de projetos de P,D&I no mercado, aumentando a participação no PPEI *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO
 INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Realização de rodada de negócio *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO
 INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Desenvolvimento de Programa de Pré-aceleração *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO
 INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Aumentar a participação de empresas ao PPEI *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

PROGRAMA PRIORITÁRIO INDÚSTRIA 4.0 e MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL (PPI4.0)

A consulta se limita ao monitoramento das metas pactuadas no Plano de Trabalho firmado com a ICT Coordenadora, não sendo necessário apresentação de evidências do cumprimento, assim será apenas necessário informar se os respectivos indicadores foram atendidos, para isso será disponibilizado as seguintes opções:

INDICADOR EFETIVADO: Quando identificado que os indicadores já foram 100% atingidos pela Coordenadora

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO: Quando identificado que há tratativas em execução pela coordenadora para atendimento do indicador.

INDICADOR NÃO EFETIVADO: Quando não identificado tratativas por parte da Coordenadora para cumprimento do indicador

Indicador Temático: Geração de Emprego e Renda

Neste indicador serão analisados dois requisitos: Investimentos em Negócios e Recursos Humanos

Desenvolvimento de Projetos de Recursos humanos *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Chamadas de pitches de negócio aderentes ao programa prioritário; *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Indicador Temático: Capilaridade na Área de Atuação

Neste indicador serão analisados dois requisitos: Projetos desenvolvidos fora da região Metropolitana de Manaus e nos demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá e Atração de Investimentos.

Workshops e/ou reuniões com as empresas investidoras para levantamento das oportunidades; *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Atualização do Mapeamento do Ecossistema de Inovação da Região com a identificação dos atores privados, agentes públicos, startups, ICT'S competências e representantes; *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Parceria para incubação/aceleração de startups da região. *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Indicador Temático: Desenvolvimento Sustentável

Neste indicador serão analisados dois requisitos: Agenda 2030 ODS e Integração com Agendas e Políticas Públicas

Desenvolvimento de Projetos de Manufatura Enxuta *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Indicador Temático: Capacidade Política e Institucional

Neste indicador serão analisados três requisitos: Integração com Eixos Temáticos, Parcerias Estratégicas e Gestão.

Reuniões estratégicas em colaboração com as empresas, atores e * organizações com o objetivo de divulgar e fomentar negócios através do Programa Prioritário;

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Sensibilização e aplicação de uma pesquisa de Diagnóstico de Maturidade de Indústria 4.0 com as empresas potencialmente investidoras do fundo. *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Celebração de Convênio com as instituições executoras dos projetos prioritários; *

Marcar apenas uma oval.

INDICADOR EFETIVADO

INDICADOR PARCIALMENTE EFETIVADO INDICADOR NÃO EFETIVADO

Outro:

Caso tenha interesse nos resultados da pesquisa, por gentileza, informar seu e- mail:

APÊNDICE F – Formulário II

II- FORMULÁRIO - PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA ATRATIVIDADE DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NO CONTEXTO DOS INVESTIMENTOS EM PD&I DA LEI INFORMÁTICA DA ZONA FRANCA

DE MANAUS

Olá, sou pesquisadora do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade do Estado do Amazonas(UEA) e convido você a participar desta pesquisa.

O objetivo é propor um modelo de instrumento que contribua para a melhoria do acompanhamento dos Programas Prioritários, servido de apoio aos gestores e equipe técnica no exercício das suas atividades de monitoramento da política pública.

* Indica uma pergunta obrigatória

Se possuir interesse em nosso convite, por gentileza, leia e caso esteja de acordo, consinta o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) a seguir: *

Marcar apenas uma oval.

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) Não tenho interesse

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Título da Pesquisa: PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA ATRATIVIDADE DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NO CONTEXTO DOS INVESTIMENTOS EM PD&I DA LEI INFORMÁTICA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Nome da Pesquisadora: Franciele da Silva Nascimento

Orientador: Prof. Dr. Antônio Claudio Kieling

Coorientadora: Prof^ª.Dr^ª Rosa Maria Nascimento dos Santos

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário do presente estudo, e este documento visa assegurar seus direitos e deveres como participante. Em caso de dúvidas antes ou mesmo depois de autorizar, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se você não quiser participar ou retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

O objetivo da pesquisa é o desenvolvimento de uma metodologia para acompanhamento da atratividade dos programas prioritários no contexto dos investimentos em PD&I da Lei Informática da Zona Franca de Manaus . Pretende-se ainda com este trabalho, propor um modelo de índice que contribua para a melhoria do acompanhamento dos Programas Prioritários.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: Responder a Entrevista formulada por meio de questionário Semi Estruturado, com questões objetivas e abertas.

Acompanhamento e assistência: Ao final do formulário será solicitado seu e-mail, caso queira conhecer os resultados da pesquisa por meio da dissertação, artigos e publicações. Se julgar precisar de alguma assistência, ao final deste termo está disponível os dados de contato desta pesquisadora, ao qual disponho-me a atendê-lo(a) e auxiliá-lo(a).

Confidencialidade:

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Os resultados dos dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, fico à disposição por meio dos seguintes contatos E-mail: fdsn.mpi20@uea.edu.br ou (92) 99510-2831 (Apenas WhatsApp).

Desde já agradeço a sua contribuição, a qual é de extrema importância

Consentimento do participante *

Marcar apenas uma oval.

Concordo Discordo

Essa pesquisa visa analisar percepções dos servidores da Suframa sobre a análise dos Programas Prioritários

PERFIL DOS PARTICIPANTES

Há quanto tempo você trabalha com assuntos relacionados aos Programas prioritários? *

Marcar apenas uma oval.

Menos de seis meses Entre seis meses e 1 ano Entre 1 a 2 anos
 Entre 2 a 5 anos Acima de 5 anos

Você participa das reuniões do CAPDA? *

Marcar apenas uma oval.

Sim Não

Você já participou de reuniões com os Coordenadores dos Programas Prioritários? *

Marcar apenas uma oval.

Sim Não

Caso tenha participado das reuniões com os coordenadores dos programas prioritários, aproximadamente em quantas efetivamente participou, considerando o ciclo de um ano? *

Marcar apenas uma oval.

Apenas 1

Entre 1 e 2

Entre 2 e 4

Mais de 4

Não participei de nenhuma

Outro:

Com relação ao seu conhecimento sobre as legislações dos programas prioritários, qual nível de conhecimento você se identifica? *

Marcar apenas uma oval.

Elevado Moderado

Preciso de mais aprofundamento

Percepção das participantes com relação à **Levantamento, tratamento e gestão dos dados dos Programas prioritários**

Você considera que a Resolução CAPDA Nº 2/2020, apresenta requisitos bem definidos que facilitam a análise da Suframa dos resultados dos programas prioritários?

Marcar apenas uma oval.

Sim, os normativos vigentes facilitam a análise dos resultados. Não, os normativos vigentes precisam de ajustes.

Outro:

Quanto aos instrumentos de mensuração vigentes, na sua percepção são*
suficientes para análise?

Marcar apenas uma oval.

Sim Não
Parcialmente
Outro:

Na sua percepção, os planos de trabalhos vigentes apresentam indicadores*
satisfatórios para mensurar os resultados alcançados em cada temática?

Marcar apenas uma oval.

Sim Não
Outro:

Na sua percepção o relatório de execução técnica apresentados pelas ICTs*
coordenadoras dos programas prioritários demonstram de forma satisfatória os resultados
alcançados?

Marcar apenas uma oval.

Sim Não Outro:

Cite até três gargalos identificados que na sua percepção dificultam a análise dos resultados dos programas prioritários.

Cite até duas possíveis melhorias que na sua percepção poderiam facilitar a análise dos resultados dos programas prioritários.

Percepção das participantes com relação à **Transparência dos Resultados**

Na sua percepção, os mecanismos de transparência dos resultados hoje adotados pela Suframa, conseguem demonstrar de forma clara para sociedade os impactos dos programas prioritários?

Marcar apenas uma oval.

Sim Não
Parcialmente
Outro:

Caso tenha interesse nos resultados da pesquisa, por gentileza, informar seu e-mail:

ANEXO A – Pedido de Informação Processo Nº 03005.225314/2023-66

25/07/2023, 08:19

SEI/SUFRAMA - 1704111 - Despacho



Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Superintendência da Zona Franca de Manaus
Ouvidoria

DESPACHO

Processo nº 03005.225314/2023-66

Senhor(a),

1. A Superintendência da Zona Franca de Manaus agradece o seu contato.
2. Ao cumprimentá-lo(a), cordialmente, reporto-me ao pedido formulado por Vossa Senhoria de NUP: 03005.225314/2023-66, de 18 de julho de 2023.
3. Relativo ao seu Pedido de Informação, e em conformidade com o estabelecido no Decreto nº. 7.724/2012, que regulamenta a Lei nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/Suframa, por meio da Superintendência Adjunta de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica - SDI, informa que os Valores aportados anualmente, especificamente em cada ICT coordenadora de cada programa prioritário nos últimos 3 anos, são os seguintes:

PROGRAMA	DECORRENTE DE PD&I/BI			DECORRENTE DE PD&I/PPB		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
BIOECONOMIA (PPBIO)	R\$ 5.575.134,88	R\$ 6.082.753,51	R\$ 14.229.339,19	R\$ 2.120.619,05	R\$ 1.481.454,95	R\$ 254.778,12
ECONOMIA DIGITAL (PPED)	R\$ 8.104.062,51	R\$ 2.128.634,00	R\$ 0,00	R\$ 1.325.831,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO INOVADOR (PPEI)	R\$ 2.194.061,06	R\$ 1.948.946,04	R\$ 12.462.960,00	R\$ 47.563,44	R\$ 389.170,61	R\$ 0,00
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (PPRH)	R\$ 27.110.076,05	R\$ 1.400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 577.932,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00
INDÚSTRIA 4.0 E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL (PPI4.0)	R\$ 3.464.940,13	R\$ 23.529.833,36	R\$ 104.704.322,31	R\$ 284.441,06	R\$ 1.724.458,39	R\$ 2.003.440,56
TOTAL POR ANO-BASE	R\$ 46.448.274,63	R\$ 35.090.166,91	R\$ 12.462.960,00	R\$ 4.356.387,77	R\$ 3.595.083,95	R\$ 2.258.218,68

5. Caso haja alguma dúvida sobre a resposta ora enviada, estamos a disposição por meio do e-mail: sic@suframa.gov.br
6. LEMBRE-SE: Nos termos do art. 21 do Decreto nº 7.724/12, eventual recurso sobre essa resposta deve ser dirigido recurso em 1ª instância, no prazo de 10 dias, a contar da data desta decisão.

ANEXO B- Acordo de Cooperação Técnica PPBIO

SEI/SUFRAMA - 0401594 - Acordo de Cooperação Técnica

<https://www.sei.suframa.gov.br/sei/controlador.php?acao=docu>



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC
 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA
 Avenida Ministro Mário Andreazza, 1.424, - Bairro Distrito Industrial Marechal Castello Branco, Manaus/AM, CEP 69075-830
 Telefone: (92) 3321-7200 e Fax: - www.suframa.gov.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 4/2018

Processo nº 52710.014876/2018-68

Unidade Gestora: SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
 QUE ENTRE SI CELEBRAM
 A SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA
 FRANCA DE MANAUS E O INSTITUTO
 DE CONSERVAÇÃO E
 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 DA AMAZÔNIA, VISANDO
 COORDENAR O PROGRAMA
 PRIORITÁRIO DE BIOECONOMIA.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus, com sede na Av. Mário Andreazza, nº 1.424, Distrito Industrial Marechal Castelo Branco, CEP 69.075-830, doravante denominada apenas **SUFRAMA**, neste ato representada por seu Superintendente substituto, Bruno Monteiro Lobato, [REDACTED], [REDACTED], portador da [REDACTED] e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], e o **INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA – IDESAM**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.339.438/0001-48, sediado na Rua Barão de Solimões, nº 12 - Conjunto Parque das Laranjeiras, Bairro Flores, CEP 69085-250, Manaus/AM, doravante denominada **COORDENADORA**, neste ato representada por Paola Pacheco Bleicker, residente e domiciliada na [REDACTED], CEP [REDACTED], [REDACTED], e Carlos Gabriel Gonçalves Koury, residente e domiciliado na [REDACTED], CEP [REDACTED], [REDACTED], com esteio na Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, no Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, na Resolução CAS nº 71, de 6 de maio de 2016, na Resolução CAPDA nº 4, de 11 de setembro de 2018, e na Resolução CAPDA nº 4, de 12 de setembro de 2017, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica (ACORDO) tem por objeto a coordenação do Programa Prioritário de BIOECONOMIA, cujo detalhamento é o constante do Plano de Trabalho de Programa Prioritário apresentado pela COORDENADORA e aprovado pela SUFRAMA e que constitui parte integrante deste instrumento.

ANEXO D – MODELO DE PLANO DE TRABALHO PARA ACT FORNECIDO PELA AGU



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CÂMARA NACIONAL DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CNCIC/DECOR/CGU
(Portaria CGU nº 03, de 14/06/2019)

Minuta Modelo **PLANO DE TRABALHO** **para** **Acordo de Cooperação Técnica**

Instruções Iniciais:

Nota Explicativa 1:

O plano de trabalho, embora não mencionado do Capítulo III do Decreto nº 11.531, de 2023, é peça técnica compatível e fundamental com instrumento jurídico que cria obrigações jurídicas entre as partes, como é o caso do Acordo de Cooperação Técnica.

Nesse cenário, o art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, impõe a observância do princípio do planejamento, de modo que o Plano de Trabalho, instrumento que materializa este planejamento, se faz necessário em parcerias desta espécie.

Nota Explicativa 2:

O adequado planejamento contido no plano de trabalho traz maior segurança nas condutas de cada um dos partícipes, assim como facilita a realização de fiscalização pelos demais órgãos de controle interno e externo.

Vale dizer, a regularidade do instrumento depende, em primeiro lugar, do plano de trabalho. Se este instrumento for elaborado de forma correta, planejada e detalhada, bastará aos partícipes cumpri-lo para garantir o sucesso do ajuste.

Nota Explicativa 3:

Plano de Trabalho é o instrumento que integra a proposta de celebração do Acordo de Cooperação Técnica, contendo todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes. O presente plano de trabalho é uma **versão norteadora**, de modo que todas as tarefas e o cronograma devem ser analisados e adaptados em conformidade com o objeto da avença.

Nota Explicativa 4:

O Plano de trabalho deverá integrar o Instrumento do Acordo de Cooperação Técnica como anexo, bem como deverá ser aprovado pelos setores responsáveis de ambos os partícipes.

Nota Explicativa 5:

As alterações no Plano de Trabalho, que acarretem consequências jurídicas, devem ser efetivadas por intermédio de termo aditivo e submetidas previamente à consultoria jurídica dos partícipes.

MINUTA**Plano de Trabalho – Acordo de Cooperação Técnica****1 – DADOS CADASTRAIS****PARTICIPE 1:**

CNPJ:

Endereço: Cidade: Estado:

CEP:

DDD/Fone:

Esfera Administrativa (**Federal, Estadual, Municipal**) Nome do responsável:

CPF:

RG:

Órgão expedidor:

Cargo/função:

Endereço: Cidade: Estado:

CEP:

PARTICIPE 2:

CNPJ:

Endereço: Cidade: Estado:

CEP:

DDD/Fone:

Esfera Administrativa (**Federal, Estadual, Municipal**) Nome do responsável:

CPF:

RG:

Órgão expedidor:

Cargo/função:

Endereço: Cidade: Estado:

CEP

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**Título:****PROCESSO nº:****Data da assinatura:****Início (mês/ano):****Término (mês/ano):**

Deve-se descrever o produto final do ACT, de forma completa e sucinta.

3. DIAGNÓSTICO

Demonstrar a situação anterior ao acordo que ensejou a necessidade do ajuste e os benefícios esperados com a cooperação.

4. ABRANGÊNCIA

Indicar a localidade, o público-alvo dentre outros aspectos capazes de definir o alcance da parceria.

5. JUSTIFICATIVA

Identificar todos os aspectos que motivem a prática do ato dentre os quais se sugerem:

- a) demonstrar a importância da proposta;
- b) caracterizar os interesses recíprocos;
- c) indicar o público-alvo; e
- d) definir os resultados esperados.

6. OBJETIVOS GERAL e ESPECÍFICO

Identificar os objetivos gerais e os objetivos específicos do Acordo de Cooperação Técnica.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Indicar a forma como se dará a colaboração de cada um dos partícipes.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL e GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Indicar a unidade da entidade responsável pelo acompanhamento do acordo; assim como o nome do gestor.

9. RESULTADOS ESPERADOS

10. PLANO DE AÇÃO

	Eixos	Ação	Responsável	Prazo	Situação
1					
2					